



**Luciano Rodrigues Ferreira**

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADE RURAL  
E QUILOMBOLA: O CASO DA MATINHA - FEIRA DE  
SANTANA**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Catarina Pinto de Souza  
da Cruz Lopes

Júri:

Presidente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Maurício Rodrigues Rosa  
Arguente: Prof. Doutor Rui Noel Alves Vera Cruz  
Vogal: Prof. Doutor Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes



FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



NOVAFCSH  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**JANEIRO DE 2020**



**Desenvolvimento Sustentável em Comunidade Rural e Quilombola: O Caso da  
Matinha – Feira de Santana**

Copyright © em nome de Luciano Rodrigues Ferreira, da FCT-UNL, FCSH-UNL e da UNL

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

*Aos meus pais, Altamirando e Maria  
com todo o meu amor e gratidão.*

## **Agradecimentos**

Gratidão é um sentimento constante em minha vida, pois em diversos momentos difíceis pelos quais passei, recebi apoio, às vezes inesperado, de inúmeras pessoas. Entretanto, nos últimos 2 anos, especialmente o primeiro ano em Portugal, foi particularmente complicado de lidar e precisei contar com a ajuda de muitas pessoas para seguir em frente.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Altamirando e Maria, tão queridos e amados que me apoiaram desde o início mesmo sem compreender exatamente do que se tratava o meu curso. Mesmo quando não entendem muito bem os caminhos e as escolhas que traço para minha vida e, ainda assim continuam ao meu lado todo o tempo sempre com amor e conforto, desejando-me só o melhor da vida. Em seguida, agradeço à minha irmã Lorena, sem a qual esta dissertação não existiria. Para além do amor e cuidado que só ela tem comigo, diariamente, apesar da distância, me presenteou com 2 sobrinhos lindos e incríveis que me fazem ter mais e mais razões para trabalhar por um planeta melhor, ainda que as perspectivas sejam as piores possíveis. Minha irmã, que por muitas vezes é também minha mãe, apresentou-me a Comunidade da Matinha, a Escola Rosa Maria Esperidião Leite e alguns dos atores que tornaram possível entender o local e ter acesso, a partir daí a todas as informações necessárias para iniciar e desenvolver a minha pesquisa. Minha irmã, além de professora, mãe, mulher, esposa, é também uma referência de como lidar com o turbilhão de desafios do dia a dia e ainda continuar sorrindo e espalhando alegria ao redor de tudo e de todos, sem jamais perder a doçura. Obrigado por ser esta pessoa que você é, e obrigado pelas mensagens quase diárias, os áudios (nem sempre seus, mas de Liv) que me fazem sorrir e chorar. Agradeço também aos meus irmãos Rose e Sandro, cada um deles em uma parte longínqua do mundo, mas sempre presentes com amor e carinho, e também a Camila, irmã/prima/sobrinha, que atravessou o oceano para vir me visitar no dia do meu aniversário e que faz comigo as maiores loucuras e viagens seja em que país for, sempre única. Agradeço aos meus sobrinhos Enzo e Liv, pelo amor e pela inocência da infância, pela pureza que só as crianças trazem às nossas vidas e por me fazerem lutar por um planeta mais sustentável. Que falta que me fazem por eu não estar presente em suas tão rápidas fases de crescimento e descobertas. A todos vocês eu dedico este trabalho e agradeço por tudo que fizeram e fazem por mim desde o primeiro dia em que respirei nesta existência. Amo muito cada um de vocês.

À minha orientadora, Professora Ana Cruz, o meu muito obrigado pela paciência e pela calma demonstrada durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, muito importante para evitar o meu desespero. Agradeço pela compreensão e por aceitar o desafio de orientar sobre um tema tão complexo e sobre uma realidade distante de si. Agradeço também por saber o que fazer com tanta informação bruta e por me fazer lapidá-la para ter mais clareza do caminho a seguir. Gostaria de dispor de mais tempo para elaborar melhor as ideias mas não foi possível.

Ao Professor Luciano Hocevar, da UFRB em Feira de Santana, agradeço imensamente pelo apoio prestado desde o primeiro momento em que foi contactado. Toda a disponibilidade e boa vontade em guiar-me em direção aos questionamentos e a quem pudesse respondê-los, toda a sua presteza e agilidade em responder e o seu conhecimento acerca dos temas pesquisados, tudo isso me foi extremamente útil e por isso expresso a minha enorme gratidão, esperando a oportunidade para desenvolver trabalhos futuros.

Agradeço à Professora Margarida Pereira pela consultoria prestada durante a fase de pesquisas, mas principalmente por ser a docente incrível, sábia e perspicaz que guiou o curso com tamanha maestria. Com certeza um exemplo que inspira a todos os alunos. Aos professores João Farinha, José Carlos e Nuno Soares, pela experiência proporcionada no MUSOT como um todo e pela inesquecível viagem a Barcelona. E a todos os professores envolvidos no MUSOT o meu agradecimento pelo esforço e pelo conhecimento compartilhado. Sem dúvidas foi muito mais que um simples curso sobre sustentabilidade, ordenamento do território e planeamento. Aproveito para agradecer também à FCT e FCSH – Universidade Nova de Lisboa, uma instituição especial e que me acolheu, e para a qual estarei sempre à disposição. Obrigado a cada funcionário que ali trabalha, desde o colegiado até a Mini Nova, que nos salva com seus cafés e snacks. A todos, muito obrigado.

À comunidade da Matinha, meu enorme agradecimento e admiração. Um lugar incrível, cheio de vida, de história surpreendentes, de seres humanos singulares e que me ensinou muitas coisas que não seriam possíveis de explicar aqui. Me ensinou a resistir, a lutar e a não deixar ser apagado o que deve permanecer. Um agradecimento infinito e muito especial para Gilmar Almeida que tanto me ouviu e me recebeu de braços abertos desde o início, quando eu ainda estava perdido em meio a tanta informação. Gil me apresentou lugares, pessoas, fatos e informações relevantes e me ensinou muito mais do que imagina, sempre com atenção e carinho. Espero poder um dia recompensar à altura. Agradeço também a Agenora Santos, agente de saúde que me recebeu com simpatia e presteza e forneceu informações relevantes ao entendimento da Matinha. Agradeço a todos da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, sem exceção, pela alegria, simpatia e pela escola única que constroem diariamente, em um país que tanto negligencia as instituições de ensino. A todos os professores da EMRMEL e funcionários, a minha admiração e os meus parabéns pelo vosso trabalho. Que esta seja uma escola do campo modelo para todas as outras.

Obrigado também aos pesquisadores Railma Souza, Juliele de Jesus, Diego Souza, Rosângelis Lima e Maíra Reis por seus trabalhos que serviram de base para minha pesquisa sobre a Matinha e regiões adjacentes.

Agradeço, ainda, a todas as instituições em Feira de Santana que me acolheram e forneceram dados valiosos ao meu trabalho: Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Federal do Recôncavo Baiano, duas instituições fundamentais ao desenvolvimento local e às quais admiro muito. Obrigado ao Museu Casa do Sertão, à Biblioteca Central Julieta Carteador, ao IBGE (de Feira e a instituição como um todo) e ao Arquivo Público do Estado da Bahia.

Agradeço a todos em Portugal que me acolheram e que recebem tão bem a todos os brasileiros que aqui escolhem recomeçar ou viver novas experiências, alguns em definitivo e outros por um período apenas. Portugal me ensinou muito sobre cidadania, coletividade, gastronomia e tantas outras áreas, mas principalmente me ensinou muito sobre o Brasil e o mundo. Obrigado aos colegas do MUSOT pela experiência coletiva e pela troca durante o processo. Alguns de vocês estarão comigo para sempre. Ao Bonde de Almada, esse percurso não foi fácil, mas a gente deu nosso jeito e foi muito bom estar aqui com vocês, e presenciar a chegada de Théo, para aumentar o Bonde e trazer mais amor.

Obrigado a todos os meus amigos, que, em algum lugar do mundo, me apóiam, me escutam e me aconselham, aprendem e ensinam, só vocês sabem o quanto sinto a falta de cada um de vocês e o quanto é difícil estar longe e não ter a companhia da família que podemos escolher. Só o amor nos mantém juntos (e a internet). Aos que me visitaram durante esta fase tensa, sensível na qual eu estava extremamente frágil, meu eterno carinho. Vocês fizeram toda a diferença.

Por fim, agradeço a João, que desenhou tudo junto comigo, desde a primeira linha. Em realidade, desde muito antes da matrícula, na Irlanda ainda e vivenciei cada minuto de aprendizado e de dificuldade comigo. Sofremos juntos, aprendemos juntos, erramos juntos e não teria a menor possibilidade de viver esta experiência sem você ao meu lado. Obrigado por não me deixar desistir, por acreditar em mim e por ter me escolhido para viver contigo esta mudança de paradigmas em nossas vidas. Só consigo agradecer mais e mais a cada dia por termos tido um ao outro nos momentos em que tudo desmoronava mas que um de nós conseguia manter o equilíbrio pelos dois, sempre de forma alternada. Nunca ao mesmo tempo. Esta vitória é, na realidade, nossa, pelo esforço em conjunto até aqui e pelo ideal de planeta e de sociedade que enxergamos juntos e que, espero um dia poder ver na prática. Novamente, este não foi um mero mestrado, mas um projeto que mudou as nossas vidas para sempre e que continuará mudando. Desde a alimentação, passando pela diversão, o consumo, tudo. Juntos somos realmente mais fortes e crescemos a cada dia. Obrigado, para sempre, e com todo o meu amor.





*"A Babilônia é cinza e neon, eu sei*

*(...)*

*Cidades são aldeias mortas, desafio nonsense*

*Competição em vão, que ninguém vence*

*Pense num formigueiro, vai mal*

*Quando pessoas viram coisas, cabeças viram degraus*

*No pé que as coisas vão, João*

*Doidera, daqui a pouco, resta madeira nem pro caixão*

*Era neblina, hoje é poluição*

*Asfalto quente queima os pés no chão*

*Carros em profusão, confusão*

*Água em escassez, bem na nossa vez*

*Assim não resta nem as baratas".*

Emicida

## RESUMO

Este trabalho visa debater sobre os efeitos nocivos do crescimento desordenado (espraiamento) das cidades médias como Feira de Santana, na Bahia, e seus efeitos colaterais sobre o campo, nomeadamente a gentrificação, fruto da crescente especulação imobiliária que transforma o solo em mercadoria e maximiza suas possibilidades de rentabilização. Tais efeitos serão analisados diretamente sobre a comunidade da Matinha dos Pretos, uma localidade de perfil rural e quilombola.

São analisadas questões ligadas à educação do campo, que, conforme previsto em lei, deveria ser diferenciada da educação nas cidades, o que ainda não é uma realidade, além de discutir sobre o papel da comunidade local no processo de tomada de decisão, em um contexto de governança participativa.

São debatidos também a inclusão social, especialmente a erradicação da pobreza como forma de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com foco na agricultura familiar e no fortalecimento do produto regional como meio de desenvolvimento local e de preservação da cultura e do ambiente às gerações futuras.

Por fim são apresentadas alternativas de Desenvolvimento Sustentável, acessível, descentralizado e viável de execução na Matinha com fins de promover a melhoria na qualidade de vida da população sem consumir ainda mais recursos naturais e ainda preservar o ambiente, através de uma governança participativa deliberativa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, sustentabilidade, educação do campo, gentrificação, desenvolvimento local, governança, agricultura familiar.



## ABSTRACT

This Master dissertation aims to discuss the harmful effects of disorderly growth (sprawl) of medium-sized cities such as Feira de Santana, Bahia, and its side effects on the rural areas, mainly gentrification, the result of growing real estate speculation that turns the soil into commodity and maximizes its possibilities for monetization. These effects will be analyzed directly on the Matinha dos Pretos community, a locality with a rural and quilombola profile.

Issues related to rural education are analyzed, which, as provided by law, should be differentiated from urban education, which is not yet a reality, as well as discussing the role of the local community in the decision-making process, in a context of participatory governance.

Social inclusion is also discussed, especially poverty eradication as a form of Sustainable Development, within the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development Goals, focusing on family farming and strengthening regional input as a means of local development and culture preservation as well as the environment for future generations.

Finally, sustainable, accessible, decentralized and viable alternatives for implementation in Matinha are presented with the purpose of promoting the improvement of the population's quality of life without consuming even more natural resources and preserving the environment through deliberative participatory governance.

**Keywords:** sustainable development, sustainability, rural education, gentrification, local development, governance, family farming.



## SUMÁRIO

RESUMO .....	IX
ABSTRACT .....	XI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIV
ÍNDICE DE TABELAS .....	XV
Abreviaturas e Siglas .....	XVI
1. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA .....	1
1.1 Enquadramento do Tema .....	1
1.2 Objetivo Geral .....	3
1.3 Objetivos Específicos .....	4
1.4 Justificativa.....	6
1.5 Metodologia e Estrutura da Dissertação .....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Metropolização .....	12
2.2 Gentrificação.....	17
2.3 Desenvolvimento Sustentável .....	22
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	28
3.1 Matinha dos Pretos: Evolução Histórica .....	28
3.2 Caracterização da Geografia Física do Território da Matinha .....	34
3.3 Crescimento Desordenado e Risco de Gentrificação na Matinha .....	38
3.4 Educação do Campo e Educação Quilombola .....	46
4. MATINHA: RESISTÊNCIA, CONSCIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO.....	54
4.1 Desenvolvimento Local como ferramenta contra a Gentrificação.....	54
4.2 Matinha: Preservação e Desenvolvimento Sustentável.....	59
4.2.1 Cooperativas de Produtores e Valorização do Produto Regional .....	59
4.2.2 Tratamento Orgânico de Resíduos e Reaproveitamento das Águas .....	63
4.2.3 Agricultura Sustentável.....	77
4.2.4 Governança Participativa .....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
5.1 Resultados alcançados .....	84
5.2 Trabalhos Futuros .....	86
Referências Bibliográficas .....	87

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Processo de formação de áreas metropolitanas.....	15
Figura 3.1 - Distritos de Feira de Santana .....	28
Figura 3.2 - Praça e Igreja de São Roque, Matinha dos Pretos .....	29
Figura 3.3 - Praça São Roque e Mercado Municipal ao fundo.....	30
Figura 3.4 - Edificações afastadas do núcleo urbano central .....	31
Figura 3.5 - Vista aérea do núcleo urbano principal de Matinha dos Pretos .....	33
Figura 3.6 - Climatologia de Feira de Santana .....	35
Figura 3.7 - Troço na Sede da Matinha indicando habitações com cisternas .....	36
Figura 3.8 - Antiga zona rural convertida em zona urbana: Mantiba .....	40
Figura 3.9 - Evolução territorial do solo urbano de Feira de Santana (1938, 1985 e 2013) .....	42
Figura 3.10 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030 .....	44
Figura 4.1 - Pluviometria de Feira de Santana (2009 a 2018) .....	61
Figura 4.2 - Flor da Permacultura .....	66
Figura 4.3 - Modelo do sistema de Zona de Raízes .....	68
Figura 4.4 - Etapas da construção da fito-ETAR.....	69
Figura 4.5 - Esquema de Círculo de Bananeiras.....	70
Figura 4.6 - Esquema de Tanque de Evapotranspiração .....	71
Figura 4.7 - Implantação de Tanque de Evapotranspiração em Cuiabá .....	72
Figura 4.8 - Esquema de Sanitário Ecológico .....	73
Figura 4.9 - Exemplo de Sanita ecológica com Design comercial .....	73
Figura 4.10 – Sanitário Ecológico em: Instituto de Permacultura da Amazônia e Herdade do Freixo do Meio, Alentejo, respectivamente.....	74
Figura 4.11 - Indicação de zonas na Matinha com potencial para saneamento ecológico.....	76

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 - Quantidade de escolas do campo por distrito .....	47
Tabela 3.2 - Estrutura Fundiária em Feira de Santana, 2006 .....	52
Tabela 4.1 - Indicadores de serviços de saneamento em Feira de Santana (2012 a 2016) .....	64
Tabela 4.2 - Subsistemas de atividades (sistemas agrários) .....	77



## **Abreviaturas e Siglas**

ACOMA – Associação Comunitária dos Moradores da Matinha  
APP – Área de proteção permanente  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário  
DS – Desenvolvimento Sustentável  
EMRMEL – Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite  
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo  
FPA – Frente parlamentar agropecuária (bancada ruralista)  
GEE – Gases de efeito estufa  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INE – Instituto Nacional de Estatísticas  
ITB – Instituto Trata Brasil  
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo  
MEC – Ministério da Educação  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ou Objetivos do Milênio)  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida  
PME – Plano Municipal de Educação (em Feira de Santana)  
PMFS – Prefeitura Municipal de Feira de Santana  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária  
RMFS – Região metropolitana de Feira de Santana  
SEAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura de Feira de Santana  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SNIS – Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento  
STRFS – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana  
UBFAOS – Unidade de Beneficiamento de Frutas Aurelina Oliveira Santana  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana  
UFBA – Universidade Federal da Bahia



## **1. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA**

### **1.1 Enquadramento do Tema**

As cidades brasileiras, nomeadamente as de médio porte, como Feira de Santana, mantêm um ritmo de crescimento acima das demais metrópoles (IBGE, 2019), o que demanda um maior consumo de recursos naturais. Tal crescimento, por um lado, acontece de forma concentrada, beneficiando apenas uma parcela da população, e gerando exclusão social. Por outro lado, este fenômeno gera um espraiamento de sua malha urbana, sem planejamento estratégico, o que aumenta os custos de manutenção pela administração municipal e reduz a qualidade do espaço público. Desta forma, o crescimento urbano causa danos ambientais, potencialmente irreversíveis e que ainda não foram totalmente compreendidos pelos estudiosos.

A Declaração do Rio-92 (UNCED, 1992) estabeleceu, em seu primeiro princípio, que os seres humanos deveriam estar no centro das preocupações com o Desenvolvimento Sustentável (DS) e, assim, afirmou-se aos mesmos o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, o que, em 2019, ainda não tornou-se uma realidade. Já Meadows et al (1972) referem-se aos riscos do crescimento exponencial da população mundial, nomeadamente a dos Estados Unidos da América, que poderá comprometer a capacidade do planeta de fornecer os recursos necessários à população e que, já naquela altura, citava o aumento substancial do uso de fertilizantes na agricultura para o incremento da produção.

Neste contexto, e considerando o padrão de crescimento atual de Feira de Santana, que avança sobre o solo rústico com novas zonas de solo urbanizável, diversos autores, como Souza (2016a), Souza (2016b), Lima (2014) e Reis (2013) apontam para os riscos ambientais e socioeconômicos a que estão expostas as populações locais. No âmbito local, as populações de baixo rendimento são as mais afetadas e, entre elas, as comunidades rurais, consideradas em situação de vulnerabilidade social são as que mais correm riscos, seja de perder o seu território para estratos mais favorecidos economicamente, seja de enfrentar as mudanças climáticas e o enfraquecimento da cultura local, que levará a condições de pobreza ainda maiores que as atuais.

A Matinha, caso de estudo desta investigação, surge como um território de resistência ao longo dos anos, com uma forte história de conflitos pela posse das terras, pelo direito à cidadania e pelo acesso a bens e serviços básicos. Assim, enquadrado dentro do tema da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, este território possui características singulares, que permitem traçar um perfil estratégico para entender o papel do cidadão na esfera local, no desenvolvimento regional e na proteção patrimônio. A Matinha, também, como território rural, ainda que possua algumas características de zona urbana em seu núcleo central, apresenta-se como um local capaz de desenvolver uma educação adequada às necessidades do campo, mudando o paradigma atual do país, que privilegia apenas uma metodologia educacional urbanocêntrica (Souza, 2016b).

A educação é apresentada neste trabalho como principal ferramenta de desenvolvimento local. A partir do entendimento dos mecanismos que atuam sobre o território, sobre a economia e sobre a lógica de produção capitalista do espaço, é possível entender como funciona a gentrificação rural.

Ainda, comunidades rurais em Feira de Santana não possuem acesso a sistemas de tratamento de águas residuais (SNIS, 2016). Os sistemas convencionais de tratamento, por outro lado, são lineares e caros, principalmente para atender comunidades de baixa densidade e que sejam afastadas dos centros urbanos, como a Matinha.

Ainda, no âmbito do DS, a agricultura familiar sustentável e o cooperativismo apresentam-se como ferramentas importantes na defesa do território; na valorização do produto e da cultura locais; e na preservação do ambiente, evitando-se contaminar, ainda mais, o solo e o lençol freático e garantindo o uso dos recursos naturais de forma consciente para as gerações futuras e para as atuais (WCED, 1987).

A Matinha apresenta-se, portanto, como um território complexo, de grande riqueza cultural e com muitos desafios, mas que detém grande capital humano, com histórico de envolvimento em lutas pela conquista de direitos. Outrossim, após décadas de exclusão, alguns estudantes locais tiveram acesso ao ensino superior, o que permitiu desencadear um processo de estudo e de análise deste território e do seu enquadramento social e político no cenário local e mesmo global. Assim, esta pequena comunidade possui grande potencial para conquistar mais espaço no cenário atual, onde o debate entre os papéis do campo e da cidade se intensificam, e nos quais o ambiente natural precisa ser repensado sob novo prisma, com maior peso na preservação e menor peso na obtenção de lucros ilimitados a qualquer custo. O papel do camponês, portanto, é fundamental no processo de mudança de paradigma.

## 1.2 Objetivo Geral

O presente estudo visa refletir sobre a situação atual e futura da sede do distrito de Matinha, a comunidade quilombola<sup>1</sup> que empresta o nome ao distrito rural, no município de Feira de Santana. A partir deste panorama, portanto, estabelece-se, como objetivo geral, propor soluções para um Desenvolvimento Sustentável (DS) capaz de, por um lado, melhorar a qualidade de vida da população local e, ao mesmo tempo, promover um consumo consciente de recursos naturais e reduzir o impacto ambiental em uma zona já bastante degradada e fragilizada (Jesus et al, 2016; Reis, 2013; Souza, 2016b). Tais propostas surgem a partir de análises territoriais dentro do contexto regional da Matinha, com suas limitações e potencialidades, uma vez que o DS deve garantir que a população local desenvolva o território e nele permaneça, em vez de ser substituída por outra, com maior poder aquisitivo, como será debatido a seguir.

Um modelo adequado de desenvolvimento local e sustentável depende diretamente do envolvimento dos *stakeholders* locais e da concretização de seus projetos e ideais de comunidade. Não há uma fórmula universal que seja aplicável a qualquer localidade para alavancar o desenvolvimento. Existe, no entanto, a necessidade de um estudo específico e detalhado dos desafios a enfrentar e dos objetivos a serem atingidos. A mudança depende também das necessidades que a comunidade almeja e não apenas de indicadores gerais “importados” ou criados por especialistas e tão somente por pessoas externas à realidade local. Um morador da Matinha também poderá determinar o que é bom para a Matinha e qual futuro a comunidade deseja, em conjunto com pesquisadores e com estudos de especialistas.

---

<sup>1</sup> Trata-se de um conceito político-jurídico para atender a uma realidade complexa e diversa, que implica na valorização da memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra. Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e que se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. (Fundação Cultural Palmares, 2019). Este conceito será fundamental para entender a realidade de Matinha, enquanto território, de seu povo e de sua relação com Feira de Santana.

### 1.3 Objetivos Específicos

Foram estabelecidos, dentro do panorama anteriormente descrito e, considerando-se as limitações de estudo, prazos e acesso a informações diversas, alguns objetivos específicos. Dentre estes, é fundamental entender as limitações atuais que impedem o crescimento social e econômico da comunidade de Matinha dos Pretos<sup>2</sup>, sua inclusão social e a quem beneficia este contexto.

Assim, ficaram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar oportunidades e ameaças existentes no território da Matinha. A partir destas oportunidades, será possível determinar os pontos fortes e quais elementos deverão ser valorizados neste processo de busca por inclusão social; quais os atores deverão ser envolvidos; e, ainda, identificar os desafios a serem enfrentados para atingir os objetivos almejados;
- Entender o processo de gentrificação que ocorre em Feira de Santana, e como criar mecanismos de defesa contra este fenômeno;
- Debater sobre a importância da história e da cultura locais, para garantir a preservação do perfil atual do povoado<sup>3</sup>. Dentro deste objetivo específico, pretende-se tirar partido da história do local, com toda a sua complexidade, para evitar a perda do que já foi conquistado e buscar o exercício da cidadania para consolidar o valor do território e protegê-lo dos interesses de grupos exógenos. Sem o devido conhecimento do valor cultural e histórico, a vulnerabilidade local torna-se maior, o que permite o avanço dos interesses do capital e do mercado, resultando também na gentrificação;
- Refletir sobre a importância da agricultura familiar e compreender o contexto regional em que a agricultura da Matinha está inserida;
- Propor soluções acessíveis, financeiramente, e ambientalmente sustentáveis para tratamento de águas residuais.
- Para além das propostas que serão apresentadas, pretende-se apontar algumas potencialidades futuras, que serão apenas identificadas enquanto oportunidades, mas que não serão detalhadas nesta etapa. Poderão, assim, serem melhor estudadas

---

<sup>2</sup> Matinha dos Pretos, como chamaremos aqui o povoado que deu origem ao distrito de Matinha, teve sua terminologia “dos Pretos” suprimida do nome oficial reconhecido pela prefeitura, porém os moradores ainda o reconhecem como o nome “correto” e original da comunidade e assim a identificam até hoje (Souza, 2016b).

<sup>3</sup> Segundo a definição do IBGE, que será utilizada aqui, um povoado é denominado como: Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela (IBGE, 2010). Neste trabalho é importante mencionar a definição de povoado, uma vez que, para esta mesma tipologia de aglomerado, podemos encontrar a nomenclatura de “aldeia”, comum em Portugal.

e desenvolvidas em estudos futuros como, por exemplo, a implantação de estruturas de captação de águas pluviais, e possível armazenamento para períodos de seca; Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis como placas solares ou energia eólica, reduzindo o consumo de energia a partir da rede pública, com possibilidade de reduzir as faturas de luz, além de promover o consumo consciente e descentralizado.

## 1.4 Justificativa

A legislação ambiental brasileira é vasta, complexa e também considerada uma das mais completas do mundo. No entanto, há uma grande dificuldade em transpor para a prática o que está previsto nas leis, decretos, portarias e resoluções. As razões são diversas e as consequências podem ser indesejáveis e, muitas vezes, irreversíveis.

Borges et al (2009) explicam que a legislação referente às questões ambientais foi criada com o objetivo de disciplinar o uso dos recursos naturais, os chamados “produtos da natureza”: a água, o solo, as florestas, o ar e os animais. Esta foi estabelecida porque se percebeu que os recursos naturais, até então imaginados ilimitados, tornavam-se escassos, seja pela redução de sua quantidade, seja pela deterioração da sua qualidade, o que também é corroborado pelo Relatório Brundtland (1987).

Diversos debates sobre a questão ambiental foram levantados em todo o mundo. No Brasil, Borges et al (2009) apontam ainda que o período chamado de “milagre econômico”, ocorrido até a década de 1970, desencadeou uma série de questões em relação ao desenvolvimento a qualquer custo, que o país desejava atingir, enquanto que os países desenvolvidos já argumentavam que um crescimento, ao ritmo acelerado de até então, não seriam suportados pelo planeta por muito tempo. Foi, então, com este discurso a delegação do Brasil chegou à Conferência de Estocolmo<sup>4</sup>, de que não abriria mão do crescimento e que o país precisava de “dólares e empregos” (Medina *apud* Borges, 2009). Cavalcanti (2004) corrobora este paradigma desenvolvimentista brasileiro citando que a fé na idéia de crescimento econômico ilimitado exerce fascínio insuperável e parece particularmente enraizada na mente coletiva nacional, especialmente entre as elites econômicas.

Por outro lado, os efeitos globais da deterioração dos recursos naturais, em escala local, já são sentidos ao redor do globo (Rees, 1997 e 2017) e foram relatados em diversos relatórios, como a convenção da ONU, ou Rio 92.

A partir de então os países precisavam estabelecer métodos de desenvolvimento que contabilizassem o menor consumo possível de recursos naturais e, principalmente, com redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Desde 1992, o planejamento, entretanto, ocorre mais lentamente do que deveria, e mais ao nível dos governos que das empresas ou dos setores locais. Empresas transnacionais, por exemplo, quando são obrigadas a cumprirem legislação européia, que é mais rígida em relação ao controle ambiental, migram para países onde as regras podem ser flexíveis, resultando, assim, em descumprimento de normas que preservam o ambiente. Por um lado países desenvolvidos cumprem seus objetivos e por outro as nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas precisam lidar com os desafios da degradação ambiental, sem ceder às pressões do capital externo, o que nem sempre acontece (Barbosa et al, 2014).

---

<sup>4</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano ocorreu em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia e foi o primeiro grande encontro internacional (113 países) com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais. (DGE, 2019)



Por regra, o capital financeiro impõe os seus valores e a sua lógica de mercado nos países em desenvolvimento, desgastando zonas vulneráveis de fauna e flora, colocando espécies em risco de extinção e provocando escassez de recursos às populações locais, em geral de baixo poder aquisitivo (Abramovay, 2010). As consequências destas ações são globais, de modo que a ONU e a União Europeia já começaram a estabelecer regras às importações, como a origem sustentável de matérias primas, ou a certificação de produtos e produtores e a não-destruição de biomas importantes, como a Amazônia. Tais políticas, no entanto, ainda não resultam na íntegra. Nahum & Santos (2018) apontam que, mesmo as políticas europeias de fomento ao uso de energia de fontes renováveis, provoca impactos negativos em países em desenvolvimento, como o Brasil, uma vez que a crescente demanda por soja, para a produção de Biodiesel, desencadeou profundas alterações no sistema produtivo de algumas comunidades na Amazônia. De acordo com os autores, os programas do governo brasileiro – nomeadamente o PRONAF - que, teoricamente deveriam ser de incentivo à agricultura familiar, acabaram por induzir famílias de camponeses a produzir soja para exportação para a Europa. Desta forma, para além do impacto da monocultura na Amazônia, as famílias ficam “reféns” do capital externo, e da demanda solicitada, o que não deveria, de fato, ser considerado como agricultura familiar, mas que a falta de opções e de perspectivas na região levou os agricultores a optar por este “incentivo”.

Neste trabalho, justifica-se a necessidade de entender o papel dos stakeholders locais para desencadear o processo de desenvolvimento limpo, sustentável e socialmente justo e inclusivo para que o território permaneça forte frente às pressões externas do capital. E ainda, como prerrogativa básica do estudo, destaca-se a importância do trabalho em conjunto, ao nível transnacional, uma vez que normativas de outros países ou instituições supranacionais interferem direta ou indiretamente nos meios de produção locais, conforme mencionado acima.

Outros casos de estudo (Dias & Aguiar, 2016, Gonçalves et al, 2015, Almada et al, 2014) indicam problemas no fomento do governo brasileiro à agricultura familiar, seja no âmbito da falta de apoio adequado às famílias, seja na carência de estudos de impacto ambiental adequados às áreas afetadas, ou ainda na falta de capacitação dos profissionais envolvidos e principalmente na pressão do capital financeiro externo e do agronegócio sobre as produções de pequena escala.

Um dos objetos de estudo desta dissertação é o ambiente, sua preservação e recuperação. É necessário desenvolver sem destruir, preservando e recuperando o solo, as reservas hídricas e o ambiente natural como um todo, de forma democrática, participativa e consciente. Para isso, a população precisa de ter acesso a uma educação adequada (de qualidade e específica para o campo) e sistêmica, na qual os alunos sintam-se refletidos dentro daquele contexto, tema que será discutido mais à frente (Lima, 2014). Os profissionais, especialmente os ligados ao trabalho no campo, necessitam de processos de capacitação, com a inclusão de novas tecnologias ligadas à sustentabilidade e ao seu ambiente natural, e necessitam, enquanto comunidade rural, de inclusão e participação pública em todas as decisões ligadas ao ordenamento do território.

Sem o envolvimento da população de forma democrática e efetiva, não será possível atingir o desenvolvimento pleno e evitar que mais famílias se desloquem para as cidades, aumentando o processo de favelização, de negação do direito à cidade e de ocupações irregulares em zonas sensíveis. Consequentemente, o campo sofrerá um processo de esvaziamento ou de gentrificação, enquanto que a cidade aumentará ainda mais o seu espraiamento e o avanço sobre áreas rurais, demandando mais serviços e infraestruturas urbanas, com maior custo de manutenção e maior consumo de recursos (Maricato, 1987, 2000 e 2011).

## 1.5 Metodologia e Estrutura da Dissertação

A estrutura metodológica partiu, primeiramente, de uma pesquisa de base bibliográfica, dentro do tema do Desenvolvimento Sustentável. Buscou-se identificar o histórico do mesmo a uma escala global; onde surgiram os primeiros debates e a partir de que premissas; identificaram-se as principais cimeiras e o que estas definiram como base para políticas futuras, bem como o panorama mundial e o contexto de algumas nações dentro deste. A seguir, foi necessário entender onde o Brasil se encaixava, no contexto global e, se este cumpria ou não os acordos firmados e suas metas estabelecidas.

Desenvolveu-se, em paralelo, um breve estudo, também em base bibliográfica, sobre o fenômeno da metropolização e do espraiamento urbano; quais as causas e consequências para o território; e quais os territórios mais afetados e porquê. A partir do entendimento deste conceito, foi possível identificar a vulnerabilidade de solos rústicos face ao crescimento desordenado e, ainda, entender quem beneficia com a falta de planejamento urbano.

Prospectou-se, ainda, zonas vulneráveis ambientalmente, localizadas no município de Feira de Santana. Para além da base bibliográfica, seguiram-se visitas a instituições públicas para levantamento de dados e de base documental a respeito do histórico de crescimento urbano. Para a obtenção de informações referentes ao planeamento estratégico municipal (no caso de haver um), nomeadamente na Prefeitura e na câmara Municipal, foram solicitadas entrevistas aos gestores municipais, porém, sem o retorno esperado.

Foram realizadas, ainda, visitas de campo e breves entrevistas a líderes e agentes locais para definir que a Matinha seria o povoado que melhor se enquadraria no âmbito desta pesquisa. Após definir a sede do distrito de Matinha dos Pretos enquanto caso de estudo, mais informações foram levantadas *in loco*, em breves entrevistas a atores locais, em instituições públicas no distrito e no município, nomeadamente a Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, o Mercado Municipal da Matinha, a Capela de São Roque, o Posto dos Correios e o Posto da Polícia Militar. No município de Feira de Santana, foram visitadas as instituições a seguir indicadas: Biblioteca Central Julieta Carteador, Universidade Estadual de Feira de Santana, Museu Casa do Sertão, Arquivo Público do Estado da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo, Biblioteca Pública Municipal Arnold Silva e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Outras instituições foram contactadas por telefone ou pela internet. A seguir ao levantamento de dados, foi elaborada uma caracterização do território, cruzando as informações obtidas a partir do levantamento bibliográfico, de fotos tiradas pelo autor no local, e de dados obtidos nas instituições supracitadas.

Por fim, após a análise do território, foram sugeridas propostas de base textual, visando atingir o Desenvolvimento Sustentável e promover a inclusão social da Matinha, a partir de mecanismos como a educação do campo, o consumo consciente e a valorização de resíduos para aplicação no próprio território. Foram sugeridas propostas para reduzir o impacto ambiental a partir do tratamento de efluentes domésticos *in loco* e de forma descentralizada, lançando estes no ambiente já tratados.

Em relação à estrutura da dissertação, esta foi dividida em cinco capítulos principais. O primeiro capítulo, consiste em uma introdução ao tema, com o respectivo enquadramento da pesquisa no contexto local e nacional. Efetua-se uma breve análise do contexto de Feira de Santana no âmbito do DS e de que paradigma de desenvolvimento é aplicado atualmente, e se este beneficia ou não a comunidade da Matinha. A seguir, foi definido um objetivo geral para a pesquisa, seguido de alguns objetivos específicos. Ainda neste capítulo, descreve-se uma breve justificativa para o tema proposto e para o caso de estudo escolhido. Na etapa seguinte, descreve-se a estrutura metodológica aplicada no trabalho e a estrutura do corpo da pesquisa.

O capítulo dois é dividido em três subcapítulos. Cada um destes sintetiza o Estado da Arte a partir de um conceito, sob a óptica de diferentes autores que o analisam. São eles: a Metropolização, a Gentrificação e o Desenvolvimento Sustentável. Cada um dos conceitos é contextualizado no capítulo seguinte, dentro do contexto local do caso de estudo, com os seus constrangimentos e suas potencialidades, se houver.

O capítulo três descreve a caracterização do território, inicialmente, a partir de uma breve abordagem histórica, seguida pela caracterização física e sócio-econômica do território, e da população que o compõe. De seguida, desenvolve-se uma análise sobre o crescimento desordenado na cidade, como este se deu, a partir de políticas públicas voltadas para beneficiar a iniciativa privada e o lucro de grupos específicos e, suas consequências na zona rural, nomeadamente, o risco de gentrificação na Matinha. Nesta etapa, busca-se entender que grupos são esses e como se deu este fenômeno dentro da legislação em vigor.

O capítulo quatro debruça-se, ainda mais, sobre a Matinha, todavia, com um foco maior em propor caminhos e formas de repensar o território sob o prisma da população local. Nesta etapa do trabalho, busca-se por soluções para impulsionar o desenvolvimento local como meio de atingir os ODS da Agenda 2030, mas também como ferramenta contra a gentrificação. Apresentam-se, também, caminhos para o DS e para a preservação da cultura, da história e do ambiente natural. A educação é apresentada como principal ferramenta de conscientização e de empoderamento (*empowerment*), nomeadamente a Educação do Campo. Desenvolve-se uma rápida análise sobre o papel das cooperativas de produtores e sobre a necessidade de valorização do produto local, bem como da necessidade de preservação e de empoderamento da agricultura familiar, de forma sustentável. Ainda neste capítulo, apresentam-se alternativas para o tratamento orgânico de resíduos domésticos, em sistemas naturais e que são indicados para zonas rurais, além de sugerir o reaproveitamento destas águas tratadas. E, finalmente, o capítulo aborda a necessidade de desenvolver uma Governança Participativa, menciona as dificuldades enfrentadas atualmente para atingir este modelo de participação cidadã, e o que poderá ser feito no âmbito local, ou seja, as oportunidades existentes.

Por fim, o quinto e último capítulo, discorre sobre os resultados alcançados a partir da pesquisa desenvolvida e, tendo em vista o contexto local. As propostas descritas no capítulo anterior consideram a realidade local e as necessidades da comunidade. São citados, também, os desafios encontrados pela população local. E, finalmente, são citados os próximos passos em

trabalhos futuros, levando-se em consideração, sempre, os aspectos regionais da Matinha e as suas peculiaridades.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Metropolização

As metrópoles brasileiras vivem um processo de transformação que deve ser entendido dentro de um contexto mais abrangente, nomeadamente no cenário capitalista neoliberal, não só pela sua desindustrialização, mas pelas características de mudanças profundas estruturais, que Toro (2016) chama de revolução urbana. A consolidação das grandes cidades no mundo enquanto metrópoles, se deu como consequência da Revolução Industrial. O surgimento de novas metrópoles contemporâneas e a transformação das antigas metrópoles industriais, em metrópoles globais capitalistas neoliberais, é denominado por Toro (2016) como uma rutura das cidades da era pós-industrial para a era do capitalismo neoliberal. As grandes cidades tipicamente industriais sofreram transformações ao longo de décadas que marcaram a estrutura urbana e que evidenciaram suas peculiaridades do ponto de vista social, ambiental e geográfico.

A segregação social e econômica, típica do capitalismo industrial, persiste, o que muda são as características desta e como ela funciona, em que locus atua e quais os resultados na cidade contemporânea. Os agentes promotores desta exclusão também mudam, permanecendo, porém, a alta concentração de riqueza por um lado e de pobreza por outro (Martinez, 2018).

A Revolução Industrial marcou as cidades como locais de produção de bens de consumo. Consequentemente a demanda por mão de obra era alta. Deste modo, a população concentrou-se próxima das fábricas, onde estavam os empregos. Ocorre neste período a migração em massa do campo para as cidades. Neste processo, é importante destacar as diferenças entre a metropolização pós-revolução industrial da Europa e nos Estados Unidos e a metropolização que ocorreu nos países não desenvolvidos, como o Brasil e os demais países da América Latina<sup>5</sup> (Maricato, 2000).

No Brasil, a industrialização e a consequente urbanização em massa aconteceram no início do século XX, que à altura contava com aproximadamente 10% da população nas cidades, segundo Milton Santos *apud* Maricato (2000). Este processo de urbanização possui raízes na “sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente” (Maricato, 2000). A autora descreve que o país, formalmente uma república independente, agora com trabalhadores oficialmente livres, desde 1888, passou por um processo intenso de urbanização, porém de forma desordenada e segregadora, já que a estrutura do sistema colonial prevaleceu mantendo privilégios em poucas

---

<sup>5</sup> Os processos de metropolização ocorreram em diferentes épocas e com peculiaridades ao redor do globo. Aqui irei debater o caso do Brasil, em São Paulo e demais metrópoles brasileiras.

mãos. A partir de 1850 com a Lei da Terra<sup>6</sup>, e apesar dos conflitos fundiários vividos no campo, houve a consolidação do poder nas mãos de grandes proprietários, e a consequente negação aos mais pobres do acesso à terra, já que a lei estabelece que o único meio de adquirir a posse de terras seria através da compra. Após tais acontecimentos, em 1888, com a abolição da escravidão e o surgimento do trabalho livre e assalariado, a pressão pela proclamação da república veio a acontecer no ano seguinte, 1889. Todos estes acontecimentos foram determinantes para fazer acontecer a urbanização das cidades brasileiras, descrita por Maricato (2000, 2003 e 2011).

No ano 2000 o Brasil já contava com 169.799.170 habitantes (IBGE, 2000), enquanto que no ano de 1900 foram contabilizados 17.371.069, segundo a Sinopse de Recenseamento do IBGE (1905). Deste total, Milton Santos *apud* Maricato (2000) afirma que 10% viviam nas cidades em 1900, enquanto que em 2000 mais de 81% delas viviam nos centros urbanos (IBGE, 2000). A partir destes números, que evidenciam um crescimento exponencial, é preciso ter em mente que todas estas pessoas necessitam de habitação e de um espaço dentro da cidade, seja ele formal ou não, legalizado ou ilegal. O movimento migratório que ocorreu no século XX, portanto demandou uma infraestrutura urbana para acomodar grandes massas populacionais e que em sua maioria não possuíam meios para arcar com os custos exigidos em habitação urbana. Mesmo a mão de obra empregada na indústria, que inicialmente se consolidou em São Paulo, não conseguiu arcar com o custo da habitação formal já que os salários pagos eram baixos e incompatíveis com os preços das moradias disponíveis nos bairros planejados centrais e providos de infraestrutura adequada. Assim, Maricato (2000) descreve a formação de grandes áreas informais nas periferias de São Paulo a partir das décadas de 1930 e 1940. A autora conclui que “ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades (habitação, transporte, abastecimento, energia, água, entre outros), o território foi ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço.”

Maricato (2000) traça o perfil da população urbana brasileira e explica como a população de baixo rendimento permaneceu excluída do acesso à habitação na cidade formal, mesmo durante o maior período de crescimento econômico do Brasil:

“De 1940 a 1980, o PIB brasileiro cresceu a índices superiores a 7% ao ano, um dos maiores do mundo no período. A riqueza gerada nesse processo permaneceu bastante concentrada, embora, mesmo com a concentração da renda, o alto grau do crescimento econômico tenha influído na melhora de vida de toda a população, especialmente daquela que abandonou o campo buscando melhores condições de vida nas cidades. A partir de 1964 as cidades brasileiras passam a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado

---

<sup>6</sup> Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei da Terra, dispõe sobre as terras devolutas do império e determina em seu Artigo 1º que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850).

habitacional, em escala nunca vista no país, ocasiona a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. A introdução do apartamento como principal forma de moradia da classe média tem início na década de 40, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Mas é com a implementação do SFH<sup>7</sup> em 1964, que o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, consolida-se por meio de uma explosão imobiliária. Além da imagem das cidades, mudam também o mercado fundiário e vários aspectos da cadeia produtiva (que, apesar disso, não abandona suas características de atraso em relação ao processo de trabalho)” (Ribeiro, 1997; Castro, 1999 *apud* Maricato, 2000).

Conforme descrito acima, os autores demonstram que a iniciativa privada buscou atender essencialmente aos mercados das classes média e alta. Corroborando esta afirmação Botega (2007) aponta que “o SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização da economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal, pelo menos o que era dito, de ser o indutor das políticas habitacionais para superação do déficit de moradia.” Em seu estudo, desde a chamada Era Vargas<sup>8</sup> até o período do início da redemocratização, com o presidente Fernando Collor de Mello, o autor analisa as políticas habitacionais brasileiras e conclui que o processo de urbanização no Brasil, esteve amplamente ligado ao caráter de capitalismo dependente, que a formação econômica e social brasileira adquiriu, sobretudo, após a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento. Esta passagem ocorre sem uma ruptura de modelos, ou seja, o modelo urbano-industrial se constitui como modelo hegemônico sem alterar as estruturas originárias do modelo anterior, mantendo uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na concentração de rendimento, factor que será determinante no fenômeno do êxodo rural que irá acompanhar a urbanização brasileira (Botega, 2007).

Em contrapartida a população, que migrou do campo, precisava de habitação e acabou por invadir zonas desvalorizadas das cidades, fossem elas distantes do centro, desprovidas de infraestrutura, ou fossem zonas sensíveis ambientalmente. Qualquer que fosse a razão desta expulsão para as periferias, a população mais vulnerável não teve acesso ao crescimento econômico vivido naquele período. Como resultado, a ampliação da infraestrutura

---

<sup>7</sup> Sistema Financeiro de Habitação – SFH, instituído a partir da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, que no Artigo 1º determina o seguinte: “O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor rendimento.” (Brasil, 1964).

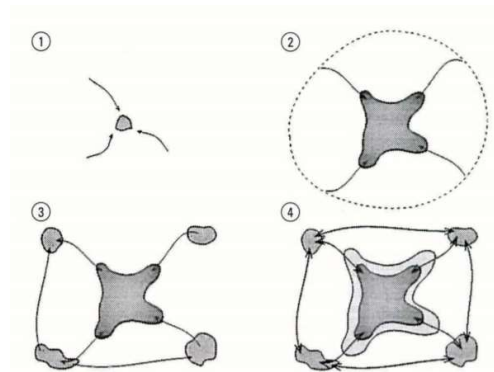
<sup>8</sup> A Era Vargas é a fase da história brasileira em que Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945. A ascensão de Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes (presidente eleito que assumiria o país). Permaneceu no poder até 1945, quando foi forçado a renunciar à presidência por causa de um ultimato dos militares. Como principais características da Era Vargas, destacam-se a centralização do poder, a forte política trabalhista, a intensa propaganda política e a grande capacidade de negociação política, bem como o populismo (Brasil Escola, 2019).



urbana aumenta os gastos na esfera pública, que acaba por ser custeado por toda a população, como Maricato explicita: “Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura” (Maricato, 1987).

Esta expansão urbana, para além dos custos financeiros da gestão municipal, conta ainda com os custos ambientais, tanto pelo consumo maior de recursos naturais, como pelo dano ambiental causado pela ação antrópica, pelo desmatamento, pela ocupação irregular do solo, pela ocupação das áreas ambientalmente sensíveis, pela poluição gerada por estas populações, entre outros problemas que serão de seguida enunciados (Maricato, 2011).

Toro (2016) explica que a formação do território urbano como fruto da Revolução Industrial está marcado pela produção e consumo em massa, no qual ele destaca o “quarteto” automóvel, frigorífico, aspirador de pó e máquina de lavar como fundamental<sup>9</sup>. Em relação ao traçado das cidades o automóvel desempenha um papel determinante na formação urbana, onde a cidade passa a ser planeada pela lógica do veículo individual como principal meio de locomoção. A cidade modernista de Brasília é o exemplo clássico de traçado urbano com lógica automobilística. Dentro deste paradigma de crescimento das cidades, dependentes do automóvel enquanto meio de transporte individual, e do crescente afastamento dos centros tradicionais, cresceram as metrópoles brasileiras e latino-americanas (Toro, 2016; Maricato, 2011). A figura 2.1 demonstra a dinâmica na qual as cidades crescem dentro da lógica do espraiamento e sua evolução.



*Figura 2.1 - Processo de formação de áreas metropolitanas  
(Herbert y Thomas apud Toro, 2016)*

Toro enfatiza a dificuldade em conectar as diversas críticas de autores estudiosos do tema da metropolização, devido aos numerosos neologismos que foram criados para

<sup>9</sup> O autor refere-se ao contexto latino-americano como um todo. O que nos interessa analisar aqui é o papel do automóvel na formação das cidades, havendo portanto diferenças nos contextos locais de cada país e cidade em relação aos demais itens do “quarteto” que o autor menciona.

compreender o processo de crescimento e espraiamento das cidades, bem como os agentes promotores deste processo. Em sua análise o autor explica que há uma grande diversidade de neologismos que enfatizam a cidade, desigual e injusta, produzida pelos agentes do capitalismo neoliberal que - cooptando o Estado em escala local e regional - impõem as suas territorializações às custas de um território cada vez mais violento e segregado, com alto grau de polarização social. Entre os autores citados por Toro (2016) estão Harvey, Castells, Brenner e Soja, entre muitos outros. Para Brenner, por exemplo, Toro (2016) indica o conceito de “Urbanização planetária mercantilizada”, descrevendo-a resumidamente como:

“En la actualidad, la diferencia espacial ya no asume la forma de una división entre lo urbano y lo rural, sino que se articula mediante una explosión de esquemas y potenciales de desarrollo, dentro de un tejido de urbanización mundial que se engrosa - aunque de una manera desapareja.”<sup>10</sup> (Brenner, 2013 *apud* Toro, 2016).

As fronteiras entre rural e urbano tornam-se complexas e difíceis de determinar. Tal complexidade, por outro lado, põe em risco a preservação do campo e das suas fronteiras, perante a pressão do capital neoliberal para rentabilização do solo (Souza, 2016a).

À medida que o capital financeiro exerce pressão sobre solos rústicos, aumentam os custos da infraestrutura urbana, e principalmente, aumenta a pressão pela maximização das potencialidades de uso do solo urbano. Este deve ter o seu potencial explorado ao máximo possível, do ponto de vista econômico. À medida que o solo fica escasso, novos territórios precisam de ser explorados. A preferência pelo solo rural acontece, entre outros fatores também pelo baixo custo, necessitando, porém, de um enquadramento legal para exploração e rentabilização do capital investido, bem como do fomento estatal para viabilizar os projetos de acumulação de capital e garantir sua execução (Santos, 2015).

A partir deste panorama, prevalece o poder do capital financeiro sobre as classes mais vulneráveis, ou seja, que possuem menor acúmulo de capital financeiro. Os camponeses brasileiros, tradicionalmente mais pobres, não conseguem resistir à pressão de grupos imobiliários, especuladores, bancas e demais promotores das mudanças nas metrópoles brasileiras, que são – no âmbito do neoliberalismo – os maiores geradores de desigualdade e de exclusão social do século XXI (Maricato, 2000 e 2011; Toro, 2016). Este processo que gera a expulsão dos moradores originais do campo para dar lugar a novos mercados e novas dinâmicas é denominado de gentrificação, que será discutido no capítulo a seguir.

---

<sup>10</sup> “Atualmente, a diferença espacial não assume mais a forma de uma divisão entre o urbano e o rural, mas é articulada por uma explosão de esquemas e potenciais de desenvolvimento, dentro de uma estrutura de urbanização global mais complexa, embora de maneira desigual” (Tradução livre do autor).

## 2.2 Gentrificação

O fenômeno da metropolização demonstrou, conforme descrito anteriormente, que o espraiamento das cidades gerou um avanço agressivo das áreas urbanas - e urbanizáveis – sobre as áreas rurais mais próximas dos centros urbanos, ou seja, uma pressão maior sobre o uso e a rentabilização do solo. As cidades contemporâneas, ou cidades pós-modernas (Mendes, 2011) transformaram-se de espaços antes concentrados, segregados entre centro e periferia, em tecidos mais complexos, menos coesos e mais extensos. À medida que a cidade avançou, o mercado buscou novas áreas para investir, e criou-se uma pressão pela conversão de solos rústicos em novas áreas urbanas.

Esta busca por novas áreas segue a tendências de mercado com forte orientação para a maximização do aproveitamento do uso do solo, potencializando a lucratividade. Isto ocorre por conta do baixo valor da terra recém-convertida em área urbana, e do solo não urbanizado portanto com menor infraestrutura e custo mais viável de compra para um potencial investimento. Este processo, por sua vez, gera um interesse por novas áreas da cidade, e um consequente abandono do centro tradicional, seja na busca por habitações mais amplas ou mesmo novas, ou zonas mais calmas e espaçosas, seja pelo preço mais acessível. As zonas centrais tendem ao esvaziamento e, consequentemente, ao abandono de investimentos, gerando envelhecimento dos espaços públicos e das edificações, degradação e aumento do risco. Esta dinâmica, paradoxalmente começou a ser revertida no urbanismo pós-moderno, como define Mendes (2011).

Nas grandes cidades brasileiras do final do século XX os centros tornaram-se áreas majoritariamente comerciais e portanto, monofuncionais, vazias e perigosas ao fim do horário dito comercial. Por conseguinte passaram a ser ocupadas por pessoas de baixos rendimentos, sem condições de arcar com os custos de bairros denominados “nobres” e infra-estruturados. Aos menos abastados, a opção foi habitar no centro, marginalizado àquela altura (Rangel, 2015). No início do século XXI, com a tendência, principalmente europeia, de retorno aos centros históricos e tradicionais, e com as chamadas políticas de “regeneração urbana”, as cidades voltaram a valorizar as áreas que outrora estavam à margem dos interesses públicos e privados (Mendes, 2014). Nestas cidades, o processo de gentrificação gerado pela retoma das zonas centrais ocorreu em diferentes fases e níveis. Não obstante, para entender este processo é necessário compreender o capitalismo como política global dominante, no que Harvey (2005) chama de “produção capitalista do espaço”, além da própria globalização em seu momento atual, o neoliberalismo.

Smith (2002) clarifica que a gentrificação<sup>11</sup> atua não como um fenômeno natural, nem tampouco acidental, mas como estratégia urbana neoliberal/global. Outros autores

---

<sup>11</sup> Palavra traduzida do inglês *Gentrification*. O verbo *To Gentrify* deriva do substantivo *gentry* que significa “nobreza, fidalguia”. O conceito utilizado aqui é mais amplo que o original o qual designa o “processo de recuperação do valor imobiliário e de revitalização de região central da cidade após período de degradação; enobrecimento de locais anteriormente populares”. Neste trabalho o fenômeno de gentrificação refere-se a todas as áreas que passam por intervenções urbanas e que expulsam os

corroboram este diagnóstico, porém com ressalvas, como Mendes (2014) que infere que a gentrificação não pode ser vista como consequência automática de políticas de reabilitação, conservação ou renovação urbana, ou de qualquer política de incentivo ao investimento privado no sentido da reabilitação de edifícios de habitação. O próprio Smith (2002) evidencia a migração do capital financeiro, que com a desindustrialização passa a focar no ambiente construído e a transferir os investimentos para o mercado da habitação e da cidade como um todo, nos equipamentos de lazer, edifícios de escritórios, e toda a diversidade de edificações não residenciais. Desta forma a cidade é vista como um produto a ser comercializado, rentabilizado, negociado, enfim como uma fonte de lucros que, como qualquer outro negócio, precisa de ter seus investimentos potencializados ao máximo de lucratividade possível. Com esta lógica neoliberalista, o mercado busca o solo mais barato para compra, especialmente os sítios mais distantes dos centros urbanos tradicionais, com fraca infra-estrutura, geralmente solos rústicos, para em seguida maximizar os lucros do investimento através do loteamento e posterior revenda. Enquanto isso os centros tradicionais passam por processos de degradação e ausência de investimentos de forma sistemática. Estas transformações não ocorrem por acaso. Smith (2006) *apud* Rangel (2015) aponta para o que considera crucial nos processos de gentrificação: o facto de que envolve não apenas uma mudança social, mas uma mudança física de habitação local, combinando a higienização social com a reabilitação das áreas para que a classe média possa habitá-las. Tal fenómeno acarreta o aumento do custo de vida e a especulação imobiliária, tendo também um sentido global:

“O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas” (Smith, 2006 *apud* Rangel, 2015).

As cidades tornaram-se, portanto, palco de disputas e de campanhas de marketing, seja em busca do turismo ou como polos de atração de investimentos, polos de inovação e tecnologia. Assim, o mercado imobiliário passou a atuar como personagem central do contexto urbano global, o qual Smith (2002) chama de novo urbanismo (new urbanism).

Cidades como Lisboa, Porto, Barcelona, entre outras, sofreram e ainda sofrem intensos processos de revitalização, requalificação ou da chamada “regeneração urbana” das regiões centrais, nos quais foram inseridos investimentos massivos e que transformaram as zonas centrais em locais de interesse para habitantes com grande poder aquisitivo ou mais recentemente investidores interessados em rentabilizar imóveis para fins maioritariamente turísticos (Smith, 2002). Injeção de capital para melhoria de infra-estruturas prediais (por parte

---

moradores originais, geralmente detentores de menor poder aquisitivo, sendo assim substituídos por outros de maior poder econômico (Veja, 2017; Rangel, 2015).

da iniciativa privada), e também infra-estrutura urbana em transportes, serviços e lazer (por parte do poder público) geram mais valias aos proprietários que elevam o valor dos imóveis e do custo de vida nestes locais, o que por sua vez torna inviável arcar com tais despesas para moradores de baixo estatuto econômico. Estes acabam por deixar suas habitações em busca de áreas mais econômicas, abrindo caminho para novos moradores, de maior poder aquisitivo (Mendes, 2014).

Torna-se uma tarefa complexa decodificar a cidade pós-moderna, conforme ela era definida tradicionalmente no que Edward Soja chama de “cidade dupla”, ou seja, do proletariado e da burguesia. Sobre isto, Mendes (2014) afirma o seguinte:

“A reestruturação urbana, na qual se insere o processo de gentrificação, contribui para produzir uma cidade extraordinariamente volátil, segmentada, fragmentada, descentralizada, amorfa e impressionantemente heterogênea nas práticas socioculturais, nos modos e estilos de vida e na organização espacial e na gestão de como o território é afetado para cumprir uma diversidade funcional cada vez maior” (Mendes, 2014).

As políticas do neoliberalismo dissolvem a cidade em diferentes tecidos urbanos, desconectados e que atendem a segmentos muito específicos, e que dificultam a coesão urbana e geram conflitos e exclusão social. No Brasil, a proliferação em massa de condomínios fechados nas cidades médias<sup>12</sup>, fenômeno que já era comum nas metrópoles, gerou um mercado fundiário agressivo nas periferias destas cidades de médio porte que não contavam com planos de desenvolvimento urbano consistente, nem com infra-estruturas adequadas para atender à demanda que foi criada (Mendes, 2011). Os preços dos terrenos elevaram-se e áreas rurais precisaram de ser convertidas em áreas urbanas devido à pressão dos agentes imobiliários e sob leis que favoreciam a iniciativa privada, conforme abordar-se-á no próximo capítulo (Souza, 2016a). Este avanço sobre áreas rústicas, por sua vez gerou uma onda de gentrificação rural, diferente do fenômeno descrito inicialmente por Ruth Glass e Neil Smith, que definem o termo como típico das zonas centrais das cidades, mas que atua nestas periferias de forma semelhante à tradicional (Rangel, 2015).

Ainda, como consequência, para além da gentrificação em si, problemas como a mobilidade diária (casa-trabalho) perpetuam-se nas metrópoles e avançam também para as cidades médias. Smith (2002) cita São Paulo como exemplo, onde alguns trabalhadores iniciam suas jornadas às 03:30 da manhã para em seguida consumirem, em média 4 horas no percurso ao trabalho, no centro da cidade. Com um total de 16 horas diárias fora de casa e, comumente

---

<sup>12</sup> São consideradas cidades médias no Brasil aquelas que possuem mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes. Apesar do quantitativo populacional ser considerado um critério para a sua definição, não é considerado o elemento mais importante. Tais cidades costumam polarizar outras menores e estabelecem em torno de si um entorno composto por centros urbanos que sofrem a sua direta influência. Estas vêm adquirindo um papel com importância crescente na economia brasileira, pois elas são os principais centros de destino de indústrias, empregos e mão de obra qualificada. Isso acontece graças ao atual momento de desconcentração industrial em curso no país (Brasil Escola, 2019; IBGE, 2019).

dormindo nas demais horas restantes, estes trabalhadores não encontram opção de melhoria de vida mudando-se para zonas mais próximas ao trabalho devido ao alto custo que teriam de arcar para viverem na cidade consolidada. A explicação para este problema, segundo Smith (2002), e ao contrário do que alguns planeadores apontam, não seria a simples falta de infra-estrutura adequada, claramente insuficiente. O Autor aponta:

“Many well-meaning planners indict the lack of suitable infrastructure, and that is undeniably an issue. However, if we step back one level of abstraction, there is a fundamental geographical contradiction between the dramatically increased land values that accompany the centralization of capital in the core of these metropolises and the marginal, exurban locations where workers are forced to live due to the pitiful wages on which that capital centralization is built”<sup>13</sup> (Smith, 2002).

Existe, portanto, um aumento substancial no valor do solo, que se repete nas metrópoles latino-americanas, e que nega aos trabalhadores assalariados o direito de viver e usufruir das cidades nas quais trabalham. Os salários não acompanharam o aumento do valor fundiário e torna-se impossível arcar com os custos de usufruto das comodidades oferecidas pela proximidade e pela infra-estrutura instaladas, sobrando como única opção as zonas distantes e ausentes de equipamentos e de investimentos públicos.

Por outro lado, os processos de reabilitação urbana, como o que ocorre em Portugal, nomeadamente nas cidades de Lisboa e Porto, valorizam áreas que não eram consideradas centrais, mas que, após anos de investimento massivo – público e privado – passaram a ser visadas por investidores e novos moradores, agora interessados no novo valor agregado aos bairros, e consequentemente aos imóveis. Cria-se, assim, uma nova onda de gentrificação que expulsa populações que outrora instalaram-se nestes locais considerados “não centrais” justamente por serem mais baratos àquela altura (Rodrigues, 1992 *apud* Mendes, 2014). À medida que os investimentos chegam, o valor dos imóveis aumenta e com estes a pressão pela rentabilização. O próximo passo é a expulsão daqueles que não puderem arcar com os custos de morar em localidades que oferecem tais facilidades, e que precisam agora buscar novas periferias.

Do ponto de vista ambiental e mesmo econômico, é insustentável para as administrações públicas (câmaras municipais) e para o próprio planeta subsidiar esta demanda por solo urbanizável, por matéria-prima, por insumos em geral, e depois por infra-estruturas e manutenção da malha urbana, cada vez maior. Não se trata apenas de uma questão financeira, que naturalmente tem sua relevância, mas trata-se principalmente de uma incapacidade técnica

---

<sup>13</sup> “Muitos planeadores bem-intencionados denunciam a falta de infraestrutura adequada, o que é inegavelmente um problema. No entanto, se recuarmos um nível de abstração, há uma contradição geográfica fundamental entre os valores da terra dramaticamente elevados que acompanham a centralização do capital no coração dessas metrópoles e os locais marginais e suburbanos onde os trabalhadores são forçados a viver devido aos salários precários sobre os quais essa centralização do capital é construída” (Tradução livre do autor)

do planeta em oferecer todos os recursos naturais necessários ao sustento dessa população espalhada e consumista e que cresce em ritmo ultra acelerado (WCED, 1987; UNCED, 1992).

A gestão adequada do uso do solo e dos recursos naturais é, portanto, uma prioridade, conforme estabelece o Relatório Brundtland (1987) e outros autores (Feil & Schreiber, 2017; Barbosa et al, 2014) para evitar a deterioração ambiental global, mas também para promover uma ocupação justa e democrática, com inclusão social e que evite promover ainda mais os conflitos territoriais e a gentrificação sistemática. O DS aborda estas questões, os desafios existentes e também os conflitos que emergem a partir da teoria e da prática deste conceito, a partir da ótica de diferentes autores e atores, conforme capítulo a seguir.

## 2.3 Desenvolvimento Sustentável

O termo Desenvolvimento Sustentável, bem como o próprio conceito de sustentabilidade, permitem uma ampla gama de interpretações e ambos os termos dependem do prisma sob o qual são analisados. Há divergências entre os diversos autores e estudiosos em relação a alguns dos aspectos que envolvem tais conceitos e não há, portanto, um consenso sobre a definição exata de cada uma destas terminologias. O contexto no qual estes termos são estudados deve ser considerado, bem como o autor que expõe a sua ideia e quais os objetivos do mesmo em definir o termo são factores essenciais na delimitação do que o DS significa, pois a falta de um conceito oficial permite que o termo seja apropriado por diferentes atores sociais de acordo aos seus interesses, muitas vezes fazendo uso do mesmo para fins de marketing ou de promoção política, ou conforme suas conveniências (Barbosa et al, 2014).

Barbosa, Drach e Corbella efetuaram uma revisão conceitual de ambos os termos, DS e Sustentabilidade, no qual citam divergências e convergências entre os diferentes autores que debatem os temas. Os autores apontam que o DS é um termo extremamente vago por permitir que diferentes grupos sociais se apropriem do mesmo em diferentes contextos e que sua abordagem depende de quem a faz e de suas conotações (Barbosa et al, 2014). Já o Relatório Brundtland (1987) reúne informações do comitê organizador, liderado pelo norueguês Gro Harlem Brundtland, como um documento preparatório à Comissão das Nações Unidas de 1992 – Rio 92 ou Eco 92. Neste documento, também conhecido como “Our Common Future”, foram publicadas informações, após 3 anos de pesquisas, com ênfase especialmente em questões sociais, mas também em relação ao uso e ocupação do solo, uso da água, habitação digna, educação, saúde e em como administrar o crescimento urbano a partir dali. Toda esta problemática seria então definida como um desenvolvimento sustentável (WCED, 1987).

O debate acerca do DS pode e deve agregar diferentes setores da sociedade, bem como diversos grupos sociais, todavia, não deve receber significados divergentes entre si e de acordo com cada ator social (Cepal, 2019).

A definição utilizada neste trabalho é retirada, assim, deste relatório, já que é uma das mais aceitas e debatidas. O documento diz o seguinte:

"Sustainable Development is one that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs"<sup>14</sup> (WCED, 1987).

Entretanto, Feil & Schreiber (2017) alertam que, apesar de este conceito ser o mais citado na literatura e ter sido creditado ao WCED, sua ideia original é de J. Evelyn em sua obra “Sylvia or a Discourse of Forest” de 1664. Os autores afirmam ainda que “apesar da confusão da atribuição de créditos em relação à ideia, o conceito possui duas questões-chave: a ideia das

---

<sup>14</sup> “DS é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (tradução livre do autor).



necessidades essenciais dos pobres (a que se deve atribuir absoluta prioridade em especial nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; e as limitações impostas pelas tecnologias e das organizações sociais referentes à capacidade de o meio ambiente atender às necessidades básicas presentes e futuras. Portanto, percebe-se que se apresenta a tensão dinâmica entre a pobreza e a preocupação ambiental, considerando a continuação da vida dos seres humanos dentro de certas restrições ambientais.”

Sepúlveda (2005) *apud* Almada et al (2014) explica que, para o desenvolvimento ser sustentável, “deve ser concebido como um processo multidimensional e intertemporal, no qual a trilogia (ambiental, social e política) e equidade, sustentabilidade se apoiem em princípios éticos, culturais, socioeconômicos, ecológicos, institucionais e políticos e tecnológico-produtivos” e determina ainda que atividades humanas se processem dentro dos limites que não ponham em perigo a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico que serve de base à vida.

Ainda de acordo com o Relatório Brundtland (1987), todas as diferentes problemáticas devem ser tratadas de forma integrada pois estão interconectadas e não poderiam ser analisadas e trabalhadas isoladamente umas das outras, e afirma ainda que o planeta é um só, e por isso deve ser visto como um sistema único para que haja o sucesso de todos os esforços envolvidos.

Durante os eventos de 1992, foi gerada a Agenda 21 (UNCED, 1992), que debatia as problemáticas descritas acima e propunha preparar o mundo para enfrentar as questões futuras, através de 21 objetivos a serem cumpridos pelas nações envolvidas. Corroborando o Brundtland, a Agenda 21 visa combater a pobreza e as desigualdades, bem como atingir a equidade e garantir acesso seguro à água potável e a alimentos para todos, a justiça social, entre outras questões, sem perder de vista, no entanto, o desenvolvimento, nomeadamente através do crescimento econômico das nações. Após ser desenvolvida a Agenda 21, a mesma acabou por ser incorporada por outras agendas ao redor do mundo, relativas ao desenvolvimento e aos direitos humanos.

Ambos os documentos, todavia, receberam diversas críticas, por apresentarem como principais causas da insustentabilidade do planeta o crescimento populacional descontrolado e a pobreza dos países considerados subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e colocando apenas como causa secundária a poluição causada pelos países industrializados (Barbosa et al, 2014).

O conceito de DS deve ser considerado como uma ideia ainda em “construção”, em elaboração, devido aos desafios enfrentados por todos os grupos que debatem o assunto e pela carência de maiores consensos e entendimentos sobre o tema. O desenvolvimento do tema é, deste modo, ainda controverso nas ciências sociais. No contexto pós Segunda Guerra Mundial muitos países começaram a concentrar esforços na redução da pobreza, do desemprego e das políticas econômicas, e de discriminação racial, entre outros. Assim, a demanda por recursos e por novas tecnologias cresceu, enquanto o debate sobre o que era desenvolvimento se intensificava (Barbosa et al, 2014).

Em seus estudos sobre desenvolvimento, Ignacy Sachs apresenta 3 diferentes visões resultantes de ações governamentais e não-governamentais, e que são também debatidas por Barbosa et al (2014) em sua revisão conceitual. Todos os autores concordam que os parâmetros são muito sutis para distinguir o que pode ou não ser considerado ambientalmente sustentável, e concordam, ainda, que uma das principais questões é a preservação dos recursos naturais (Sachs, 1996).

Outrossim, cada entidade governamental ou não-governamental projeta as suas metas e ações priorizando o crescimento econômico como meio para atingir o desenvolvimento, com foco em reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida, ainda que tais meios não venham a erradicar a miséria, o que se torna questionável enquanto política de DS. Em contrapartida, organizações não-governamentais (ONG's) e acadêmicos começaram a "fazer uma leitura" da sustentabilidade como mecanismo para limitar o crescimento e formar novos paradigmas focados nas pessoas enquanto seres humanos e pertencentes a um meio natural, tal qual os animais e plantas em geral (Barbosa et al, 2014; Feil & Schreiber, 2017). Este paradigma de desenvolvimento gera questões difíceis para governos nacionais e transnacionais uma vez que o contexto atual é o de um mundo cuja principal estratégia para a sustentabilidade é o crescimento econômico. A sustentabilidade global não pode ser financiada sob uma ótica de déficit ecológico. Nem todos os países ou regiões podem ser importadores líquidos de capacidade biofísica, e a grande maioria dos países desenvolvidos não possui solos férteis capazes de suprir as necessidades atuais da população local (Rees, 1997). A questão é: como essa realidade deve ser refletida nas estratégias nacionais e globais para o desenvolvimento socioeconômico ecologicamente sustentável?

O Relatório Brundtland apontou, em relação às questões urbanas, a necessidade de descentralizar a aplicação de recursos financeiros e humanos e a necessidade de o poder político trabalhar em favor das cidades em escala local. Nesta perspectiva, a produção para consumo local, que evita custos de transportes, bem como a sua conservação e a poluição geradas em todo o processo – inclusive refrigeração, embalagens, desperdício, entre outros – surge como alternativa sustentável para reduzir a pegada ecológica, embora nem todas as nações consigam produzir tudo o que necessitam, conforme mencionado acima. Ainda neste caso, a pobreza também é considerada como um problema ambiental, pelo Relatório Brundtland (1987) apontando que:

"Widespread poverty is no longer inevitable and that the development of a city should focus on the basic needs of all and provide opportunities for improved quality of life for the population"<sup>15</sup> (WCED, 1987).

---

<sup>15</sup> "A pobreza generalizada já não é inevitável e o desenvolvimento de uma cidade deve se concentrar nas necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades para a melhoria da qualidade de vida da população" (tradução livre do autor).

A pobreza é, portanto, um fator que influencia diretamente na possibilidade de atingir a meta de sustentabilidade, enquanto forma de organização social que, principalmente nos países do hemisfério sul, exacerba as diferenças sociais e o seu aumento.

Para Barbosa et al (2014) o conceito de DS busca estabelecer uma possibilidade efetiva de uma ordem social democrática, sem necessariamente implicar a superação do capitalismo. Entretanto, uma ordem ecológica e social democrática não corresponde a uma ordem de mercado que busca o lucro e uma acumulação descontrolada. Os autores citam Mota & Silva para explicitar que há dois conflitos em relação à concepção de DS: um deles é a contradição em propor um modelo de desenvolvimento endógeno marcado pela globalização do capital financeiro; e em seguida submeter a gestão dos recursos naturais aos interesses da economia de mercado (Mota & Silva, 2009 *apud* Barbosa et al, 2014).

Em sua análise sobre os sistemas urbanos, Rees (1997) aponta que a urbanização, o comércio e a tecnologia, promoveram a ilusão de que os seres humanos alcançaram independência ambiental. Contudo, ocorreu exatamente o contrário. Com o aumento do consumo *per capita*, os seres humanos estão mais dependentes do que nunca dos fluxos de bens e serviços fornecidos pela natureza. As cidades são componentes totalmente dependentes do meio natural – nomeadamente do campo – e, portanto, nenhuma cidade poderia sobreviver isolada do resto da natureza. Reforçando esta visão, Barbosa et al (2014) afirmam que quanto mais o sistema permanece estável, maior a sua capacidade de resiliência. Deste modo, o DS visa permitir que o solo mantenha a sua capacidade de recomposição de modo a permitir o usufruto permanente sem que este o prejudique.

A sustentabilidade só pode ser alcançada quando se atua profundamente em cada uma dessas estruturas destacadas acima e em suas variáveis e restrições, incluindo o ciclo de vida de cada elemento consumido ou produzido (Lemos, 2010 *apud* Barbosa et al, 2014). Assim, apesar de todas as divergências entre os estudiosos do tema, há alguns consensos entre os mesmos. Um deles é o de que a pobreza é um problema a ser erradicado, e que a sustentabilidade depende diretamente desta meta ser alcançada. Outro consenso é o da finitude dos recursos naturais e, finalmente a participação de todos, de forma democrática no processo bem como a distribuição equitativa dos recursos entre as pessoas. (Feil & Schreiber, 2017; Rees, 1997; Gollagher & Hartz-Karp, 2013; WCED, 1987; Barbosa et al, 2014)

Sachs (1997) destaca três visões distintas de DS. A primeira, que ele chama de "perspectiva da concorrência", prevalece uma demanda pela preservação do desenvolvimento e não do ambiente em si. Para Arturo Escobar (1994) *apud* Barbosa et al (2014) essa visão é chamada liberal e é a mais difundida nos últimos anos, incluindo o Relatório Brundtland. O discurso liberal apresenta a ideia de que a realidade social pode ser ajustada a partir de novos conhecimentos tecnológicos. Acredita-se que novos padrões tecnológicos e novas formas de gerenciar questões sociais possam "salvar" a natureza e impedir o colapso ambiental. Essa mercantilização ambiental pode ser vista quando grandes empresas causam desastres ambientais e pagam multas para compensar os danos ou quando países podem negociar os créditos de emissão de carbono (Barbosa et al, 2014).

A segunda visão de DS apresentada por Sachs (1997) é a "perspectiva do astronauta", popularizada entre os ambientalistas, como uma visão de fora. A partir do momento em que os astronautas trouxeram imagens e fotografias do globo, alguns ambientalistas destacaram a finitude dos recursos da Terra. Essa visão desenvolveu um discurso em que as aspirações humanas tornam-se irrelevantes diante das questões que o planeta enfrenta. Sob esta ótica, os recursos naturais estão em primeiro lugar e não a humanidade, o que traz de volta as diferenças entre os hemisférios sul e norte. Enfrentar o problema ambiental através de números inicia uma discussão entre os países industrializados, que beneficiaram enormemente e ainda continuam desfrutando dos bens materiais, e os países em desenvolvimento, que desejam ter o direito de usar essa propriedade tanto quanto os outros (Barbosa et al, 2014). Os países industrializados, com o seu poder econômico, podem manter a sua alta produção e ainda têm a capacidade de "comprar o direito de poluir" dos países mais pobres, conforme previsto no Protocolo de Quioto (UN, 1998).<sup>16</sup>

A ONU, através do Tratado de Quioto, reconhece que os países desenvolvidos são os principais responsáveis pelos altos níveis atuais de emissões de GEE na atmosfera como resultado de mais de 150 anos de atividade industrial. A partir desta premissa, o Protocolo impõe um fardo mais pesado às nações desenvolvidas sob o princípio de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" (UN, 1998).

A última visão de desenvolvimento mencionada por Wolfgang Sachs (1997) é a chamada de "perspectiva doméstica", na qual para proteger o ambiente e a sociedade é necessário delimitar o desenvolvimento extrativo, ou seja, delinear um novo paradigma de consumo dos recursos naturais. Esta visão torna-se um grande desafio, especialmente para os países mais ricos, ao propor uma diminuição na produção. A principal preocupação da "perspectiva doméstica" é buscar uma sociedade capaz de permanecer em um nível intermediário de produção e consumo. Sob esta ótica, o desenvolvimento tradicional é visto com desconfiança e os excessos do capitalismo são prejudiciais. Sachs (1997) defende que o desenvolvimento deve consumir menos e ser mais inclusivo, mais humano. O autor ressalta ainda que o declínio da produção não necessariamente levaria à diminuição do bem-estar. O problema social não é a pobreza, mas a riqueza. Pensar a sustentabilidade requer pensar no bem-estar coletivo, e não no individual (Barbosa et al, 2014).

Em suma, o DS requer um debate complexo a respeito de questões locais, diferenças culturais e econômicas entre as nações, e mesmo dentro das nações entre as classes sociais. O tema implica discutir soluções para problemas distintos, porém, interconectados, especialmente a desigualdade e o que esta gera ao planeta.

Assim, DS é sobre a importância de questões locais e a promoção de produtos regionais, pregando a negação do mercado global oposto ao mercado local. Existem muitas contradições e desafios a serem enfrentados ao priorizar ações urbanas voltadas ao DS. A busca

---

<sup>16</sup> O Protocolo de Quioto é um tratado internacional que estabelece níveis máximos de emissão de gases que agravam o efeito estufa, pelos países membros. A cimeira ocorreu em 1997 e o tratado foi assinado no ano seguinte. (UN, 1998)

de uma definição, bem como de um consenso do que é ser sustentável traz uma série de proposições e estratégias que buscam operar nos níveis local e global (Barbosa et al, 2014).

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Matinha dos Pretos: Evolução Histórica

A Matinha é um dos 8 distritos<sup>17</sup> rurais pertencentes ao município de Feira de Santana. Conta com 8.855 habitantes (IBGE, 2010), e está localizada a norte do centro da cidade, na porção leste da rodovia Transnordestina, ou BR-116 Norte, conforme a figura 3.1. O distrito engloba um total de 16 povoados<sup>18</sup>, incluindo sua sede, uma comunidade quilombola que conta com 573 habitantes (IBGE, 2010) e que deu nome ao distrito, também conhecida como Matinha dos Pretos. O mesmo foi destacado de outro distrito, o de Maria Quitéria, no ano de 2008 sob o Decreto Municipal nº 7.462, de 21 de fevereiro (PMFS, 2008).

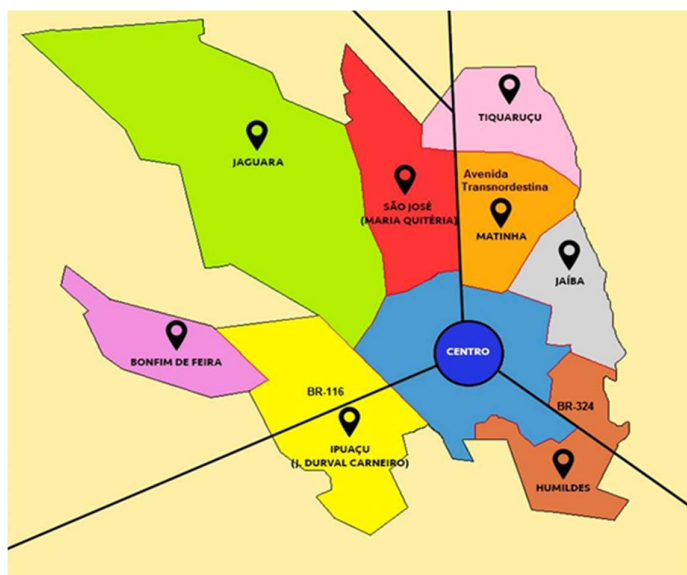


Figura 3.1 - Distritos de Feira de Santana

(Feirenses, 2019).

O povoado-sede possui um perfil semi-rural e disperso, ou seja, há um pequeno núcleo urbano e também algumas habitações mais afastadas deste aglomerado e já com

<sup>17</sup> A definição brasileira para distrito, ao contrário do termo em Portugal, estabelece o mesmo como uma unidade administrativa pertencente a um município. Sua criação, desmembramento ou fusão depende de lei municipal, que deve observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual (IBGE, 2010). O distrito da Matinha pertence ao Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, seguindo a hierarquia estabelecida na Constituição Federal de 1988 e nos conceitos do IBGE. Além deste, Feira de Santana possui ainda outros 7 distritos, todos rurais, além do distrito sede, de mesmo nome do município. Além dos distritos, conta ainda com 16 outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS).

<sup>18</sup> São eles: Olhos D'Águas das Moças, Candeal II, Santa Quitéria, Moita da Onça, Vila Menilha (Salgada), Baixão, Tupy, Tanquinho, Genipapo II, Alto do Tanque, Alto do Canuto, Alecrim Miúdo, Jacu, Capoeira do Rosário e Candeia Grossa, além do povoado-sede de Matinha dos Pretos.

características rurais, com horta e/ou pomar, animais domésticos para produção de alimentos para subsistência e eventualmente para comercializar o excedente (Souza, 2016b; Reis, 2013). Sua População Economicamente Ativa (PEA)<sup>19</sup> trabalha em Feira de Santana (maioritariamente) em empregos formais no setor terciário (comércio e serviços), e em suas propriedades rurais para complementar o rendimento familiar, normalmente as mulheres (Souza, 2016b; Reis, 2013). De acordo com o Censo 2010, a maior parte das famílias da Matinha dos Pretos obtêm o seu sustento a partir de empregos formais e fora dos limites do distrito, na cidade de Feira de Santana, apenas utilizando suas próprias terras para complementar o orçamento doméstico. A taxa de desemprego entre a PEA é mais elevada que a média da cidade de Feira de Santana, já considerada elevada quando comparada à de outras cidades brasileiras. De acordo com o IBGE (2010) o total de pessoas acima de 10 anos de idade sem rendimentos é de 38% em Feira de Santana em 2010, já considerado bastante elevado, enquanto que na Matinha este número sobe para 41,5%.



*Figura 3.2 - Praça e Igreja de São Roque, Matinha dos Pretos  
(acervo pessoal, 2019).*

Esta realidade de exclusão econômica e social não se deu por acaso. A comunidade original da Matinha do Pretos, formou-se a partir de um quilombo, ou seja, por escravos ou ex-escravos, egressos de senzalas, fugitivos ou alforriados. A partir de um grupo que foi crescendo à margem do sistema escravocrata vigente à época no Brasil, essas pessoas criaram e consolidaram seu modo de vida ao longo de décadas de conflitos (Souza, 2016b). Isto implica uma série de limitações que se perpetuou ao longo das décadas, por mais de um século, atravessando gerações que não possuíam acesso a educação, por exemplo, nem a oportunidades de emprego, ou mesmo acesso a crédito para adquirir terras ou investir nelas.

---

<sup>19</sup> Entende-se por PEA o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) (IBGE, 2019).

Sua história e memória, no entanto, acabaram por ficar apenas registados de forma oral pelos moradores, e perdida entre documentos diversos, que apenas recentemente começaram a ser resgatados por pesquisadores. Na última década, porém, estudiosos desenvolveram numerosas pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, como será evidenciado a seguir, para resgatar a história, entender a cultura local e também as suas origens. Deste modo foi possível delinear uma trajetória que permitiu perceber como se originaram parte dos seus problemas e como se delineou o panorama atual da Matinha.

Souza (2016b) revela que a estrutura da comunidade de Matinha dos Pretos, principalmente nas regiões mais próximas à sede da comunidade, a Praça São Roque, é de uma localidade urbana, onde existem muitas ruas e loteamentos, algumas destas pavimentadas, com sistema de iluminação pública, coleta de águas pluviais e mobiliário urbano, como é possível notar nas figuras 3.2 e 3.3.



*Figura 3.3 - Praça São Roque e Mercado Municipal ao fundo  
(acervo pessoal, 2019).*

Ainda como características urbanas na sede, é possível notar alguns edifícios com muros altos, portões, edifícios de tipologia urbana e proximidade entre os mesmos, alguns geminados. À medida que se afastam da zona central da aldeia passam a ter características de arquitetura mais rural, sem muros, com cercas no isolamento dos lotes, em ruas não pavimentadas, afastadas entre si, como no exemplo da figura 3.4.





*Figura 3.4 - Edificações afastadas do núcleo urbano central*

*(Google, 2019).*

No ano de 2016 obtiveram, após um longo processo, a certificação oficial de Comunidade Quilombola (FCP, 2019), ou seja, remanescentes de um quilombo que existiu no local. Tal certificação não é uma mera comprovação de um passado de resistência e de heranças culturais. Na prática, este reconhecimento, para além do silenciamento de séculos de história de opressão e exclusão, permite aos locais acessarem por vias legais direitos adquiridos como cotas em vestibulares ou concursos públicos, entre outros benefícios concedidos a minorias em estado de vulnerabilidade social, como comunidades indígenas, caiçaras, pessoas trans, etc (Souza, 2016b; Lima, 2014; FCP, 2019).

Anteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, conseguiram, na justiça, obter os títulos de posse das terras e passá-los aos moradores, após décadas de lutas e de violência. A História do povo que criou a aldeia está ainda hoje em processo de consolidação e em fase de pesquisas mais avançadas, bem como de conscientização da comunidade. Estas conquistas foram possíveis devido ao envolvimento da população local e à consciência de sua coletividade e do conhecimento acerca das leis locais. Souza (2016b) afirma que “as pessoas da Matinha dos Pretos possuem uma consciência acerca dos seus direitos e sobre a legislação municipal, que foi um dos elementos fundamentais para que o plebiscito<sup>20</sup> fosse realizado pela administração municipal. O conhecimento da legislação municipal, atrelado ao poder de organização comunitária desta comunidade e sua vizinhança, foram determinantes para a manutenção do nome de Matinha na sede do distrito, aquando do desmembramento.” A autora refere-se ao processo de desmembramento do distrito de Maria Quitéria e criação do novo distrito de Matinha, em 2008, após anos de deliberação.

<sup>20</sup> A autora refere-se ao plebiscito realizado em 2007 pelo então prefeito para a emancipação da Matinha a distrito, o qual a população temia que o poder executivo utilizasse de outros meios que não o plebiscito, contrariando o previsto na Lei Complementar nº 30/2006.

Deste modo, a consciência coletiva, o conhecimento e o envolvimento da população foram determinantes ao processo de organização do plebiscito, e da própria criação do distrito de Matinha em 2008, mantendo o seu nome de origem, conforme desejo da comunidade. Como estas conquistas, o mesmo ocorreu nas décadas anteriores em relação à posse das terras e à própria criação do quilombo no século XIX, bem como as conquistas posteriores como a certificação de comunidade quilombola. Sobre isto, Souza (2016b) afirma em sua pesquisa que a própria capela de São Roque foi construída a partir do protagonismo tanto dos moradores da Matinha como de Candeal, que financiaram o cruzeiro erguido no local para cumprir uma promessa de uma moradora<sup>21</sup>, na década de 1940. Esta igreja é citada pela autora e por diversos moradores entrevistados por ela como um dos marcos de fundação da comunidade de Matinha dos Pretos. Ainda em sua pesquisa, Souza (2016b) constata, ao longo da década de 1970, o longo e violento conflito pela posse de terras no Candeal e na Matinha, com desdobramentos judiciais e com violência armada, contra a população que vivia no local à época. Outra autora, Reis (2013) também identifica na Matinha lideranças sindicais ao longo de gerações, como no Sindicato dos trabalhadores Rurais de Feira de Santana, por exemplo, corroborando a visão de Souza, do histórico de envolvimento social e de resistência na comunidade, que entre outros resultados, impactou na obtenção dos títulos de posse das terras por cada uma das famílias locais que Souza (2016b) menciona em seu trabalho.

Contudo, apesar destas importantes conquistas, ainda há muitos desafios que a Matinha precisa enfrentar, entre eles a melhoria da qualidade de vida da população, melhorias em sua infra-estrutura urbana e rural, avanços na educação local – nomeadamente ao nível da educação do campo – bem como receber mais apoio para a comunidade rural e para o fortalecimento da agricultura familiar<sup>22</sup>, mas principalmente impedir o avanço da malha urbana consolidada sobre a zona rural e da pressão exercida pela especulação imobiliária, atualmente o maior dos desafios a ser enfrentado para garantir sua permanência no local de origem. Conforme será demonstrado a seguir, estudos evidenciam o crescente interesse por rentabilizar o solo de Feira de Santana, avançando agressivamente sobre territórios rurais e podendo expulsar famílias que nele vivem, com resultados negativos ambientalmente, social e economicamente.

A figura 3.5, mostra o núcleo central da aldeia de Matinha dos Pretos, o troço mais urbano do distrito, com a Praça de São Roque, a Igreja de mesmo nome, e o Mercado Municipal.

---

<sup>21</sup> Conforme Souza (2016b) descreve em sua pesquisa, o cruzeiro – e posteriormente a igreja – de São Roque foram erguidos no local devido à promessa feita por uma moradora da Matinha para que a epidemia de peste bubônica não chegasse até lá. Tal doença estava dizimando muitas vidas em localidades vizinhas à época.

<sup>22</sup> Para Abramovay (1998) *apud* Pavan & Santos Junior (2017) a agricultura familiar “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, sendo combinadas as funções de administrador da produção e de trabalhador. Segundo o autor três atributos básicos estão presentes na agricultura familiar: gestão, propriedade e o trabalho familiar. Com base em Mior (2003), entende-se que agricultura familiar refere-se à às propriedades rurais com atividades de trabalho direto, nas quais a gestão esteja sob a responsabilidade das próprias famílias, que produzem para sua subsistência e comercializam seus produtos para geração de rendimentos. Esta definição está de acordo com o cenário da agricultura familiar no Brasil que a atividade se apresenta historicamente relevante para o desenvolvimento das localidades e a geração de desenvolvimento econômico rural.



*Figura 3.5 - Vista aérea do núcleo urbano principal de Matinha dos Pretos  
(Google, 2019).*

### 3.2 Caracterização da Geografia Física do Território da Matinha

A Matinha e sua zona envolvente, quanto à caracterização geográfica, segundo Marialvo Barreto, em entrevista a Souza (2016a), situa-se no clima tropical sub húmido (com chuvas de inverno) ou semi-húmido. Barreto explana que “Isso quer dizer que é uma faixa de transição entre a Zona da Mata<sup>23</sup>, do litoral mais chuvoso ao Semiárido<sup>24</sup>, com precipitação em torno de 850 mm ao ano, com chuvas concentradas entre os meses de abril e julho. É coberta por uma vegetação denominada mata de cipó que seria a transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga<sup>25</sup>, tendo originariamente uma floresta estacional semidecidual caracterizando-se por perder as folhas parcialmente no período mais seco. O relevo é o planalto sedimentar pré-litorâneo, sendo plano, bastante nivelado e com a presença de lençol freático, responsável pela existência de água no subsolo com vinte a trinta metros de profundidade, sendo que nas áreas mais baixas a água aflora e fica mais visível na superfície” (Barreto *apud* Souza, 2016a).

Jesus et al (2016) corroboram a assertiva anterior e explicam que a Matinha dos Pretos está inserida numa região do semiárido, possuindo uma vegetação com predominância da Caatinga e na sua formação geológica predomina o extrato rochoso cristalino, com diversos locais de afloramento de rochas metamórficas. O material inconsolidado é misto e pouco espesso com presença de areia, argila e silte, sendo que em alguns pontos, notou-se a presença de um solo laterítico. Os autores detectaram também erosões, provavelmente, ocasionadas por águas pluviais e devido à pouca espessura do solo. Em relação à sua topografia, pode-se dizer que predomina o relevo plano. Porém, algumas partes do relevo são suavemente onduladas.

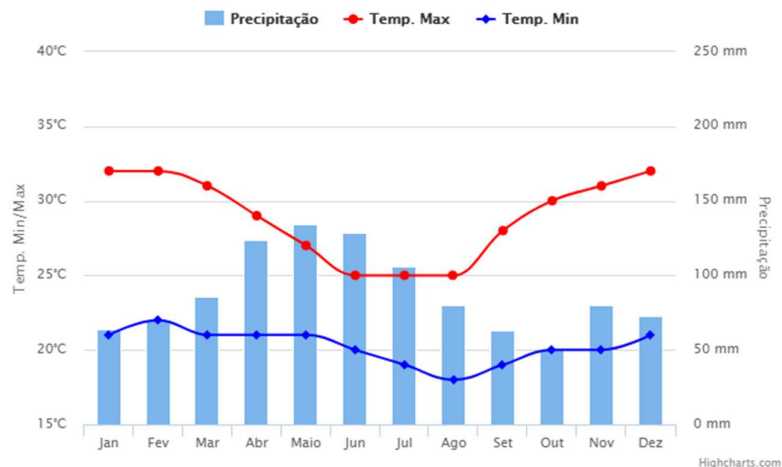
O gráfico da figura 3.6 confirma o índice pluviométrico afirmado por Barreto, e apresenta, ainda, a média das temperaturas mensais. O período de maior precipitação constitui-se entre os meses de abril a agosto, apresentando, contudo, variações significativas ao longo da década, que serão abordadas no capítulo 4. O período mais chuvoso também é o que apresenta as temperaturas menos elevadas ao longo do ano.

---

<sup>23</sup> Zona da Mata é uma faixa litorânea da região Nordeste do Brasil, paralela ao Oceano Atlântico. Esta região foi a porta de entrada para a colonização européia, iniciada no século XVI. É chamada de “Zona da Mata” por que, originalmente, era coberta pela Mata Atlântica. O solo fértil é explorado desde a colonização. É caracterizada por clima tropical úmido, com chuvas constantes ao longo do ano e temperaturas elevadas (Infoescola, 2019).

<sup>24</sup> O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações (IBGE, 2019).

<sup>25</sup> O termo caatinga, de origem indígena, significa mata clara e aberta. Trata-se do Bioma e conjunto paisagístico do sertão nordestino do Brasil, um importante espaço semiárido da América do Sul, em um país com predominância de climas tropicais húmidos e sub húmidos. Já o Bioma Mata Atlântica compreende um complexo ambiental que incorpora cadeias de montanhas, platôs, vales e planícies de toda a faixa continental atlântica leste brasileira. Dependente de maior volume e uniformidade de chuvas e está associada ao clima quente úmido costeiro das Regiões Sul-Sudeste, sem período seco sistemático e com amplitudes térmicas amenizadas por influência marítima (IBGE, 2019a).



Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região.

*Figura 3.6 - Climatologia de Feira de Santana*  
(Climatempo, 2019).

Como é uma área sedimentar a população mais antiga se abastecia com as cisternas circulares cavadas com vinte a trinta metros e buscava água do subsolo. Ainda hoje, na Matinha, as habitações contam com poços para complementar o sistema de abastecimento de água, conforme é possível verificar na Figura 3.7.

O abastecimento público da Embasa<sup>26</sup> falha com frequência, deixando os moradores inseguros quanto ao suprimento de suas necessidades e faz com que os poços artesanais continuem com algum protagonismo, além de serem fonte “gratuita” de água para os cultivos de animais e plantas, que demandam um consumo maior. Na foto aérea (Figura 3.7) é possível identificar pelo menos seis cisternas (pontos brancos), algumas delas utilizadas de forma partilhada, ou seja, por mais de uma habitação, normalmente de familiares que são vizinhos.

Em relação à hidrografia, Jesus et al (2016) afirmam que o distrito possui diversas lagoas no seu interior e seus riachos são intermitentes, por isso, no período seco, algumas zonas de riachos não exibem, ou exibem pouca, lâmina de água.

<sup>26</sup> A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) é a empresa responsável, nos municípios onde atua, pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, compreendendo a captação, tratamento e distribuição de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destinação adequada dos esgotos domésticos.



*Figura 3.7 - Troço na Sede da Matinha indicando habitações com cisternas  
(Google Earth, 2019).*

Barreto, em entrevista a Souza (2016a), afirma ainda que, na Matinha e seu entorno imediato, os solos são relativamente profundos e que, tecnicamente na agricultura, trata-se de uma área de produção de mandioca onde encontram-se também as frutas que dependem de solo mais profundo como a mangueira, a jaqueira e o coqueiro. Por se tratar de uma área predominantemente rural, conta com numerosas quintas com árvores frutíferas, uma vez que o solo é profundo, de baixa fertilidade, mas que, com recomposição adequada, torna-se próprio para o desenvolvimento da agricultura.

Souza (2016a) afirma que, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Feira de Santana (SEAGRI), estão cadastrados 19.056 agricultores no sistema SEAGRI, sendo 18.238 o número de cadastros ativos. Cada agricultor representa uma família, tendo em vista que a média é de no mínimo três pessoas por família no espaço rural em Feira de Santana, os dados da SEAGRI, em comparação com os dados do IBGE, apontariam a existência de 57.168 habitantes no campo, número esse que é maior em 11.161 habitantes se comparado com os dados do último censo (IBGE, 2010). Para fazer o registo e ter acesso aos benefícios municipais, o agricultor tem que comprovar titularidade sobre a terra que possui.

Ainda de acordo com a SEAGRI (*apud* Souza, 2016a), 66% são proprietários com documento do imóvel registado; 14% tem títulos do Governo do Estado da Bahia, emitidos pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), 7% são jovens e tem comodato dos pais ou parentes e 3% possuem declaração de posse de pequenas glebas compradas ou recebidas como heranças. Os benefícios recebidos pelos agricultores cadastrados na prefeitura são os seguintes: sementes de milho e feijão, mudas para plantio de frutas próprias da região como cajueiros, umbuzeiros, assessoria aos pequenos produtores rurais por meio de agrônomos e veterinários que trabalham na SEAGRI, auxílio dos técnicos em Apicultura e a retirada de enxames na zona urbana, levando para os apicultores dos distritos da zona rural (Matinha,

Tiquaruçu, Maria Quitéria, Jaguará, Humildes), organização de feiras de alimentos e artesanatos no centro da cidade e eventos nos municípios circunvizinhos, auxílio na documentação, criação, desenvolvimento e captação de recursos de cooperativas nas comunidades ativas da agricultura familiar (SEAGRI, 2015 *apud* Souza, 2016a). No entanto, segundo José Ferreira Sales, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana, em entrevista a Souza (2016a), apenas esses benefícios concedidos pela SEAGRI não são suficientes para o fortalecimento da agricultura familiar. O sindicalista argumenta, ainda, que, como não há uma política de fortalecimento da agricultura familiar, os agricultores, que na sua maioria são de micro e pequenos porte, desistem da propriedade no campo e migram para o centro urbano de Feira de Santana.

“Em Feira de Santana tem sido um desafio muito grande a agricultura familiar produzir com qualidade para poder colocar os seus produtos no mercado e ter a subsistência da sua família.” (Sales, Entrevista, Souza, 2016a).

O centro de Feira de Santana, por sua vez, não possui qualquer infraestrutura para receber estas famílias, que acabam por assentar-se em zonas sensíveis, áreas de proteção ambiental e periferias, de forma precária, gerando um ciclo de pobreza e crescimento desordenado.



### 3.3 Crescimento Desordenado e Risco de Gentrificação na Matinha

O município de Feira de Santana criou 6 novos bairros a partir de um decreto-lei sancionado em 2013 pela Câmara Municipal e pela Prefeitura, que ampliaram os limites municipais (PMFS, 2013). Estes novos bairros avançaram sobre antigas áreas rurais, cedendo à pressão principalmente por novos condomínios residenciais fechados, que ocupam grandes espaços e que deixaram de ser comportados no centro da cidade e tampouco nas periferias existentes. As construtoras precisavam de novas zonas de crescimento nas quais pudessem desenvolver grandes projetos para muitos fogos, com áreas privativas para recreação e estacionamento (Souza, 2016a). Estas novas zonas não contam com qualquer infraestrutura como saneamento básico, iluminação e transporte público ou coleta de lixo, entre outros, o que irá aumentar os gastos municipais para expansão urbana além dos custos de manutenção de espaços públicos (Ribeiro & Farias, 2018).

Dentre os 6 novos bairros criados pelo decreto-lei 075/2013 está o de uma pequena comunidade chamada Mantiba, uma antiga área rural, que ainda mantém parcialmente tais características e que teve sua população local bastante prejudicada com a conversão para área urbana. Subsídios específicos para agricultores e voltados ao morador do campo foram perdidos<sup>27</sup>, bem como a mudança nos impostos que ficaram mais elevados, enquanto que os moradores ficaram sem alternativas para obter rendimentos ou sem qualquer perspectiva de futuro. As áreas rurais de Feira de Santana normalmente contam com uma população de rendimentos mais baixos e com fraca escolaridade (IBGE, 2010), o que compromete as possibilidades de atuar em outras profissões e ocupações, gera mais desemprego, trabalho informal e ainda mais pobreza. Por conseguinte estes moradores não conseguem manter o custo de viver em áreas como estas e acabam por serem gentrificados dos seus locais de origem (Souza, 2016a). Este novo bairro da Mantiba está em uma zona de transição do urbano para o rural, muito próximo aos limites entre o município de Feira de Santana e o distrito de Matinha, objeto deste trabalho de pesquisa, e daí o risco que tal área corre, do avanço posterior para áreas vizinhas, já dentro do distrito estudado.

Os moradores da Mantiba não tiveram apoio suficiente e força para barrarem o decreto-lei 075/2013 de ser sancionado e acabaram por perder o direito a permanecer como área rural. De acordo com Souza (2016a), os moradores da Mantiba não foram informados sobre as mudanças que entrariam em vigor, tendo sido informados pelos media, já após a aprovação do Decreto-Lei. A partir de então organizaram protestos e tentaram tomar as medidas cabíveis, porém, sem resultados. Os estudos de Souza (2016a) apontam evidências de que a lei 075/2013 beneficia diretamente proprietários de grandes lotes comprados na Mantiba e nos outros 5

---

<sup>27</sup> Dentre os benefícios que os moradores da Mantiba têm direito, enquanto agricultores estão: Seguro Garantia Safra, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o direito de se inscreverem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), direitos previdenciários, a comercialização de alimentos à prefeitura municipal por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a permissão para vender produtos para a merenda escolar das escolas municipais de Feira de Santana e região, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Souza, 2016a).



bairros criados pelo decreto, inclusive a Matinha, e que estes mesmos proprietários são construtoras e agentes imobiliários onde a maioria já possui projetos aguardando aprovação ou até aprovados e em execução. Portanto, grandes corporações adquiriram terrenos em áreas até então rurais, e a baixo custo, já com a intenção de maximizar os lucros após a conversão para solos urbanos. Desta forma, fica claro o papel determinante do Estado para o ordenamento do território, mas que, neste caso de Feira de Santana, atuou em favor dos interesses de um seletivo grupo e não da população local.

Lefebvre (2006) diz que os “espaços são produtos. A partir de uma ‘matéria-prima’, a natureza. São produtos de uma atividade que implica o econômico, a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos”. Sobre isto, o professor de Geografia Marialvo Barreto, em entrevista a Souza (2016a), infere que o planejamento municipal ocorreu ao contrário. Sua análise é categórica:

“O que aconteceu em Feira de Santana foi que o setor imobiliário traçou um plano de expansão para faturar em cima das áreas rurais, executou esse plano de expansão e a prefeitura assistiu, não fez como deveria ser, a prefeitura a planejar determinadas áreas de expansão e depois chamar o poder privado para o poder privado investir. Aqui, foi o contrário, quem planeou foi o capital, quem planeou foi o setor imobiliário e ao planejar, planeou cometendo todos aqueles crimes clássicos, deixando o terreno de ‘engorda’ vamos dizer assim, usando de meios não muito lícitos para transformar imensas áreas rurais em áreas urbanas dentro da Câmara de vereadores” (Barreto, Entrevista, Souza, 2016a).

Ainda em sua investigação Souza (2016a) aponta que os planejadores, entre eles o então presidente da Câmara em 2013, José Ronaldo, citam a arrecadação como um dos itens mais importantes para a aprovação da Lei 075/2013 utilizando a alta demanda por empreendimentos como fator determinante para a delimitação do novo perímetro urbano de Feira de Santana. Sobre este tema, o autor descreve que “O secretário municipal de Planejamento, enquanto um dos agentes que diretamente participaram da elaboração dessa lei no executivo feirense, afirma que a razão da nova definição do perímetro urbano de Feira de Santana estava intrinsecamente relacionada ao seu desenvolvimento” (Souza, 2016a). O secretário Brito, em entrevista diz:

“Feira, pelas suas características geográficas, recebe uma gama muito grande de pessoas, recebe um volume de tráfego muito grande das três BRs<sup>28</sup>, (...) com a ‘explosão’ de condomínios nas mais diversas áreas da cidade. Especificamente, esses seis novos bairros foram criados em

---

<sup>28</sup> BR é a sigla utilizada para denominar rodovias federais, ou seja, de caráter nacional. Os nomes são definidos pelo Plano Nacional de Viação (Estradas, 2019).

função de um estudo da Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Urbano sobre a tendência de aprovação de novos projetos de empreendimentos. (...) Enfim, toda essa realidade foi trabalhada em função do quadro e dentro de uma perspectiva que nós tínhamos de crescimento para evitar maiores constrangimentos para as comunidades que para lá se deslocassem em função dos novos empreendimentos ali instalados” (Brito, Entrevista, Souza, 2016a).

Cabe destacar duas partes importantes do discurso do secretário: inicialmente quando o mesmo confirmou uma “tendência” de crescimento a partir da “explosão de condomínios” e com um interesse específico em determinadas áreas da cidade. Assim haveria, então, a necessidade de criar mecanismos que possibilitassem tal tendência. E, principalmente, destaca-se que os cidadãos que lá viviam não seriam os agentes a serem ouvidos, ou mesmo, “os agentes que necessitariam do acesso a uma infraestrutura básica imprescindível à urbe, mas, sim, as populações que pagaram ou que pagariam os mais variados valores por um imóvel nesses condomínios” (Souza, 2016a). O secretário, assim, afirma que tais espaços devem ser ocupados por munícipies que detenham maior poder financeiro, ou seja, prevalece a visão do capital, a percepção de quem tem mais dinheiro.

A figura 3.8 evidencia as características rurais da localidade de Mantiba, quando do momento de sua conversão para área urbana, em 2013, indicando o espraiamento típico do solo rústico, bem como a falta de infraestrutura urbana como pavimentação das vias, passeios e desenho urbano de quarteirões.



*Figura 3.8 - Antiga zona rural convertida em zona urbana: Mantiba  
(Google Earth, 2019).*

Outro entrevistado por Souza (2016a), Arcênio Oliveira, informa que a Lei 075/2013 não foi criada apenas para a viabilidade de empreendimentos de alto padrão, mas também para beneficiar as famílias de baixo estatuto econômico, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), buscando espaços propícios a este tipo de construção. Ele refere:

“Os motivos que aconteceram decorrem do ‘boom’ imobiliário que teve início em 2009 com o PMCMV e que diante de tanta demanda em 2009, 2010, 2011 e 2012, as empresas começaram a procurar áreas em Feira de Santana e, decorrente disso, começou a ter uma especulação imobiliária muito grande. Nas áreas que tinham um valor abaixo e que se adequavam ao programa, os proprietários começaram a aumentar o preço e decorrente desse aumento as empresas começaram a buscar áreas mais afastadas do centro da cidade. Na verdade, decorrente dessa expansão que já estava havendo no município, inclusive distritos estarem vendendo áreas com essa finalidade de fazer conjuntos habitacionais (...) todos esses distritos começaram a vender áreas com essa finalidade de expansão e o município ficou com essa área que era da zona rural, sem estar na zona urbana do município. E decorrente disso houve essa necessidade” (Oliveira, Entrevista, Souza, 2016a).

De acordo com Oliveira, a demanda por novos espaços justificou a criação da lei pelo que já havia empreendimentos construídos desde 2009, alguns destes em zonas rurais, inclusive a Matinha.<sup>29</sup>

A partir das evidências apontadas acima, torna-se necessário buscar, para a Matinha, alternativas de melhoria e de DS que não comprometam o futuro de comunidade quilombola e rural. O avanço progressivo da malha urbana sobre as áreas rurais remanescentes representa um risco na forma da lei complementar 075/2013 e que precisa ser evitado. Conforme o mapa evidencia, na figura 3.9, o distrito de Matinha já possui toda a faixa adjacente à rodovia Transnordestina (destacados em cor laranja) convertida para área urbana pela lei 075/2013. O novo bairro, denominado CIS Norte, ocupa os dois lados da BR-116 Norte/Transnordestina, anteriormente pertencentes aos distritos de Matinha, Tiquaruçu e Maria Quitéria. A pressão futura por mais espaços urbanos irá demandar novas áreas como ocorreu em 2013 e, para evitar este tipo de ocupação e de crescimento desordenado, é necessário planejamento e conscientização para os riscos atuais (Smith, 2002).

---

<sup>29</sup> De acordo com o Ministério das Cidades e com Souza (2016a), foram construídas em Feira de Santana 20.140 unidades habitacionais dentro da Faixa I, que é voltada para as famílias de baixo rendimento, totalizando um montante de mais de 1 bilhão de Reais (cerca de 307 milhões de Euros, com a cotação de 31/12/2013), provenientes do Orçamento Geral da União (Cotação Euro-Pt, 2019).

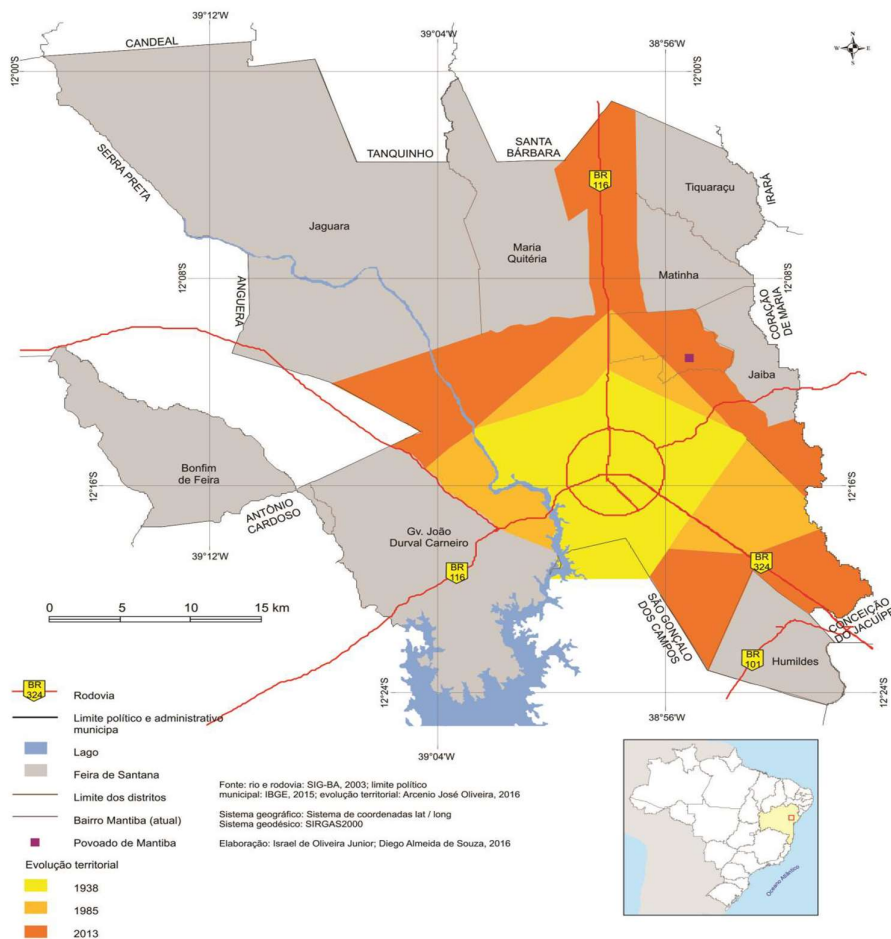


Figura 3.9 - Evolução territorial do solo urbano de Feira de Santana (1938, 1985 e 2013)

(Souza, 2016a)

Uma vez que a população da Matinha entenda a importância do seu patrimônio e memória, além das consequências negativas de um desenvolvimento gerenciado pela iniciativa privada que visa apenas a maximização dos lucros, a luta pelo crescimento consciente e sustentável torna-se um objetivo claro e natural. A criação de mecanismos de proteção da área precisa ser pensada em conjunto com a comunidade local e com a gestão integrada e multinível do território abrangendo toda a sua complexidade e interdisciplinaridade. Para isso ser possível, no entanto, será necessário implementar, dentro da Matinha, uma governança forte, bem como no município de Feira de Santana como um todo, com um modelo de gestão horizontal, de baixo para cima, ao contrário do que ocorre atualmente.

De acordo com Benites-Lázaro et al (2018) a governança participativa foi fortalecida com a Cúpula da Terra de 1992<sup>30</sup> através da Agenda 21<sup>31</sup>, que afirma que “um dos pré-requisitos fundamentais para a realização do DS é a ampla participação pública na tomada de decisões” (UNCED 1992). A partir de projetos de MDL, a participação e o envolvimento dos *stakeholders* locais e comunidades têm desempenhado um papel importante no alcance do DS (Subbarao & Lloyd, 2011 *apud* Benites-Lázaro et al, 2018). Nesse sentido, a existência de altos índices de participação social pode gerar alta qualidade de governança, o que, por sua vez, promoveria processos mais harmoniosos de desenvolvimento para o benefício da coletividade (Kuchler, 2015 *apud* Benites-Lázaro et al, 2018). Além disso, a efetiva participação dos cidadãos e de suas comunidades na tomada de decisões está relacionada à equidade social, que é um elemento-chave do DS (May et al, 2013 *apud* Benites-Lázaro et al, 2018).

Através de pesquisas recentes, os moradores da Matinha conseguiram resgatar parte de sua história (Souza, 2016b; Lima, 2014; Jesus et al, 2016; Reis, 2013). No passado, enfrentaram conflitos, inclusive armados e violentos, por conta do domínio de suas terras, recentemente conquistaram também melhorias no sistema educacional básico, na saúde e nos transportes; todavia, este avanço ainda não é suficiente para a inclusão social e econômica plena no município de Feira de Santana e na sociedade Brasileira. O distrito de Matinha enfrenta ainda estiagens prolongadas e cheias mais frequentes, falta de apoio do poder público para a agricultura familiar e, ainda, necessita combater o empobrecimento do solo que afeta a agricultura local (Reis, 2013). Com a melhoria da qualidade do solo, será necessário mais água, insumos, tecnologia e energia para desenvolver a agricultura e pecuária sem danificar ainda mais o ambiente, ou seja, de forma sustentável.

Por regra, nos moldes atuais de crescimento, o desenvolvimento de uma comunidade faz crescer a demanda por energia e por produtos e serviços. Neste caso, o crescimento do consumo, em geral, é um grande desafio a ser enfrentado pelas cidades contemporâneas (Rees, 2017), bem como pela Matinha. A Agenda 21 afirma que “a pobreza e a degradação do ambiente estão estreitamente relacionadas. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de

---

<sup>30</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED em inglês), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Na reunião os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta (Senado Federal, 2019).

<sup>31</sup> A Agenda 21 foi um dos documentos produzidos a partir da Cúpula da Terra. Nele 179 países acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. Esta pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2019; UNCED, 1992).

consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios” (UNCED, 1992). Assim, a Matinha enfrenta o dilema de como crescer e se desenvolver sem exigir ainda mais do meio natural já degradado, ou seja, um crescimento consciente e sustentável, diferente do padrão seguido pelos países hoje desenvolvidos. Para Rees (2017) a sustentabilidade seria alcançada se cada território existente conseguisse sobreviver apenas com o que sua própria terra fosse capaz de produzir para a sobrevivência da população local. Porém, o autor cita que “nenhuma região existe como uma unidade independente. A realidade é que as populações de todas as regiões urbanas e muitas nações inteiras já excedem suas capacidades territoriais e dependem do comércio de importações para sobreviver. Essas regiões estão executando um déficit ecológico não contabilizado, ou seja, suas populações estão se apropriando da capacidade de carga de outros lugares” (Rees, 2017).

O desenvolvimento da Matinha, na atualidade, não atende aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU em 2015, na Agenda 2030<sup>32</sup>, conforme a Figura 3.10, dentre os quais estão a erradicação da pobreza, o fomento à agricultura sustentável, o acesso à água potável e ao saneamento, a utilização de energias renováveis, a redução das desigualdades e o consumo responsável.



Figura 3.10 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030

(UN, 2015)

<sup>32</sup>Em 2015, os 193 países-membros das Nações Unidas aprovaram, por consenso, a Agenda 2030, que tem como principal pilar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS. Trata-se de um plano de ação de 2015 a 2030. Entre os 17 objetivos estão a erradicação da fome, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento da agricultura sustentável, entre outros (UN, 2015).

Para além dos 17 ODS, a ONU lançou o Pacto Global<sup>33</sup>, chamando empresas para atitudes engajadas e conscientes. O Pacto Global, lançado em 2000, e ratificado também durante o Acordo de Paris em 2015, determina 10 princípios universais a serem seguidos pelas empresas envolvidas. A Matinha precisará atrair investimentos e fomentar o seu crescimento de forma planeada e sustentada, o que eventualmente beneficiará empresas locais ou de fora que venham a atuar no território, daí a importância e necessidade de garantir o engajamento destes *stakeholders* envolvidos.

Neste estudo pretende-se elucidar alguns dos desafios que a Matinha precisa de enfrentar para alcançar uma melhoria na qualidade de vida da população, aumentar o rendimento familiar e reduzir os danos causados ao ambiente através de uma urbanização adequada, um projeto de DS e de conscientização e envolvimento dos atores locais.

Será necessário criar condições para evitar a gentrificação e consolidar a aldeia como comunidade quilombola de perfil semi-rural. É fundamental identificar possibilidades reais de desenvolvimento e de erradicação da pobreza, sem com isso provocar uma expulsão da população original para dar lugar a novos moradores com maior poder aquisitivo e que desconhecem a história de luta dos quilombolas. A busca por igualdade de direitos e de oportunidades, além de reparação aos danos causados aos antepassados e que ainda hoje marcam a população contemporânea que sofre de exclusão social, racismo, estigmatização, desemprego, ausência de oportunidades e de perspectivas futuras, exposição à violência urbana e manutenção do histórico de pobreza existente há séculos no município são reivindicações da Matinha e de outras comunidades em Feira de Santana, e que estão em consonância com os 17 pilares da Agenda 2030 (UN, 2015).

---

<sup>33</sup> Pacto Global é uma chamada da ONU para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo e abrange empresas de 160 países (Pacto Global, 2019).

### 3.4 Educação do Campo e Educação Quilombola

Em 2010, foi publicado o PRONERA<sup>34</sup>, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Este decreto-lei dispõe sobre as políticas educacionais para áreas rurais assim como as metas estabelecidas posteriormente no Plano Nacional de Educação<sup>35</sup> (PNE). Em seu artigo 1, parágrafo 1º, o PRONERA define como populações do campo “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (PRONERA, 2010).

Além desta ferramenta, o município de Feira de Santana conta ainda com o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência de 2016-2026, através do Decreto-lei 3.651/2016<sup>36</sup>. Este estabelece também 10 diretrizes, como no PNE e as metas são variáveis, de acordo com cada nível de ensino (básico, fundamental, médio, superior e ainda ensino profissional, e à distância) e em consonância com as metas do PNE vigente. Em relação à educação no campo, o plano municipal estabelece 35 metas a partir de um diagnóstico que evidencia a carência principalmente de elementos que identifiquem a diversidade das ruralidades existentes no campo feirense. Dentre os 8 distritos rurais de Feira de Santana, a complexidade existente é expressa apenas de forma genérica nos dados fornecidos pelo IBGE e pelos demais órgãos em escala nacional, e suas especificidades ainda são bastante desconhecidas e, portanto, negligenciadas nas políticas públicas. Esta realidade estende-se às escolas nas áreas rurais, onde os estudantes têm acesso a uma educação formulada nos centros urbanos e para os centros urbanos, criando assim uma falta de identificação do seu sujeito individual com aquela realidade apresentada em sala de aula e uma consequente desvalorização e depreciação da cultura local (Lima, 2014).

O diagnóstico apresentado no PNE sobre Feira de Santana alerta que “é possível verificar nesses Distritos inúmeras ruralidades que perpassam sua organização, definindo formas de apropriação do espaço, manutenção de tradições musicais e religiosas, hábitos alimentares e culturais, de modo geral” (PNE, 2012). O plano chama ainda a atenção para a necessidade de elaborar projeto político pedagógico que atenda às especificidades e pluralidades do meio rural, elaborado no campo e para o campo, ou seja, a população local não só precisa de ser ouvida, como deve estar no centro do processo político de implementação de novas políticas públicas de educação do campo e que o representem em sua heterogeneidade.

Já o PME, em seu anexo I, diagnostica que as escolas do campo do Ensino Fundamental ainda se encontram em condições de funcionamento bastante precárias quanto à

---

<sup>34</sup> Decreto-Lei 7.352 de 4 de novembro de 2010, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>35</sup> Decreto-Lei 13.005 de 26 de junho de 2014, pela então presidente da república Dilma Rousseff, com vigência de 10 anos, ou seja, até 2024. Estabelece 10 diretrizes e 20 metas para a educação universal, democrática e de qualidade. Estas metas são monitorizadas por biênio (MEC, 2014).

<sup>36</sup> O Decreto-lei (municipal) 3.651/2016 de 16 de dezembro menciona em seu artigo 6º que “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a LEI Nº 3.326/2012” (PMFS. 2016).



infraestrutura da escola. Aponta também o seguinte: “Além disso, constata-se ainda a ausência de material didático adequado e currículos distanciados da realidade do campo, ampliando a distância entre a escola e os sujeitos que a constituem. Importante destacar que é possível identificar algumas ações com base nas políticas públicas do campo, entretanto ainda não atendem às necessidades apresentadas por essas escolas” (PME, 2016). Sobre este contexto o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite (EMRMEL) prevê que a escola “seja uma instituição de excelência e que possa crescer e se desenvolver atendendo às necessidades da comunidade, levando em consideração as reais necessidades do lugar em que está inserida” (PPP EMRMEL, 2011). Cabe ressaltar a importância da EMRMEL como uma escola do campo, mas principalmente como uma das duas únicas escolas quilombolas de Feira de Santana, a única do distrito de Matinha. A outra escola quilombola está no distrito de Maria Quitéria.

*Tabela 3.1 - Quantidade de escolas do campo por distrito*

QUANTIDADE DE ESCOLAS DO CAMPO POR DISTRITO									
DISTRITO	Maria Quitéria	MATINHA	Tiquaruçu	Jaguara	Jaiba	Bonfim	Gov. J. Durval	Humildes	Total
REDE MUNICIPAL	16	12	10	11	14	7	7	15	92

*(PMFS, SEDUC, 2019).*

A tabela 3.1 mostra que, na Matinha, existem doze escolas municipais e atendem a um total de 522 alunos até o 9º ano. A partir do 10º ano, ou 1º ano do ensino médio, já não há oferta de escolas na Matinha, sendo necessário os estudantes deslocarem-se para outras localidades, geralmente à sede do município de Feira de Santana (PME, 2016; Lima, 2014). Neste contexto, o PME enfatiza que “é elevada a distorção idade/série como consequência da entrada tardia e/ou frequentes interrupções nos estudos, associadas a reprovações constantes do estudante do campo. Alguns desses aspectos são resultantes da ausência de oferta escolar, a exemplo do Ensino Médio, que não é ofertado em todos os distritos, do fechamento de escolas no campo e das longas distâncias que precisam ser percorridas pelo aluno até o local do transporte escolar” (PME, 2016). Arruda & Azevedo (2015) corroboram a assertiva acima, mencionando que se faz necessário destacar que, em todas as metas do PNE, as estratégias direcionadas à Educação do Campo destoam da realidade vivenciada nas zonas rurais do Brasil, pois, de nada adianta estimular e ampliar a oferta das diversas modalidades educacionais para as populações do campo, indígenas e quilombolas e restringir a idade de acesso a elas, como por exemplo, o acesso ao Ensino Fundamental limitada à população de seis a quatorze anos. É

sabido, que essas populações, via de regra, não se enquadram nessas faixas em virtude dos processos de exclusão aos quais foram submetidas ao longo dos anos.

Fica evidente o urbanocentrismo<sup>37</sup> ainda predominante na educação do campo, seja pelo currículo aplicado às escolas locais, seja pela falta delas a partir do nível médio e seguindo até o superior (Lima, 2014; Souza, 2016b).

Em sua análise sobre a escola do campo, nomeadamente no caso de estudo da Matinha, Lima (2014) atesta que a Educação do Campo, bem como a escola do campo, são fundamentadas em princípios teórico-metodológicos, nos quais o camponês/camponesa possa entender/compreender o contexto social em que está inserido/inserida. Assim, será necessário desenvolver um currículo em que sejam abordadas as agendas referentes às identidades de camponeses e de quilombolas simultaneamente. Ainda sobre o contexto atual Lima (2014) explica que a escola está no campo, mas que não tem uma Educação do Campo. Ela aborda a necessidade de se pensar em um currículo que atenda às necessidades da população do campo. Assim, ao se falar de currículo na Educação do Campo é sair de uma visão única de conhecimento, de modos de pensar, de ciência, uma vez que o currículo é um processo que se constrói nas práticas do cotidiano escolar. Ele deve, portanto, ser aberto aos conteúdos e pautado no diálogo de conhecimentos e processos de formação. Nesse sentido, o currículo da escola do campo busca trabalhar o território, a terra e a cultura, uma vez que estes são espaços e símbolos de identidade dos sujeitos do campo. A autora defende, portanto, que não há uma visão universal e homogênea do campo, o que há é uma diversidade de realidades e de experiências locais e culturais e que deve ser refletida no currículo da escola do campo.

Levantam-se as questões: o que significa precisamente educar em uma escola do campo? Que tipo de conteúdos esta escola abordará? Para entender e responder a estas questões é necessário entender, primeiro, o contexto agrário brasileiro. O Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC – ocorrido em 2012, debateu sobre o panorama da educação do campo àquela altura. Constatou-se que o capitalismo como força maior e em franca expansão no mundo lança sua óbvia influência no mercado brasileiro e consequentemente na produção de insumos, alimentos e produtos em geral, influenciando, portanto, diretamente os meios de produção no campo. Assim, o FONEC (2012) cita que nesta última década e meia, avançou no campo brasileiro a hegemonia do capital, na forma conhecida como agronegócio, impulsionado por uma entrada ainda maior do grande capital financeiro internacional na agricultura. Esta hegemonia não se fez sem a forte participação do Estado, por meio da facilitação de financiamento com volume considerável de recursos públicos. Corroborando esta visão Marx (1978a) *apud* Lima (2014) infere que a agricultura se transforma cada vez mais em simples ramos da indústria e é dominada completamente pelo capital.

---

<sup>37</sup> O termo é comum nos estudos sobre a modalidade de Educação do Campo. Trata-se de um conceito utilizado pelos pesquisadores espanhóis Francisco Beltrán Llavador e Jose Beltrán Llavador, em seu livro *Política y Práticas de La Educación de Personas Adultas*, Universitat de València, 1996. Estes utilizam o termo urbanocentrismo, aplicado ao processo educativo, enquanto um processo de urbanização de conteúdos em que o ensino prioriza temas comuns na cultura das cidades em detrimento do ensino de temas relativos à áreas rurais. Na Educação do Campo, no Brasil o termo é utilizado em diálogo com a concepção de eurocentrismo, precisamente enquanto um dos desdobramentos do mesmo, sentido no qual o termo é utilizado neste trabalho (Souza, 2016b).

A Matinha, bem como o município de Feira de Santana, seguem o modelo de desenvolvimento agrário descrito acima, com a concentração de capital, de terra e dos meios de produção, e com a fraca distribuição de terras e de rendimentos, enfraquecendo a agricultura familiar e provocando o esvaziamento progressivo do campo e o crescimento urbano. A partir deste cenário Lima (2014) infere que a agricultura camponesa vive em conflito permanente com a agricultura capitalista, pois os agricultores são expropriados das suas terras, da sua produção e estão subordinados a um rendimento capitalizado da terra, o que gera empobrecimento e miséria das populações do campo. E reforça ainda que “a questão agrária não deve ser desvinculada da questão social, uma vez que é ponto de tensão entre duas estruturas sociais conflituosas: o campesinato e a agricultura capitalista (agronegócio/ latifúndio)” Lima (2014).

Para Vendramini (2007) *apud* Lima (2014) é preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. A autora corrobora a ideia de que os direitos sociais não são adquiridos sem luta, e esta só é possível através da conscientização, do envolvimento e da educação, daí a importância de a comunidade local entender o seu papel, sua história e o contexto no qual está inserida. Lima (2014) insiste que essa educação, em sua essência, se dá pela relação indissociável campo/educação/política, pois o campo é um espaço de lutas de classes, de resistência, dos movimentos sociais que lutam pela superação das classes sociais dominantes. Assim, o campo, que é espaço e território dos camponeses, é lugar de vida.

A figura 3.11 evidencia os contrastes entre a agricultura camponesa e o agronegócio.

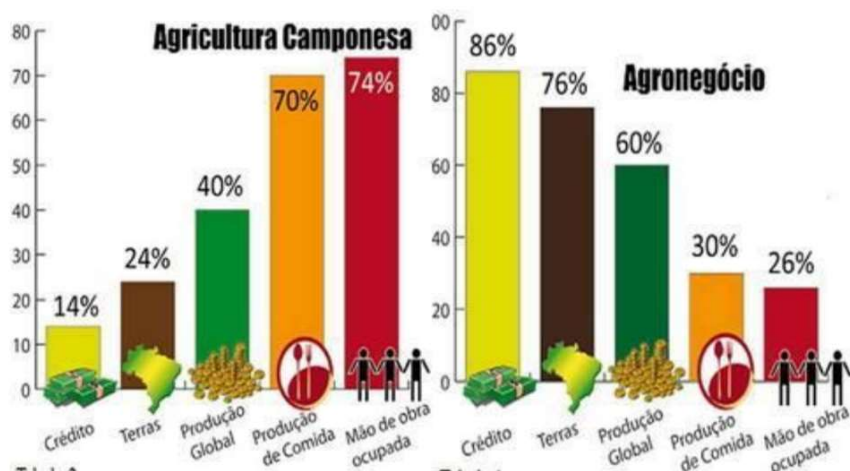


Figura 3.11 - Contradições entre o campesinato e o agronegócio

(Fernandes, 2013 *apud* Lima, 2014).

Os dados acima expostos revelam que o agronegócio tem acesso à maior parte do crédito destinado ao campo, enquanto o campesinato acede a apenas 15% deste. Lima atesta, com estes dados, que o facto de o campesinato concentrar 74% da mão de obra do campo, reproduzir-se em apenas 24% das terras e, ainda assim, produzir 70% dos alimentos, enquanto que o agronegócio absorve apenas 26% da mão de obra, concentra 76% das terras e produz somente 30% dos alimentos. A autora explica e levanta questionamentos:

“Não se trata apenas de dados, eles revelam uma realidade de condições sociais extremamente adversas e que dão origem à questão agrária brasileira. A questão agrária é um problema estrutural do capitalismo que subordina os camponeses pelo acesso limitado e sempre insuficiente à terra. Tal fato tem potencializado a organização dos movimentos sociais de luta pela terra na defesa de um projeto societário que tenha a Reforma Agrária como centro. É dessas demandas que nasce a luta por uma Educação do Campo. Mas qual é o projeto de educação do campo do agronegócio? É o mesmo do campesinato?” (Lima, 2014).

Assim, a autora afirma que a educação do campo é um movimento histórico em constante (re)construção, sobretudo, porque o campo é um território de disputas de antigas relações sociais do capitalismo e de um novo projeto de relações sociais não capitalistas. Ela nasceu das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito de uma educação pautada no paradigma da educação do campo e para o campo. Para que se fortaleçam, as pessoas precisam de projetos políticos próprios no âmbito social, econômico, cultural e educacional. A luta pela reforma agrária e a superação das relações de exploração constituem-se nos grandes objetivos do MST, uma vez que “esta luta se estende ao combate ao latifúndio e ao neoliberalismo e para cada tarefa há a necessidade de formação de quadros que impulsionem as ações rumo à execução de seus objetivos. Neste sentido se pode entender que, para esta organização, a educação não ocorre somente nos espaços formais, ela deve ocorrer para além do espaço escolar” (Santos, 2011 *apud* Lima, 2014).

Em consonância com esta visão, Arruda & Azevedo (2015) apontam que os espaços educativos ainda continuam a reproduzir um sistema de ensino sem a reflexão e sem o pensamento crítico, perpetuando desinteresse e desigualdade no que chamam de “fabricar apatia”. Neste contexto, Freire (1996) *apud* Arruda & Azevedo (2015) explicita que parte significativa da opressão acentua-se, hoje, no binômio globalização econômica e neoliberalismo comercial, enquanto atores centrais da exclusão social, em detrimento de direitos como a educação e o trabalho, de forma acentuada para os sujeitos do campo. Os autores reforçam também que não existem metas específicas para a educação do campo, tampouco para a educação profissional do campo.

A efetivação de ações transformadoras na realidade da educação do campo e da educação profissional do campo ainda se constituem no devir, o que imprime à sociedade e aos

movimentos sociais e sindicais do campo, a efetiva participação e o controle social no conjunto das ações traçadas e previstas no PNE (Arruda & Azevedo, 2015).

A EMRMEL enquanto *stakeholder* da educação do campo deve reconhecer as diversidades da comunidade na qual a mesma está inserida (Lima, 2014). No PPP (2011) é possível verificar que existem referências à história, à cultura e à identidade do lugar e dos sujeitos que ali vivem. Verifica-se também que na missão da escola foi feita uma breve menção às pessoas do campo. Em 2019, durante o desenvolvimento desta pesquisa, o PPP da EMRMEL encontra-se em revisão por parte do corpo docente e em breve deverá ser atualizado.

O PME de Feira de Santana, com período de vigência de 2016 a 2026, na secção que fala da Educação do Campo, afirma que:

“Apoiada num processo de formação humana e construída a partir de referências culturais, históricas e sociais voltadas aos interesses da vida no campo, e, ao mesmo tempo, articulada a um Projeto Nacional de Educação” (PMFS, 2016).

A construção da educação do campo deveria, por lei, ser centrada no indivíduo do campo, o que, após alguns anos da implementação do segundo PME, ainda não ocorre plenamente. A política pública é tudo aquilo que um governo faz e que deixa de fazer, com tudo que tais ações e omissões implicam. É evidente que os interesses da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)<sup>38</sup> não são os mesmos dos movimentos sociais de luta pela terra, e, no âmbito desse antagonismo, as políticas sociais vão se concretizando (Lima, 2014). O neoliberalismo propõe a redução do Estado, ampliando a ideia de Estado mínimo que, segundo Cruz (2003) *apud* Lima (2014), deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade desse Estado de responder a todas as demandas sociais”.

O município de Feira de Santana possui uma estrutura fundiária marcada por alta concentração de propriedade da terra, com índice de Gini de 0,851. Os dados da tabela 3.2, revelam uma realidade demarcada pela alta concentração da propriedade privada da terra.

---

<sup>38</sup> No congresso brasileiro há diversos partidos e grupos políticos diferentes entre si, mas que compõem uma frente parlamentar agropecuária (FPA) em favor dos interesses dos grandes proprietários rurais e do chamado agronegócio. Esta frente parlamentar, também conhecida como “bancada ruralista”, geralmente faz oposição às pautas de preservação dos recursos naturais, demarcações de terras indígenas e quilombolas, redução do desmatamento, entre outras.

Tabela 3.2 - Estrutura Fundiária em Feira de Santana, 2006

Feira de Santana - BA	2006	MF <sup>1</sup> : 30ha	FMP <sup>2</sup> : 2ha	IG <sup>3</sup> : 0,851
Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	64	3	0,71	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	263	38	2,93	0,06
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.436	859	27,16	1,41
De 0,5 a menos de 1 ha	1.790	1.387	19,96	2,28
De 1 a menos de 2 ha	1.603	2.292	17,87	3,77
De 2 a menos de 3 ha	648	1.538	7,22	2,53
De 3 a menos de 4 ha	465	1.583	5,18	2,61
De 4 a menos de 5 ha	284	1.258	3,17	2,07
De 5 a menos de 10 ha	554	3.819	6,18	6,29
De 10 a menos de 20 ha	272	3.783	3,03	6,23
De 20 a menos de 50 ha	213	6.959	2,37	11,45
De 50 a menos de 100 ha	97	6.853	1,08	11,28
De 100 a menos de 200 ha	61	8.771	0,68	14,44
De 200 a menos de 500 ha	51	15.425	0,57	25,39
De 500 a menos de 1000 ha	7	4.931	0,08	8,12
De 1000 a menos de 2500 ha	1	X	0,01	X
De 2500 ha a mais	-	-	0,00	0,00
Produtor sem área	160	0	1,78	0,00
<b>Total</b>	<b>8.969</b>	<b>60.764</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

1-Módulo Fiscal; 2-Fração Mínima da Propriedade; 3-Índice de Gini

(Projeto GeografAR, UFBA, 2014 apud Lima, 2014)<sup>39</sup>

Os dados aqui apresentados expõem as necessidades que ainda existem de implementação de políticas públicas que articulem o âmbito educacional, social e econômico da população do campo, a fim de que sejam garantidos o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades (PME, 2016). Considerando-se o perfil, majoritariamente, de pequenos proprietários de terras da Matinha dos Pretos, o distrito caracteriza-se como uma zona tipicamente agrícola e, segundo informações do cadastro do STRFS, possui, na atualidade, uma população de aproximadamente 4 mil pequenos agricultores dedicados ao cultivo da mandioca, feijão e milho (Lima, 2014). A sua base é a agricultura familiar com culturas típicas da região: feijão, milho, caju, jaca, manga, mandioca, laranja e acerola. Desta forma, é imprescindível que a escola do campo estabeleça, no seu projeto educativo, ações que recriem os vínculos de pertencimento desses alunos como sujeitos do campo e, sobretudo, como sujeitos pertencentes a uma comunidade negra, camponesa e pertencentes a um contexto de agricultura familiar. Sem este vínculo, os alunos são educados para se formar e buscar oportunidades fora do campo, o que deixa a atual agricultura familiar sem futuros sucessores (Lider comunitária, entrevista, Lima, 2014).

<sup>39</sup> Os dados utilizados pelo GeografAR e por Lima foram retirados do Censo Agropecuário de 2006. Um novo Censo agropecuário foi realizado em 2017, porém, as informações divulgadas até a presente data (outubro/2019) não apresentam o mesmo nível de detalhamento, de área por propriedade, apenas com o total do município, o que não permitiu montar a mesma tabela comparativa (IBGE, 2017).

Neste contexto, o enfraquecimento da agricultura familiar, e sua consequente vulnerabilidade ficam explícitos, bem como o futuro da Matinha. A história de lutas do povo da Matinha dos Pretos se vem configurando a despeito das transformações no interior deste distrito, através de uma relação de pertença com a terra como fonte de sua própria subsistência, mas também como fonte de resistência enquanto coletividade (Lima, 2014). O PNE incorpora os princípios do respeito dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, da valorização da diversidade e da inclusão e valorização dos profissionais da educação (MEC, 2014). Já o PME (2016) evidencia que, quanto ao acesso à universidade nos últimos anos, houve um crescimento mais significativo relacionado ao acesso e permanência na universidade dos alunos do campo. Essa realidade é resultado das lutas por políticas públicas de educação do campo, a exemplo do PRONERA e o PROCAMPO, ambos associados ao Ministério da Educação. No caso deste último é preciso considerar que o município de Feira de Santana através da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia passou a oferecer desde o ano de 2013 a Licenciatura em Educação do Campo, atualmente com 240 alunos licenciados.

Refletir sobre o processo educativo, as lutas dos movimentos sociais a partir da política pública nacional da educação do campo na EMRME é complexo, uma vez que a escola é marcada por variáveis didáticas e pedagógicas, bem como variáveis sociais, culturais, políticas e étnico raciais (Lima, 2014).

## **4. MATINHA: RESISTÊNCIA, CONSCIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO**

### **4.1 Desenvolvimento Local como ferramenta contra a Gentrificação**

Para que seja possível desenvolver a comunidade de Matinha dos Pretos, bem como o distrito de Matinha como um todo é necessário desencadear o processo de envolvimento da população local, que por sua vez demanda conscientização enquanto cidadãos que têm direito à cidade e, especialmente ao seu território no campo, com a garantia de preservação de seus valores, de sua história, de sua memória, cultura e de seus desejos para o futuro. Para tal, é indispensável trabalhar em conjunto com os poderes públicos locais e regionais, exigindo proteção e apoio ao desenvolvimento local. Um possível mecanismo de “defesa”, e garantia de direitos, é a criação de uma área de proteção permanente (APP) por parte da PMFS, ainda que parcial. Desta forma o território estaria resguardado dos interesses do capital privado, nomeadamente da especulação imobiliária e da consequente gentrificação. A partir deste mesmo mecanismo prever-se-ia o desenvolvimento da agricultura familiar através de apoio externo, público e/ou privado, que fomente a produção sustentável de produtos agrícolas (preferencialmente do gênero alimentício, conforme já são produzidos), bem como a sua distribuição, comercialização, controle de qualidade e divulgação em mercados novos e existentes. É necessário, ainda, prestar apoio aos pequenos produtores em relação à criação de um padrão de qualidade, uma marca que os identifiquem como local de referência no setor e que agregue valor ao produto local, enquanto produto único que não poderá ser encontrado em outro lugar.

Uma vez que o território esteja protegido, as famílias podem direcionar seus esforços para aprender a empreender, a trabalhar em conjunto, como já o fazem em alguns projetos, como a UBFAOS, ainda que de forma esporádica e complementar, fortalecendo a cooperativa, as associações como a ACOMA, e outras que venham a ser criadas como uma associação de agricultores. A partir do empreendedorismo local será possível aperfeiçoar a gestão dos negócios, buscar novos mercados e criar uma competitividade que, ao mesmo tempo valorizem o produtor e o seu produto regional, frente a outros produtos já existentes. Ao mesmo tempo o cooperativismo permitirá aos produtores ter mais autonomia e apoio mútuo, já que se tratam de propriedades rurais de pequeno porte e que têm uma limitação de produtividade. O fortalecimento da cooperativa permite maior produtividade, seja em um único produto, ou pela diversidade da produção, pois a monocultura comprovadamente torna o produtor mais vulnerável e menos atrativo. Com a diversificação, os vários produtos atraem mercados e públicos diferentes, e garantem segurança, caso um dos produtos tenha a sua safra eventualmente perdida, contaminada ou mesmo uma limitação a determinada estação do ano. Enquanto uma fruta que é produzida apenas no período mais quente do ano está em processo de cultivo, outras espécies podem ser preparadas para a próxima estação, garantindo assim a rentabilidade ao agricultor durante todo o ano.



Modelos de DS da agricultura familiar no Brasil indicam possíveis caminhos que, com o devido apoio das iniciativas pública e privada, prosperam e promovem distribuição de rendimentos no campo e melhorias de vida para famílias camponesas. Os subsídios em conjunto com a capacitação, assessoria e monitorização sistêmica podem trazer benefícios a médio prazo tanto ao agricultor familiar como ao ambiente e à economia local. Dentre outras questões, os incentivos financeiros do governo precisam ser repensados e estes por si só não serão a solução ao problema do campo (Almada et al, 2014).

A respeito de sua pesquisa, relacionada à efetividade do papel desempenhado pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)<sup>40</sup> na agricultura familiar em uma área rural do Estado do Ceará, Almada et al (2014) apontam os pontos fortes, ou seja, os elementos do programa governamental que, de fato, cumpriram seu papel de fomentador e fortalecedor da agricultura familiar, efetuando uma análise profunda do processo, porém clarificando quais as dificuldades encontradas e falhas cometidas, ou situações que o PNPB deveria contemplar mas que não saíram do papel, ou nem sequer foram consideradas. A autora cita falhas em relação à dimensão social do programa:

“Ficam evidenciadas falhas, principalmente nas questões de redução da pobreza social, aumento dos rendimentos, direito de participação (*empowerment*), qualidade de vida individual e comunitária, bem como acesso à saúde e bem-estar” (Furtado, 2003 *apud* Almada et al, 2014).

Acerca deste debate, interessa destacar que os subsídios e programas de apoio são importantes, porém não solucionam o problema do desenvolvimento do campo por si só. É necessária uma gestão planeada para a aplicação destes programas de apoio, monitorização constante e aperfeiçoamento ao longo do processo, e principalmente o envolvimento das famílias a serem beneficiadas. Sem a gestão participativa da comunidade local, o risco de prejudicar práticas comunitárias e tradições é alto, bem como o surgimento de novos problemas – inclusive financeiros – ou mesmo o não envolvimento durante o processo, levando ao abandono e retorno à situação anterior. De nada adiantam incentivos financeiros que geram dívidas às famílias, ou receitas excessivamente baixas e que não compensem o volume de trabalho. O processo de DS local é dificultado pela falta de uma gestão participativa e pela falta de um ambiente favorável cooperativista, além da ausência de acesso direto dos produtores aos mercados consumidores (Almada et al, 2014).

Em consonância com os incentivos financeiros, as comunidades precisam entender o processo como um todo e, especialmente, precisam ter voz ativa, participativa enquanto agentes do seu território, e não apenas acederem a documentos, estabelecendo regras a serem

---

<sup>40</sup> O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal, criado em 2004, que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e rendimentos. Tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; e Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima (Brasil, 2004).

seguidas e que, caso não as sigam, estarão ‘cortadas’ de determinado programa de apoio. Lideranças locais, como a ACOMA e demais entidades regionais, poderiam desempenhar um papel determinante em processos de fomento à agricultura familiar, desde que devidamente contempladas em projetos como o PRONAF.

Assim, a comunidade a ser auxiliada precisa determinar, ela própria, se a ajuda de que necessita é mesmo a que está proposta, ou se serão necessárias adaptações, modificações ou aperfeiçoamentos ao programa que os façam atingir os objetivos almejados. Casos como o do Ceará (Almada et al, 2014) indicam sucesso, porém com alcance aquém do desejado e com baixa ou nula participação ativa dos agricultores beneficiados.

Por outro lado, um estudo de caso no Estado de Santa Catarina, evidencia a importância da agricultura familiar, do envolvimento coletivo, do cooperativismo e da união entre as famílias para o fortalecimento da produção e do produto, bem como da comercialização sem intermediários (Pavan & Santos Junior, 2017). Os autores analisaram agricultores do município de Chapecó que, para além da produção em suas próprias terras, que são pequenas propriedades, utilizando a força de trabalho majoritariamente familiar, contaram com o apoio do governo federal para acederem a subsídios financeiros, desenvolveram um trabalho em coletividade, organizaram feiras livres em diferentes pontos da cidade, estabeleceram papéis, planejaram, aperfeiçoaram processos e atingiram alguns dos objetivos almejados. Ao nível municipal contaram também com apoio do governo local através de subsídios para a viabilização das feiras livres, seja através de pagamentos das rendas nos locais dos eventos, seja em redução de impostos com a circulação dos produtos, e de manutenção de calendários das feiras, divulgação, incentivos à população para comprarem nestas feiras, e ainda com a criação de um padrão de qualidade aos produtos fornecidos pelos agricultores familiares.

Sobre o cenário à época e perspectivas futuras os autores concluíram o seguinte:

“As feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó apresentaram-se como uma alternativa de diversificação dos rendimentos e da produção, sendo que as famílias conseguiram deixar o sistema agroindustrial para comercializar nas feiras, aumentando o mix de produtos e possibilidades de acesso aos mercados. Outro aspecto de destaque apresenta-se com o valor médio gerado nas feiras, sendo este superior à média da região e provedor da maioria dos rendimentos totais das famílias. Considerando os resultados do estudo, descrevem-se algumas recomendações para pesquisas futuras sobre a temática, observando aspectos, como segurança alimentar, ambiente institucional, sucessão familiar, as feiras livres como espaços de humanização e sociabilidade” (Pavan & Santos Junior, 2017).

Cabe destacar as diferenças histórico-culturais e sócio-econômicas entre as Regiões estudadas. O Estado de Santa Catarina viveu uma experiência colonizadora diferente dos

Estados do Nordeste brasileiro, como do caso cearense e do Estado da Bahia, onde está o município de Feira de Santana. Os resultados alcançados em ambas as pesquisas indicam a importância da agricultura familiar enquanto elemento de empoderamento e agregador de valor ao produto e à comunidade local. Apesar do sucesso da experiência em Chapecó, e do relativo sucesso em Quixadá-CE, há um risco futuro com a migração dos jovens para as cidades e o envelhecimento da população rural (Pavan & Santos Junior, 2017; Almada et al, 2014). Ainda que o PRONAF, o cooperativismo e o envolvimento local tenham levado a resultados positivos – no caso chapecoense - a continuidade do processo pode estar ameaçada devido à futura falta de mão de obra familiar que deveria perpetuar e ampliar o alcance do trabalho comunitário.

Para os casos de Quixadá, no Ceará e da Matinha, na Bahia, há questões territoriais históricas em relação à colonização, ao sistema escravocrata do passado, à herança de exclusão social e de negação do acesso às terras e a oportunidades. Porém, o que a maioria dos casos brasileiros têm em comum é a necessidade de valorização da cultura do campo, com o seu modo de vida, os seus desafios e as suas peculiaridades e que só podem ser transmitidos à população local de forma efetiva através da educação. Portanto, como garantia de proteção e salvaguarda dos seus interesses e de preservação de sua memória às gerações futuras, a primeira medida a ser tomada é efetivar a educação do campo, conforme prevista em lei federal, desde 2002, e que foi debatida no capítulo anterior (MEC, 2014).

A educação do campo conscientiza para o papel de cidadão e de agente sobre o território. Uma vez que os jovens entendam o valor do território para si próprios e para as cidades, será possível estudar perspectivas e possibilidades de melhorias e de luta face à financeirização do campo e aos demais fatores que modificam as relações com a terra e com o trabalho, e que, automaticamente, tornam os moradores do campo dependentes do capital financeiro.

Desta forma as cidades funcionam como únicas alternativas possíveis de um futuro mais seguro aos jovens do campo. É preciso salientar que os centros urbanos são os principais consumidores dos recursos provenientes do campo e são também maiores agentes depredatórios em nome do capital financeiro. É necessário quebrar o ciclo de dependência que se criou entre os agentes do campo e as cidades.

Os produtores rurais acessam mecanismos de apoio à agricultura familiar através do PRONAF e em alguns casos acabam por se tornar “empregados” de grandes empresas, sem relação trabalhista, ou seja, de forma precária (Pavan & Santos Junior, 2017; Almada et al, 2014; Nahum & Santos, 2018). Quando os produtores precisam cumprir determinados requisitos para serem aceitos em programas específicos de produção subsidiada, como a da produção de palma de dendê, na Amazônia, para produção de biodiesel, as famílias que outrora viviam da subsistência em suas propriedades – e comercializavam apenas os excedentes – passaram a trabalhar com monoculturas para cumprir as metas estabelecidas e ficaram dependentes do pagamento dos fornecedores (Nahum & Santos, 2018). Em suma, famílias que antes eram menos dependentes do capital, já que produziam parte do que precisavam no seu cotidiano, passaram a viver dos lucros de sua produtividade proveniente de um único produto, surgindo a necessidade de comprar todos os bens de que precisavam. A sua existência, portanto, passou

a depender exclusivamente do capital externo à sua propriedade e ao seu trabalho. À medida que produzem um único bem – a palma de dendê – para um único fornecedor, passam a ser empregados de forma indireta desta empresa e ficam, assim, financeiramente dependentes das condições impostas por esta.

Isto aconteceu porque o processo ocorreu de cima para baixo. O governo implementou um programa de auxílio ao pequeno produtor, sem que o mesmo fosse ouvido. O processo chegou já pronto para implementação e todos tiveram que se adequar às condições impostas.

A lógica do capital financeiro impôs as suas necessidades sobre o território e todos os pequenos agricultores da região que desejavam receber auxílio financeiro precisaram adequar os seus modos de vida ao que lhes foi exigido. Este é um resultado que precisa ser evitado na Matinha e para isso serão necessários educação, envolvimento e conscientização por parte dos agricultores proprietários de terras, da geração atual e das gerações futuras, naturalmente herdeiras deste legado.

Em contraponto ao processo de Moju, na Amazônia, os agricultores de Chapecó (Pavan & Santos Junior, 2017) tiveram voz ativa e gestão participativa no processo desde o início. Como gestores do seu próprio crescimento, receberam subsídios de acordo com os seus interesses e necessidades, sem alterar profundamente as relações entre trabalho e território e preservando os seus modos de vida.

O processo de fortalecimento do campo e da agricultura familiar é uma questão que não será solucionada espontaneamente (Abramovay, 1999), ou de forma orgânica, mas uma questão de interesse das comunidades locais e que por elas deve ser tratada ativamente. Khatounian (2001) *apud* Miranda & Gomes (2016) aponta a importância de retornar o abastecimento alimentar para a esfera local, priorizando os alimentos de melhor adaptação à região e observando sua alternância segundo o ritmo das estações, a sazonalidade, casados a uma matriz tecnológica mais ecológica, mais sustentável. Ainda, a modernização do campo não significa, necessariamente, a extinção do pequeno agricultor, como defende Leite (2011) *apud* Miranda & Gomes (2016), mas o acesso e a adaptação deste a novas tecnologias e à inovação, de forma democrática, ou seja, o seu fortalecimento também está ligado à sua capacidade de inserir-se nos processos de inovação dos quais está inserido, dentro de um contexto capitalista.

## **4.2 Matinha: Preservação e Desenvolvimento Sustentável**

### **4.2.1 Cooperativas de Produtores e Valorização do Produto Regional**

Estudos realizados no Brasil e em países desenvolvidos evidenciam bons resultados em localidades onde há um trabalho de valorização do produto local, de seu modo de produção e das tradições que o envolvem, pois a sua história demonstra o valor único e inestimável que o mesmo tem (Abramovay, 1999). Paralelo a isto, deve-se fortalecer o trabalhador/produtor local pois sem estes não há o produto, tampouco as vagas de trabalho.

Nos últimos anos, em Portugal cresceu o número de produtos regionais que tiveram seu valor aumentado devido ao trabalho de valorização do processo produtivo, da região de produção e da cultura local, a exemplo da Herdade do Freixo do Meio. Desta forma criou-se, ainda, um nicho de mercado no turismo, onde os visitantes buscam determinados produtos, comumente do gênero alimentício, diretamente nas regiões produtoras. Nestes casos, o produto em si não é o único objetivo de quem visita os locais. Oferece-se, em geral, uma experiência única, combinando a visita ao polo produtor, com o produto em si, além de sua história.

Como exemplo deste nicho de mercado em Portugal, o enoturismo popularizou-se e ganhou diversidade, proporcionando uma experiência para além da simples compra e prova do vinho, com direito a hospedagem, passeio pela vinha, e provas de pratos típicos acompanhados dos vinhos locais (Correia, 2011).

Esta valorização local poderia representar uma alternativa viável à geração de rendimentos através do turismo sustentável e de uma experiência que combinasse cultura, gastronomia, história e sustentabilidade. A Matinha possui hoje uma “fábrica” de polpa de frutas, denominada Unidade de Beneficiamento de Frutas (UBFAOS), que utiliza matéria prima local e é gerida por uma cooperativa de mulheres das localidades de Matinha dos Pretos e Candéal, aldeia vizinha que também faz parte do Distrito de Matinha. A UBFAOS<sup>41</sup> enfrenta atualmente (2019) algumas dificuldades, comuns à maioria das pequenas empresas brasileiras, além das dificuldades de gestão de uma empresa de cooperativa, em zona rural e em uma cidade do interior.

O potencial de crescimento da fábrica depende de factores diversos, internos e externos, como por exemplo, acesso ao crédito, aperfeiçoamento de gestão, regularidade das safras de frutas, entre outros. Por ser gerida por mulheres, há um grande potencial de diferenciação de seu produto dos demais existentes no mercado, além de ser uma empresa em comunidade quilombola, outro fator diferenciador.

---

<sup>41</sup> No momento da pesquisa e da visita de campo, em fevereiro/março de 2019, havia 15 mulheres a trabalhar na UBFAOS, em dias alternados, das 8:00 às 18:00, com pausa para o almoço. O trabalho na unidade depende das safras das frutas beneficiadas, que variam de acordo com cada espécie. A acerola é a fruta com safras mais regulares e frequentes ao longo do ano, portanto, a fruta mais comercializada. Processam também cajá, caju, manga, graviola, goiaba e tamarindo, todas com safras menos regulares. A maior parte da matéria prima utilizada é proveniente das propriedades das mulheres da cooperativa, ou seja, são produtos de origem, predominantemente, local.

Este e outros empreendimentos locais da Matinha necessitam de recursos - inclusive naturais - para o seu crescimento e prosperidade.

Resumidamente, necessitam de capacitação, gestão continuada e monitorização. Deverá haver, também, o incremento do consumo de recursos naturais, como a ampliação do consumo de água e energia, por exemplo, que serão maiores à medida que o empreendimento crescer. É necessário um planeamento estratégico para o crescimento sustentável, com consumo consciente de recursos e gestão e valorização de resíduos.

Por outro lado, o solo da Matinha, como de diversas outras localidades da RMFS, está degradado e necessita de um trabalho de recuperação, nomeadamente pelo uso excessivo e desregulado de agrotóxicos (CODETER, 2017).

As diversas lagoas, lagos e nascentes, chamadas de olhos d'água, existentes no entorno da cidade e no próprio centro, e que são a razão de o município desenvolver-se naquele território<sup>42</sup>, encontram-se em estágio avançado de degradação ambiental. Algumas lagoas já são consideradas “mortas” pelo poder público. Habitações irregulares, invasões e mesmo projetos públicos habitacionais optaram por “invadir” estas zonas sensíveis e fundamentais ao ambiente em vez de protegê-las (Vargas, 2008). Desta forma o ecossistema local e o ciclo natural de chuvas e secas foi alterado, bem como o lençol freático contaminado e prejudicado, possivelmente de forma irreversível. Os efeitos nefastos desta degradação ainda são desconhecidos e há estudos em andamento para entender melhor a situação. Trabalhos acadêmicos, como o de Vargas, estudaram alguns dos efeitos nocivos das invasões e aterros em lagoas e nascentes de Feira de Santana e implicam que o solo ficou empobrecido, o lençol freático contaminado e a área de abrangência dos danos ambientais possivelmente tem um raio muito maior que o próprio perímetro urbano, nomeadamente em lagoas e nascentes da zona mais urbana, mas que em uma análise integrada do município podem atingir também a Matinha.

A instabilidade da pluviometria em Feira de Santana gera alternância nos ciclos das estiagens e enchentes, além de uma grande variação anual acumulada, conforme as médias demonstradas pelo histórico do INMET na figura 4.1. Enquanto que em alguns anos a média pluviométrica acumulada é elevada, em outros anos ocorre a metade do índice, ou mesmo uma variação mensal muito grande, quando comparados os mesmos períodos em anos diferentes.

---

<sup>42</sup> A cidade de Feira de Santana tem sua origem intimamente ligada ao corpo hídrico existente no entorno. Segundo o IBGE (2019) e a Prefeitura Municipal, por sua localização privilegiada, passou a ser ponto de referência para aqueles que trafegavam naquela região. No final do século XVIII, o desenvolvimento do comércio, em particular de gado, deu origem a uma feira, que acabou por se transformar em um centro de negócios. Com o grande número de feirantes, o povoado foi “forçado” a progredir, e a riqueza hídrica foi determinante neste processo de expansão urbana, devido à necessidade de alimentar o gado e mesmo os viajantes que trafegavam rumo ao litoral.



Figura 4.1 - Pluviometria de Feira de Santana (2009 a 2018)

(INMET, 2019).

A tabela acima evidencia a irregularidade das chuvas, seja pela média anual, seja pela média mensal, no mesmo período de cada ano. Desta forma a população local fica

vulnerável à perda das suas colheitas, seja por falta ou por excesso de água. A falta ou insuficiência de apoio governamental também comprometem a regularidade das safras e a segurança dos agricultores, que acabam por buscar outras fontes de rendimentos, geralmente em empregos formais no centro de Feira de Santana, utilizando os cultivos apenas como fontes complementares ao orçamento doméstico (Reis, 2013).

Esses cultivos normalmente são em propriedades rurais de pequeno porte e sob o método de monoculturas. A monocultura como única geradora de rendimentos e trabalho coloca muitas vezes em risco a sustentabilidade da agricultura familiar, quando há baixo preço no mercado ou perda de safra provocada por condições climáticas adversas ou de logística da própria colheita. Faz-se necessário potencializar os espaços, diversificar as culturas e agregar valor ao que é produzido nas propriedades rurais, como garantia de novas fontes de trabalho e rendimento, garantindo-se a permanência do agricultor no campo (PMG, 2013).

Será necessário viabilizar uma gestão de produção em conjunto através de cooperativas para buscar mercados, acesso ao crédito, entre outros recursos para haver o fortalecimento e a consolidação do produto/produtor local com a implementação de uma ou mais cooperativas. Com isto aumentariam as possibilidades de lucro e a competitividade, reduzir-se-iam os riscos e maximizar-se-iam os proventos. Algumas alternativas serão apresentadas a seguir.



#### 4.2.2 Tratamento Orgânico de Resíduos e Reaproveitamento das Águas

Dentre os desafios a serem enfrentados na Matinha, já mencionados anteriormente, o acesso ao saneamento básico e ao tratamento dos resíduos domésticos de forma adequada é um dos mais importantes. Por tratar-se de uma área rural, não há qualquer tipo de coleta urbana nem drenagem, consequentemente não há tratamento das águas residuais. Todas as habitações possuem fossa séptica ou sumidouro para fins de descarte das águas cinzas e negras. Não há, também, coleta de águas pluviais nas vias públicas, exceto na rua principal, a mesma de acesso à sede, chamada de Estrada da Matinha, ainda assim, apenas na zona da praça, em torno da igreja.

O Objetivo 6, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prevê até 2030, garantir um consumo seguro e acessível à água, ao saneamento e à higiene (INE, 2018). Segundo o INE, a proporção de domicílios com acesso à drenagem de águas residuais em escala nacional é de 84,7% no ano de 2016, com meta para atingir 90% em 2020. No Brasil este número é bem menor, de 55,16% de acordo com o IBGE em 2008 e 59,7% segundo o SNIS (2016) e Oliveira et al (2018), sendo que em Feira de Santana este percentual é ainda mais preocupante, em torno de 57,8%<sup>43</sup> (SNIS, 2016). Conforme mencionado acima, a Matinha não dispõe de sistema de coleta e tratamento de águas residuais domiciliares, portanto fica à margem do sistema de tratamento municipal, como todas as demais comunidades rurais feirenses. Dados relativos a Feira de Santana deixam clara a necessidade de mais investimento em estruturas de saneamento básico, a começar pela elaboração do plano municipal para o setor em atendimento à Lei 11.445/07, garantindo assim que a expansão urbana desordenada da cidade não reduza ainda mais os seus indicadores e nem afete a sua população com os problemas causados pela falta de saneamento básico (Ribeiro & Farias, 2018).

A tabela 4.1 indica um aumento gradativo do alcance aos domicílios com acesso a esgoto e água potável. Este aumento, porém, é muito pequeno e fica aquém do necessário para atingir o ODS 6 até o ano de 2030.

---

<sup>43</sup> Para o ano de 2017, de acordo com o Instituto Trata Brasil e o SNIS, há para o município de Feira de Santana o valor de 60,1% dos domicílios com acesso a coleta de águas residuais (apenas em área urbana). Neste mesmo ano o percentual médio para o Brasil é de 52,4%, indicando um decréscimo em relação ao ano anterior. O crescimento desordenado das cidades pode explicar esta mudança, porém não há aqui um aprofundamento de estudo e relação a este tema. Para esta pesquisa, portando, optou-se por utilizar os dados do ano de 2016 devido também a outras fontes que os utilizaram como referência confiável.

Tabela 4.1 - Indicadores de serviços de saneamento em Feira de Santana (2012 a 2016)

Ano	Coleta de Esgoto IN015	Tratamento de Esgoto IN016	Atendimento Urbano de Água IN023	Atendimento Urbano de Esgoto IN047	Atendimento Total de Água IN055	Atendimento Total de Esgoto IN056
2016	80,4	100	100,0	63,0	95,7	57,8
2015	82,6	100	99,8	60,2	94,2	55,2
2014	76,0	100	98,6	57,0	92,9	52,2
2013	74,9	100	99,7	53,6	91,5	49,0
2012	63,3	100	92,5	78,7	89,2	49,1

(SNIS *apud* Ribeiro & Farias, 2018).

O ODS 6.2.1 (INE, 2018) indica que o uso doméstico da água modifica as suas características físicas, químicas e biológicas, sendo necessário assim, drená-la o mais distante possível dos aglomerados urbanos para evitar o contacto e a contaminação. Por outro lado, junto aos resíduos agrotóxicos e à destinação inadequada do lixo, o não tratamento das águas residuais responde por 72% das incidências de poluição e contaminação das águas de mananciais, 60% dos poços rasos e 54% dos poços profundos (IBGE, 2011). Este dado torna-se ainda mais relevante se levarmos em conta que as comunidades rurais – incluindo a Matinha – são as que mais fazem uso de água provenientes de poços, já que o atendimento da Embasa é falho e insuficiente para atender à demanda local. A utilização desta água do lençol freático, possivelmente contaminada, expõe a comunidade local a problemas de saúde que poderiam ser facilmente evitados, seja pelo uso de água potável proveniente de fontes confiáveis, como a Embasa, seja através do tratamento dos efluentes domésticos evitando descartá-los de forma inadequada.

As soluções convencionais tratam os excrementos humanos, equivocadamente, como resíduos sem qualquer propósito útil e que resultam em sistemas de “end-of-pipe solutions” ou tratamentos de final de linha, em tradução livre. Em seguida atuam visando remediar os efeitos desta produção, ou seja, depois da poluição ser gerada no processo produtivo (Werner, 2009 *apud* Perjessy, 2017). Os processos naturais, ao contrário, não geram resíduos, uma vez que os excrementos de uma espécie são reaproveitados por outra.

Neste contexto, a destinação adequada sustentável dos resíduos domésticos da Matinha pode ser solucionada através de projetos alternativos e econômicos, ao contrário dos métodos de tratamento de efluentes utilizados convencionalmente. As estações de tratamento de águas residuais de Feira de Santana atendem, no total, a uma população de 376.833 pessoas (SNIS, 2017; ITB, 2017). Restam ainda mais de 250 mil pessoas sem atendimento e que descartam seus resíduos em fossas sépticas ou sumidouros, entre outros meios prejudiciais ao ambiente e ao lençol freático, fora todos os 8 distritos rurais, que utilizam métodos de descarte sem qualquer tratamento. Solucionar este problema não é simples, nem rápido e nem barato.

Entre os anos de 2007 e 2017 foram investidos 75,3 milhões de Euros<sup>44</sup> em redes de abastecimento de água e em saneamento básico. No ano de 2016, a ampliação de um dos sistemas de coleta de esgotos custou 9 milhões de Euros e atendeu a aproximadamente 20 mil pessoas (A Tarde, 2017). Obras de saneamento e de tratamento de águas residuais são caras, e no caso de comunidades rurais, distantes dos centros urbanos, é ainda mais complicado devido às distâncias das estações de tratamento e à baixa densidade nestas zonas. A Matinha dos Pretos contabiliza apenas 573 habitantes. Já no distrito são 8.855 habitantes (IBGE, 2010), porém estes encontram-se distribuídos entre os 15 povoados e ainda em algumas habitações isoladas, o que tornaria uma eventual rede de esgotos muito extensa, complicada e de elevado custo financeiro ao município e, consequentemente com alto custo de manutenção que seria repassado aos contribuintes.

Para corrigir tal equívoco e alcançar os ODS, é necessário quebrar paradigmas em saneamento, com base em enfoques ecossistêmicos em vez de sistemas lineares, dispendiosos e que utilizam tecnologias intensivas de energia. Este novo paradigma deve reconhecer excrementos humanos não como resíduos, mas como recursos, matérias primas que devem ser disponibilizadas para reutilização (Perjessy, 2017). Especificamente no caso da Matinha, tais recursos podem atuar de forma complementar como propulsores de uma nova forma de desenvolvimento e de geração de rendimentos extras.

A permacultura<sup>45</sup>, neste contexto, possui as alternativas desejáveis, ou seja, que mais se encaixam no perfil da Matinha e de uma mudança de paradigma para um futuro sustentável e inclusivo. As soluções permaculturais são economicamente mais viáveis de executar, não exigem mão de obra especializada, e os custos de manutenção também são baixos. Exigem grandes espaços, que são escassos em cidades, mas neste contexto rural são ideais, inclusive pela possibilidade de serem construídos de forma isolada – cada morador ter o seu sistema em seu próprio quintal – ou coletivamente, onde um único sistema pode atender a algumas edificações.

Os sistemas naturais são viáveis, financeiramente, já que reduzem custos de implantação e de manutenção, e também apresentam uma baixa demanda por profissionais especializados. Podem, ainda, agregar valor de mercado ao tratar excrementos como recursos em vez de resíduos (Perjessy, 2017).

O termo *permaculture*, fundado nos anos 1970, tencionava melhorar as práticas agrícolas existentes que eram prejudiciais ao ambiente e à população. Os autores verificaram que os métodos vigentes à época – e ainda atuais em 2019 – degradavam o solo, consumiam demasiada energia, por serem mecanizados e que, consequentemente, geravam desemprego, ou tornava os camponeses “escravos” do sistema produtivo intensivo. A partir dessa problemática, porém, os estudos evoluíram de uma agricultura sustentável permanente para uma

---

<sup>44</sup> Valores calculados de acordo com a cotação do euro do dia 29/12/2017, data da publicação da matéria no Brasil (Neocambio, 2019).

<sup>45</sup> O termo permacultura é proveniente do inglês *permaculture*, pela junção das palavras *permanent culture*. O termo foi criado originalmente por Bill Mollison e David Holmgren para “descrever um sistema integrado de espécies de animais e vegetais perenes ou que se perpetuam naturalmente e são úteis aos seres humanos” (Holmgren, 2007).

cultura sustentável permanente (Mollison & Holmgren, 1983). A permacultura desenvolve-se pela aplicação dos seus princípios de forma holística em 7 campos necessários para a sustentação da humanidade, conforme a figura 4.2 da chamada “Flor da Permacultura”. Os campos são: Posse da terra e governo comunitário; Manejo da terra e da natureza; o espaço construído; ferramentas e tecnologia; cultura e educação; saúde e bem-estar espiritual; e economia e finanças.



Figura 4.2 - Flor da Permacultura

(Permaculture Principles, 2019).

O colapso ambiental levanta questões sobre mudança de hábitos e comportamentos, pois a forma de viver de muitas nações é insustentável para a capacidade suportada pela Terra (Rees, 2017). Assim, uma das propostas básicas da permacultura é de cada pessoa assumir a responsabilidade pela sua própria existência (Perjessy, 2017). A Permacultura é baseada na observação de sistemas naturais, na sabedoria contida em sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento moderno, científico e tecnológico (Mollison & Slay, 1998).

No entanto, existem ainda algumas razões que dificultam tanto a transformação social em busca de uma cultura sustentável quanto a dificuldade da disseminação de soluções ecológicas de desenvolvimento que buscam esta sustentabilidade, como: a dominante cultura do consumismo atrelada ao equívoco do bem-estar e do progresso, além do mito da ligação entre crescimento econômico e desenvolvimento (Holmgren, 2007). Para Leff (2001), é necessário desenvolver ou promover a passagem da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental, pois a partir de então o DS será possível. A mudança na forma de pensar requer um trabalho intenso e deve ser feita em conjunto entre as instituições públicas e

privadas e a sociedade civil, através do desenvolvimento de leis e políticas públicas e da promoção de educação ambiental.

Cabe destacar, então, a importância e o protagonismo da educação do campo, discutida no capítulo 3. É imprescindível debater com os alunos da Matinha dos Pretos a questão da preservação do solo, do papel que este representa para as grandes cidades, como Feira de Santana, e como enfrentar os desafios do empobrecimento e da deterioração do mesmo, e a urgência de sua recuperação. Como consequência a comunidade irá despertar para os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento consciente e sustentado da agricultura, da redução do consumo energético e nomeadamente da preservação do lençol freático, através do tratamento adequado das águas residuais, que será discutido a seguir.

Neste caso, resolver o problema dos resíduos domésticos é uma forma de a comunidade iniciar outros processos de participação cidadã e responsabilidade social e ambiental (Perjessy, 2017).

Um saneamento ecológico abre um leque maior de opções do que os utilizados atualmente. Para otimizar a relação custo-eficácia, a qualidade do tratamento e a escolha entre as opções de reciclagem, dois princípios são aplicados: em primeiro lugar, as correntes de fluxo com características diferentes, tais como fezes, urina e água cinza, são recolhidas separadamente, permitindo a aplicação de processos de tratamento específicos e reutilização; em segundo lugar, a diluição desnecessária das correntes de fluxo é evitada, não se utiliza autoclismo, minimizando o consumo de água e produzindo elevadas concentrações de materiais recicláveis (Werner, 2009 *apud* Perjessy, 2017).

Os modelos/métodos citados a seguir seguem o design permacultural utilizado em ecovilas do Brasil e do mundo para o tratamento de efluentes domésticos e podem ser aplicados com a finalidade de evitar o descarte inadequado em cursos d'água, bem como de aproveitar os benefícios gerados pela aplicação desses processos. Dentre os modelos diversos estudados e que podem ser aplicados na Matinha há o método de Zonas de raízes, o método de Círculo de Bananeiras, a Bacia de Evapotranspiração e o Banheiro Seco (com compostagem)<sup>46</sup>, entre outros. Cada um destes possui vantagens e desvantagens, inclusive econômicas, e serão brevemente detalhados a seguir.

#### **4.2.2.1 Zonas de Raízes**

Um experimento considerado bem-sucedido, realizado por Silva et al (2017) em Marabá, no Pará, comprovou uma eficiência de 77 a 98% comparada com os sistemas convencionais e de preços mais elevados. Devido à variação natural dos caudais e da composição dos mesmos, a eficiência torna-se previsivelmente variável.

De forma simplificada, o tratamento por sistema de zonas de raízes macrófitas consiste em uma estação ecológica construída para funcionar como filtro biológico, onde os

---

<sup>46</sup> Nomenclatura utilizada no Brasil. Em Portugal é conhecido como Sanitário Ecológico, ou Sanita Ecológica (Correia, 2011).

microorganismos presentes, principalmente as bactérias aeróbias e anaeróbias decompõem a matéria orgânica. No vegetal, os aerênquimas desenvolvidos são essenciais para que ocorra o transporte de oxigênio da atmosfera, passando pelas folhas e caule até as raízes onde as bactérias formam o biofilme e acontece a depuração do efluente. No substrato que se encontra mais afastado da zona de raízes a decomposição da matéria orgânica por micro-organismos acontece de forma anaeróbia, ou seja, na ausência de oxigênio (Silva et al, 2017).

A figura 4.3 permite demonstrar esquematicamente, uma vez que o correto dimensionamento está condicionado a fatores diversos e que não serão aqui detalhados. No exemplo abaixo dimensionou-se o sistema para uma habitação de duas pessoas.

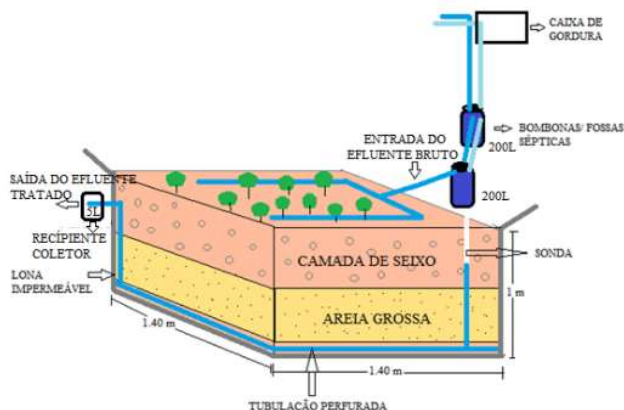


Figura 4.3 - Modelo do sistema de Zona de Raízes

(Silva et al, 2017).

Em relação ao sistema construtivo utilizado, o projeto de construção do complexo mostrou resultados positivos apresentando-se eficiente e viável economicamente além de ser uma tecnologia de baixo custo e, com eficiência comprovada em inúmeros trabalhos. A construção foi realizada em etapas, a começar pela pesquisa de preços dos materiais utilizados na obra, seguida pelo dimensionamento da estação. A terceira etapa foi a execução da obra, a quarta etapa deu-se com a escolha das plantas macrófitas a serem utilizadas para a filtragem e na quinta e última etapa os autores analisaram amostras em laboratório dos seguintes parâmetros presentes no efluente: DBO, Fósforo, Nitrogênio e Coliformes Termotolerantes (Silva et al, 2017).

Na Europa, a tecnologia das estações de tratamento de esgoto por zona de raízes vem sendo muito utilizada em regiões não atendidas por redes coletoras de esgoto, principalmente na zona rural. Quando utilizada em regiões de climas tropicais, há um acréscimo no seu desempenho devido ao clima favorável (Van Kaick et al, 2008 *apud* Perjessy, 2017). Silva et al (2017) corroboram esta assertiva quando informam que este experimento se constitui em um dos sistemas de tratamentos de efluentes descentralizados, ou também chamados de “*Wetlands*”, geralmente indicados para áreas rurais ou afastadas de grandes centralidades, devido à simplicidade do sistema e também à necessidade de ocupar grandes áreas, geralmente escassas em centros urbanos. A figura 4.4 detalha as etapas da construção do sistema.



*Figura 4.4 - Etapas da construção da fito-ETAR*

*(Silva et al, 2017).*

Após análises dos resultados os autores concluem que o sistema “apresenta adequada e operativa funcionalidade para remoção dos parâmetros analisados, demonstrando, com isto, ser uma alternativa viável e de baixo custo para o tratamento de esgoto doméstico” (Silva et al, 2017).

Este sistema de tratamento é indicado para locais periféricos e/ou em zonas rurais. São, também, ferramentas de suma importância que possibilitam a conservação do ambiente e que contribuem para a redução de problemas de saúde pública relacionados à ausência ou ineficiência de serviços de saneamento básico (Silva et al, 2017). É viável para a Matinha por se tratar de uma localidade rural, afastada e sem infraestrutura de saneamento básico.

#### **4.2.2.2 Círculo de Bananeiras**

O tratamento de efluentes pelo sistema de círculo de bananeiras consiste basicamente em uma concavidade circular e permeável no solo, preenchida com substratos orgânicos, pois estes garantem a funcionabilidade do conjunto. No experimento realizado por Rodrigues et al (2014), foram utilizados diferentes tipos de substratos como palha, galhos e folhas secas, conforme a figura 4.5.

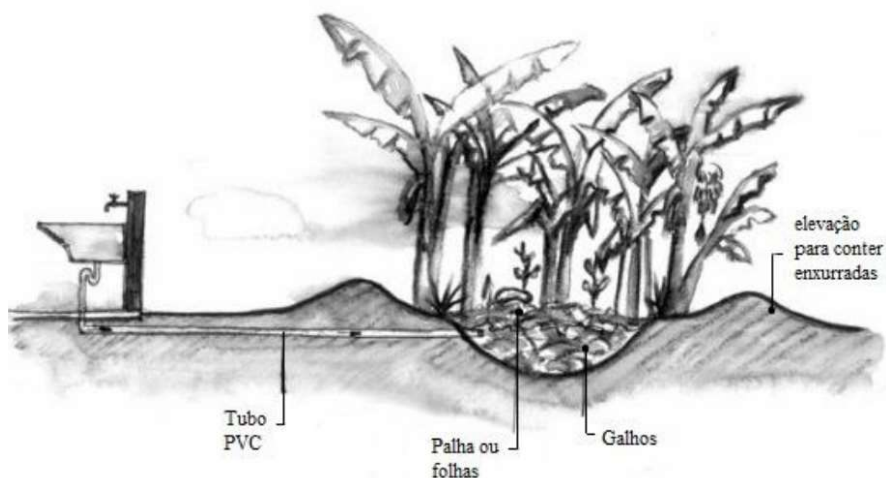


Figura 4.5 - Esquema de Círculo de Bananeiras

(Vieira, 2006 apud Rodrigues et al, 2014).

Um cuidado especial deve ser tomado neste tipo de tratamento: o óleo de cozinha deve ser coletado separadamente e não descartado nas pias, conforme algumas comunidades ainda o fazem no Brasil. Outros componentes químicos também devem ser evitados, como químicos desentupidores, desinfetantes e similares, optando-se, sempre que possível por produtos de origem natural. O círculo de bananeiras em solo não impermeabilizado é indicado apenas para águas cinzas, ou seja, provenientes de torneiras e chuveiros, de preferência utilizando-se detergentes biocompatíveis no cotidiano. Como pontos fortes, para além da simplicidade de execução e manutenção do sistema, verifica-se o baixo custo do sistema, seja na construção, seja na manutenção. Outras espécies podem ser plantadas além das bananeiras, como ervas aromáticas, também utilizadas na alimentação, ressaltando-se ainda que estas seriam orgânicas (Rodrigues et al, 2014).

No Brasil, há diversos Círculos de Bananeiras funcionando perfeitamente há mais de três anos (Vieira, 2010 apud Perjessy, 2017). As vantagens no tratamento e reuso local de águas cinzas promove a recarga do lençol freático, diminui o consumo de água tratada (para irrigação), mantém os nutrientes no local, promove o crescimento das plantas e árvores, diminui o volume de esgoto e consequentemente o impacto em fossas e na rede de tratamento, causa menor demanda de energia e uso de químicos, além de conscientizar o usuário da importância de usar produtos de limpeza biocompatíveis.

O círculo de bananeiras pode, ainda, ser utilizado para tratamento de águas negras, desde que seja implantado um sistema um pouco mais complexo que o descrito acima, que será explicado a seguir como bacia de evapotranspiração.



#### 4.2.2.3 Bacia de Evapotranspiração

Diversos tanques de evapotranspiração foram implantados nos Estados Unidos e no Brasil (Perjessy, 2017). Este sistema, ao contrário do descrito anteriormente, consiste em um tanque impermeabilizado, para tratar águas negras, ou seja, que transportam urinas e fezes. Esta concavidade é preenchida com diferentes camadas de substrato, sendo que as mais fundas geralmente são entulhos e pedras sem terra e não compactados de forma a deixar espaço para água, conforme a figura 4.6. A superfície é coberta por plantas de rápido crescimento, raízes curtas, que absorvem grande quantidade de água funcionando assim como evapotranspiradoras, pois absorvem os compostos orgânicos produzidos pela decomposição anaeróbica dos dejetos e ainda filtram os gases poluidores que são emitidos no processo, deixando passar uma quantidade reduzida destes e inibindo a contaminação do solo e consequentemente dos mananciais (Galbiati, 2009 *apud* Rodrigues et al, 2014).

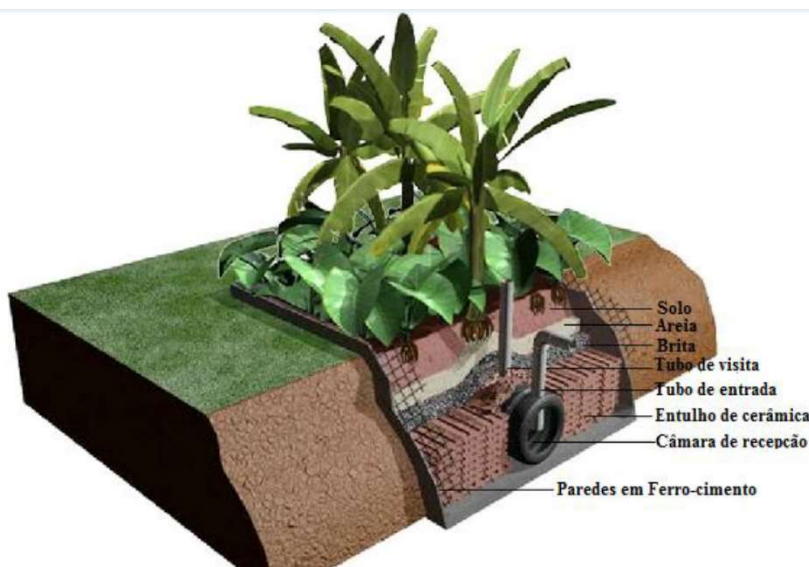


Figura 4.6 - Esquema de Tanque de Evapotranspiração

(Galbiati, 2009 *apud* Rodrigues et al, 2014).

A referida cobertura vegetal comumente utilizada no Brasil é a bananeira por reunir as características ideais para esta prática, contudo chamamos aqui de tanque de evapotranspiração devido à complexidade de funcionamento do sistema, que é diferente do sistema anterior, já que aquele não trata águas negras e não impermeabiliza o solo. Este, portanto, configura-se muito mais complexo que um círculo de bananeiras, ou de outras espécies vegetais. A figura 4.7 mostra a construção da Bacia de Evapotranspiração com os pneus e as camadas de substratos inorgânicos.



*Figura 4.7 - Implantação de Tanque de Evapotranspiração em Cuiabá*

*(Rodrigues et al, 2014).*

Como em qualquer sistema de tratamentos, convencional ou não, o dimensionamento deve levar em conta diversos fatores. No exemplo acima, o tratamento visava atender a um centro religioso, portanto, com demanda superior a uma morada. Entretanto, as amostras coletadas e analisadas apresentaram variações naturais, decorrentes do diferente fluxo de pessoas a utilizar o sistema, levando-se em conta também as condições climáticas que influenciam diretamente no desempenho do conjunto.

#### **4.2.2.4 Sanitário Ecológico e Compostagem**

Este sistema representa o equilíbrio entre os métodos rurais antigos e a exigência de higiene da sociedade contemporânea. Seu propósito é tornar as fezes humanas inofensivas sem a utilização de água para descarga. O desperdício de água em sistemas usuais de descargas em sanitas é motivo suficiente para a utilização do sistema de Sanitário Ecológico compostável (Legan, 2007 *apud* Perjessy, 2017).

O Banheiro Seco, ou Sanitário Ecológico (Correia, 2011) é largamente usado em países desenvolvidos, bem como as instituições de pesquisa estão aumentando o interesse em tecnologias sustentáveis e projetos regenerativos (Perjessy, 2017). Silva & Alencar (2014) corroboram esta visão complementando que o banheiro seco é uma tecnologia sanitária viável, por já ser consagrada mundialmente e por utilizar processos simples e baratos para tratar os dejetos humanos, sem uso de água. Esta e outras tecnologias sociais são ideais para aplicação em comunidades carentes e vulneráveis, que sofrem com a ausência das infraestruturas públicas de saneamento básico. Tais estruturas são replicáveis, inclusive com apoio da própria comunidade (através de cursos de capacitação) para funcionarem como instrumentos de transformação social efetivos.

O sistema funciona como uma câmara de compostagem, isto é, uma câmara bicompartimentada e hermeticamente fechada que receberá os dejetos. O projeto, conforme esquema da figura 4.8, deve garantir a eficácia no fecho correto para evitar a produção de odor e a compostagem dos dejetos (Silva & Alencar, 2014).

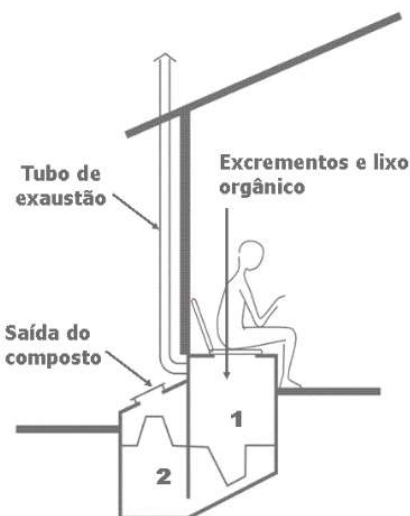


Figura 4.8 - Esquema de Sanitário Ecológico  
(Correia, 2011).

O composto final pode ser utilizado como um adubo de alta qualidade na agricultura, sem a necessidade de os produtores locais destinarem parte de suas verbas para a compra de fertilizantes químicos. Consequentemente, a possibilidade de um mercado para esse produto final faz com que esta tecnologia seja alvo também de empresas que possuem o interesse em se apropriar deste espaço ainda disponível (Alves, 2009 *apud* Perjessy, 2017).



Figura 4.9 - Exemplo de Sanita ecológica com Design comercial  
(Correia, 2011)

O Sanitário Ecológico pode ter *design* variado, a depender do local onde será implantado, do espaço e valor disponível para investir, e mesmo dos materiais a serem utilizados.

Correia (2011) aponta que há diversos modelos, com separação ou não da urina e com diferentes formas de compostagem. Há modelos mais “elaborados” e que podem ser instalados em habitações convencionais, mas que foram desenvolvidos por fabricantes já consagrados no mercado e que, por conta disto e de serem produtos voltados às classes mais abastadas, possuem valores elevados e que dificultam sua distribuição em larga escala, e que portanto não são o foco deste estudo.

A figura 4.10 apresenta exemplos que foram executados pelas comunidades onde foram implantados, na Amazónia, Brasil, e no Alentejo, Portugal.



Figura 4.10 – Sanitário Ecológico em: Instituto de Permacultura da Amazônia e Herdade do Freixo do Meio, Alentejo, respectivamente

(Perjessy, 2017; Correia, 2011).

#### 4.2.2.5 Outros Tratamentos e Sugestões

Existem ainda outros sistemas de tratamento que podem ser utilizados na Matinha, como os Biossistemas e também o *Living Machine*, mas que não serão analisados em detalhe, e no caso do *Living Machine* devido também ao seu custo mais elevado, se comparado aos sistemas anteriormente destacados. Tais sistemas possuem, todavia, estudos aprofundados e eficácia garantida, portanto uma boa aplicabilidade no território em estudo, por serem sistemas descentralizados e que podem ainda gerar subprodutos como o biogás, no caso de biodigestores (Perjessy, 2017). A China possui mais de onze milhões de biodigestores instalados, gerando aproximadamente vinte milhões de kW/dia de forma descentralizada (Fachini, 2009 *apud* Perjessy, 2017).

Diversas possibilidades para tratamento dos efluentes domésticos, que já foram experimentadas em regiões do Brasil e do mundo podem ser utilizadas na Matinha com as devidas adaptações. Serão necessários estudos mais aprofundados da realidade local, dos custos e materiais disponíveis, gestão da adaptação para as mudanças na comunidade, conscientização da importância para mudança no modo de vida, e estudos aprofundados de como aplicar tais tecnologias sociais da melhor forma possível, monitorizando o processo.

Todas as alternativas apresentadas acima apresentam baixo custo, ou pelo menos custo reduzido em relação à alternativa tradicional de ETAR aplicada às cidades. O Sanitário Ecológico, em particular, apresenta um fator determinante para além dos demais que é a redução de consumo de água tratada, haja vista a crescente demanda por água potável e o constante período de estiagem na região de Feira de Santana. Outra característica marcante e positiva nestes sistemas é que, à exceção da *Living Machine* e parcialmente do bio-sistema, os mesmos podem ser executados sem a necessidade de mão de obra especializada, e através de processos construtivos simplificados, ou seja, que os próprios moradores podem ser os construtores, após um breve período de capacitação.

Tais sistemas baseiam-se numa abordagem do ecossistema que reduz o risco à saúde, evita a poluição de águas superficiais e subterrâneas e otimiza a gestão de nutrientes e recursos hídricos, podendo vir a gerar rendimentos extras às comunidades locais (Langergraber & Muellegger, 2005). A Matinha possui capital social para, através da ACOMA, por exemplo, ministrar um curso de capacitação, bem como alguns experimentos *in loco* de modelos como o Filtro de Bananeiras ou o Sanitário Ecológico. A EMRMEL, que como um dos principais *stakeholders* da Matinha, poderá também inserir em seu programa estudos sobre os diversos meios de tratamento de efluentes e iniciar o debate entre estudantes do ensino secundário para que estes ampliem os seus horizontes a outras possibilidades e criem novos paradigmas locais, conscientes e sustentáveis.

A partir de um estudo da disposição das habitações em alguns dos quarteirões mais centrais da aldeia, é possível verificar que há uma área não edificada em quase todos os lotes, sempre em suas zonas posteriores, ou seja, ao fundo de cada propriedade, conforme a Figura 4.11. Também é muito comum notar que a maioria destes lotes não construiu muros de separação ao lote vizinho. Em vez disso, cercas de madeira e arame farpados marcam a divisão de cada propriedade. Com estas características peculiares em boa parte das áreas rurais em Feira de Santana, abre-se a possibilidade de construir equipamentos de tratamentos dos efluentes domésticos coletivos, ou seja, que atendam a mais de uma morada e ocupem desta forma menos espaço, reduzam os custos de execução e ainda e otimizem a matéria prima que será gerada, seja ela água não potável, biogás ou biofertilizantes. A Matinha dos Pretos como território quilombola e como área rural possui vasta experiência em envolvimento coletivo na busca pelo bem comum, seja ele a luta pela posse das terras, seja a busca por reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, seja por justiça e inclusão social, como infraestruturas e equipamentos urbanos, nomeadamente a pavimentação asfáltica, mais recentemente, em 2011 e as melhorias no centro de Saúde, ou simplesmente pela luta por sobrevivência enquanto seres



humanos, outrora desumanizados pelo sistema escravocrata aristocrático dos séculos XVIII e XIX.



*Figura 4.11 - Indicação de zonas na Matinha com potencial para saneamento ecológico  
(Google Earth, 2019, alterado).*

A partir da figura 4.11 é possível observar que, em vez de cercas e muros, o filtro de bananeiras, por exemplo, poderia criar uma nova delimitação entre vizinhanças com o próprio sistema de tratamento comum a cada quarteirão, ou a grupos de quatro a seis edifícios, a depender do número de moradores e da demanda diária de águas cinzas a serem tratadas. O Sanitário Ecológico, por outro lado, deve ser implantado individualmente, podendo a gestão e a coleta da matéria prima serem feitas pela coletividade, o que pode facilitar na cronometragem dos prazos e em uma eventual gestão de comercialização do biofertilizante gerado ou de utilização em seus próprios cultivos.

A população rural brasileira ainda apresenta baixos índices de assistência técnica rural, e quando há esse tipo de assistência ela se dá no âmbito da agricultura familiar, voltada para o cultivo e poucas vezes para auxiliar nas questões relativas à habitação e infraestrutura locais (Martinetti, 2009 *apud* Perjessy, 2017).

A realidade ambiental mostra a necessidade de inovar, de criar alternativas tecnológicas levando em consideração a inter-relação vital do homem com a natureza (Miranda, 2007 *apud* Perjessy, 2017). Assim, a sociedade moderna compreenderá os sistemas permaculturais como um dos inúmeros princípios de sustentabilidade que seguem estratégias de conhecimentos e tecnologias que mantêm a diversidade, a fertilidade e estabilidade dos recursos naturais, em suma, o equilíbrio entre o homem e a natureza.

### 4.2.3 Agricultura Sustentável

Diante do exposto anteriormente, sobre cooperativas de produtores e valorização do produto local, e em consonância com os ODS, nomeadamente o Objetivo 12, que trata da produção e do consumo sustentáveis, a agricultura sustentável torna-se a alternativa mais viável para atingir outros objetivos da Agenda 2030. Na Matinha, como em Mantiba, predominam pequenos agricultores, atualmente ameaçados, por um lado pela precariedade das condições de trabalho, pela falta de apoio e pelo empobrecimento do solo, e pelo outro com o avanço da malha urbana de Feira de Santana sobre os espaços rurais do distrito, com todas as pressões que este crescimento significa, entre eles, o risco de gentrificação (Lima, 2014; Sousa, 2016a; Souza, 2016b).

Estudos de caso no Brasil, nomeadamente nos Estados de Minas Gerais (Dias & Aguiar, 2016), Pará (Nahum & Santos, 2018), Rio de Janeiro (Gonçalves et al, 2015), São Paulo (Gonçalves et al, 2015), Ceará (Almada et al, 2014), Santa Catarina (Radwanski et al, 2014) (Pavan & Santos Júnior, 2017) e Bahia (Reis, 2013 e Souza, 2016b) corroboram a importância de subsidiar e fortalecer a agricultura familiar e a reforma agrária como formas de DS, bem como agregar valor ao produto local.

Os desafios a serem vencidos serão muitos na Matinha dos Pretos: a redução na produção agrícola pelo sistema de cultivo<sup>47</sup> devido às mudanças climáticas, sobretudo a seca, fez com que a produção, nomeadamente de mandioca, milho e feijão, fosse maioritariamente para subsistência (Reis, 2013).

Os diferentes sistemas produtivos existentes na Matinha, evidenciados na tabela 4.2, constataam que o subsistema de trabalho não agrícola está em crescimento. Há, portanto, uma tendência de enfraquecimento da atividade agrária e de substituição pelo trabalho remunerado, com ou sem vínculo empregatício, em atividades não ligadas ao cultivo. Dentre os subsistemas produtivos descritos a seguir, o de beneficiamento poderia ser fortalecido, uma vez que há produção de matéria prima na localidade e que há mão de obra e demanda de produtos beneficiados, como polpa de frutas e biofertilizantes provenientes dos resíduos destas. Assim como este subsistema, os demais existentes seguem tendência contrária, de enfraquecimento, exceto o subsistema não agrícola.

*Tabela 4.2 - Subsistemas de atividades (sistemas agrários)*

---

<sup>47</sup> Dentre os sistemas produtivos encontrados na aldeia de Matinha dos Pretos denomina-se como cultivo uma “unidade com produções vegetais, tratadas de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais” (Reis, 2013).

Subsistemas	Características
Subsistemas de cultivo de parcelas	Unidade com produções vegetais, tratadas de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais.
Subsistema de Criação	Unidade com grupos de animais ou de fragmentos de grupos de animais da mesma espécie, com os mesmos itinerários técnicos.
Subsistema de Beneficiamento	Unidade de transformação dos produtos agrícolas de origem vegetal e animal.
Subsistema de Quintal	Unidade destinada, em geral, ao consumo das famílias, podendo parte da produção ser vendida, podendo ser realizada em conjunto com o trabalho doméstico.
Subsistema Extrativismo	Unidade em que se realiza coleta de produtos da natureza (vegetais, animais ou minerais), para o autoconsumo familiar ou fins comerciais.
Subsistema Atividade não agrícolas	Unidade em que se realizam atividades não agrícolas pelos membros (UTFs) da família, por conta própria, ou como empregados, caracterizando a natureza pluriativa da unidade de produção familiar.
Trabalho Doméstico	Exercido pelos membros da família, como atividade não mensurável com valor de uso (renda oculta). Essencial à reprodução da família e do sistema de atividades familiar. Medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região.

(Reis, 2013).

No contexto neoliberal capitalista, todavia, mesmo a atividade agrária ligada ao cultivo é também um factor determinante no enfraquecimento da agricultura familiar, com o agronegócio. Ainda que este modelo de negócio não seja uma realidade, hoje, na Matinha dos Pretos, poderá tornar-se uma ameaça à produção familiar e sustentável, se o contexto econômico e social não for alterado. Famílias camponesas que cultivam dendê na Amazônia acabaram por tornar-se “reféns” do sistema produtivo devido à falta de oportunidades diferentes desta que se concretizou via subsídios e fomentos do governo e de empresas privadas. Além da escassez de oportunidades para o pequeno agricultor e da falta de infraestrutura adequada à produção em pequena escala e em sistema de policulturas, as famílias viram no Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) mais do que uma simples produção de dendê sustentável, uma promessa de inclusão social. Em vez disso, a dendeicultura reorganizou a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica territorial (Nahum & Santos, 2018). Os autores explicam que:

“Antes da expansão do dendê, a terra, o trabalho e a família umbilicalmente associados constituíam as quintas, como localmente se chamam as unidades produtivas camponesas que vivificavam as comunidades na Amazônia paraense, nos quais trabalho e vida são inseparáveis. Desde o período do dendê, a reprodução da existência dos



lugares ficou profundamente dependente direta e indiretamente dos empreendimentos, de onde provém o dinheiro para a aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia” (Nahum & Santos, 2018).

É evidente que o modo de produção de lógica capitalista alterou o perfil local de famílias camponesas que, ainda que dentro de um contexto de limitação financeira, desfrutavam de relativa independência do capital financeiro externo, além de uma relação entre o trabalho e a terra, que era mais comunitária e menos empregatícia. Parte do que precisavam, seja para o trabalho, seja para a subsistência era proveniente da própria terra, o que foi alterado com o advento da produção do dendê, onde as famílias passaram a depender do pagamento que recebiam pelo seu trabalho para comprar tudo o que precisavam fora da propriedade, exatamente como ocorre nas cidades

A dendeicultura produz um meio geográfico que funciona a partir de interesses exógenos ao lugar. Neste contexto, as dinâmicas territoriais nesta localidade da Amazônia devem ser entendidas a partir de um processo de reorganização da matriz energética européia, que tem por meta desenvolver fontes alternativas às fósseis (Altvater, Giddens, Houtart, 2010 *apud* Nahum & Santos, 2018). Ao contrário do exemplo de Chapecó, os produtores trabalham não como gestores do seu tempo e das suas propriedades, em favor dos benefícios e interesses da comunidade local, mas como empregados, porém, de forma autônoma, produzindo o que lhes é solicitado, no tempo e do modo que for ordenado, cumprindo requisitos e padrões específicos de grupos privados e, como consequência recebendo pagamento, do qual dependerão para toda a sua sobrevivência, já que a terra não mais cumpre a função de provedora de algumas das suas necessidades.

Sob esta modalidade de produção, as unidades familiares, associadas aos projetos de agricultura familiar, não perdem a propriedade jurídica da terra. As pessoas, tampouco, tornam-se assalariadas das empresas. As famílias continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva, e sua força de trabalho não é contratada pela empresa. Contudo, quem determina e comanda os usos do solo são as empresas. É importante ressaltar que o dendê em si não se constitui como uma oportunidade atraente. Não é por esta razão que as famílias trabalham na dendeicultura, mas devido à ausência de políticas de Estado para as comunidades rurais camponesas que direcionam o agricultor camponês para a reprodução de “um modo de vida que não é o seu” (Nahum & Bastos, 2014 *apud* Nahum & Santos, 2018).

Devido ao caso exposto acima, a Matinha deve pensar o seu território sob outro prisma, no qual o solo enquanto meio de vida e de trabalho dos camponeses, deve ser tratado com o devido cuidado no sentido de recuperar suas capacidades e propriedades, deterioradas ao longo dos anos para que o mesmo seja preservado às gerações futuras e garanta o presente das gerações atuais. Igualmente os mananciais hídricos têm papel determinante nesta ótica sustentável. A água deve ser gerida aqui como elemento fundamental para a agricultura, especialmente a familiar, que além de ser mais sustentável, possui dinâmica própria e ciclos mais

extensos que os do agronegócio. Conforme foi debatido anteriormente, as águas residuais devem passar por tratamentos naturais e ecológicos para então serem lançadas de volta na natureza, ou podem, igualmente, serem utilizadas para irrigação, conforme proposto neste capítulo.

Para que esta realidade seja possível, todavia, é necessário que o Estado brasileiro estabeleça políticas públicas adequadas ao campesinato, e não apenas que este implante leis que fomentem a produção no campo visando o lucro e a reprodução do capital, especialmente se o meio de produção for através de monocultura e para responder aos interesses de grandes grupos privados e não do próprio camponês. As políticas públicas devem responder às necessidades do modo de vida do campo e para que os camponeses não precisem se deslocar para as cidades para sobreviverem, ou seja, o campo precisa ser tratado como um local para se viver e não para gerar lucro e produtividade apenas.

#### 4.2.4 Governança Participativa

A partir do mencionado anteriormente, a governança deliberativa colaborativa surge como meio para alcançar um futuro desejável que seja justo e equitativo. É fundamental, assim, a participação da população no processo de tomada de decisão, desde o início. Deste modo, para a Matinha dos Pretos, enquanto comunidade quilombola e considerando o modo de vida do campo, deve desenvolver suas próprias alternativas rumo ao DS e para manter o domínio pleno do seu território e dos seus direitos enquanto cidadãos. Projetos e planos devem ser desenvolvidos de modo horizontal, de baixo para cima, ao contrário do que ocorre atualmente em Feira de Santana, onde projetos são votados na Câmara Municipal sem que a população tenha conhecimento, e sem que haja o debate necessário para definir se as propostas em votação seriam ou não de interesse da população de facto. No contexto atual, algumas propostas são consideradas 'abertas ao público' mas o que ocorre são audiências públicas, geralmente anunciadas em dias úteis, em horário comercial, e com poucos dias de antecedência. Deste modo, a maioria da população interessada não consegue comparecer pois está em horário de trabalho e não teve o devido tempo para planejar um diálogo coeso e de acordo com o tema de interesse. E, ainda que isto ocorra, a população tem acesso apenas a projetos já elaborados e que serão executados em breve, raramente considerando-se o que foi dito nas audiências.

De acordo com Abramovay (1998) a exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. O autor aponta que:

"Nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.

(...)

Os bons desempenhos na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica que ainda não é bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do ambiente cultural e natural" (Abramovay, 1998).

A solução para as questões do campo estão no próprio campo e na participação dos interessados em propor soluções. A partir daí, os *stakeholders* externos ao lugar devem concentrar os seus esforços, sobretudo para atender às necessidades locais e não do capital ou da iniciativa privada, ainda que seja um projeto de DS. Pode-se inferir também que, seguindo alguns exemplos de sucesso em outros países, diversos autores reforçam o poder da identidade local e das qualidades do produto/produtor regional.

O desenvolvimento rural não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias. Ao mesmo tempo, dado o peso destas atividades no meio rural, elas terão durante muito tempo um peso determinante, e que para isto será necessário um projeto de gestão da mudança de paradigma.

A grande questão do desenvolvimento rural brasileiro será resolvida não pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, que hoje ocupam a maior parte da população rural, mas por uma mudança decisiva em suas formas de organização. Será necessário atuar na construção de novos mercados, seja para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas agora se começam a desenvolver. É aqui que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural. Esta transição não será fruto da ação espontânea dos agentes privados, mas sim da organização dos produtores apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público (Abramovay, 1998). No contexto local da Matinha dos Pretos, o modo de produção já é feito com base na agricultura familiar, contudo, atuando como complemento de rendimentos das famílias, e de forma precária e autônoma, sem apoio externo.

Cabe apontar, como alternativa, uma gestão comum dos recursos naturais, prática ainda incomum no Brasil, especialmente nos estados do Nordeste. Nos últimos anos, a crescente demanda por governança esteve intimamente associada aos esforços para solucionar vários problemas de “ação coletiva”, como a mudança climática ou o alcance do DS. Este último, é comumente relacionado apenas às classes economicamente mais favorecidas, o que precisa ser evitado, ou o processo irá falhar como um todo, já que não é mais possível atingir o DS sem a redução nas diferenças sociais (Benites-Lázaro et al, 2018). Portanto, e retornando ao Relatório Brundtland, combater e erradicar a pobreza e as reduzir as diferenças sociais é parte fundamental do DS, e sem a qual não será possível obter sucesso nos projetos de desenvolvimento limpo e nos ODS até o ano de 2030 (UN, 2015).

Autores como Sanyé-Mengual et al (2018) evidenciam a importância de políticas participativas, *bottom-up* e democráticas, e alertam ainda que discursos isolados de sustentabilidade podem levar a planos e programas mal-sucedidos. A participação das partes interessadas na formulação de políticas também é vital para a definição de indicadores de monitorização.

A governança participativa, no entanto, não depende necessariamente do governo, ou pelo menos não unicamente. Gollagher & Hars-Karp (2013) definem:

“When government policy is deficient; when state-supported governance is limited (...) Simply by removing government as one of the partnering stakeholders, however, we can keep the definition: DCG<sup>48</sup> is any policy-making procedure or process in which (1) ordinary citizens participate (along with other stakeholding groups) in collaboratively performing tasks such as setting priorities, crafting or analysing policy proposals, devising

---

<sup>48</sup> DCG é a sigla do inglês para Governança Colaborativa Deliberativa (Gollagher & Hars-Karp, 2013).

plans, and recommending actions; (2) participants deliberate together concerning options for action or policy adoption; and (3) the public's role is that of a full partner with influence sufficient to secure positive responses from the other stakeholders"<sup>49</sup> (Gollagher & Hars-Karp, 2013).

A partir desta visão, a Governança Deliberativa Colaborativa pode ser efetuada diretamente pelos *stakeholders* envolvidos no processo, especialmente em casos onde o poder público não é capaz de atender adequadamente, como é o caso da Matinha dos Pretos.

Ambos os termos (Governança e DS) ainda têm muitos desafios para a sua implementação e alcance na prática. Entre o mais notável desses desafios está a integração efetiva das partes interessadas nas estruturas de tomada de decisão, e, portanto, parece ser o esforço da substituição de padrões hierárquicos de dominação para uma tarefa mais difícil de alcançar padrões de cooperação (Blackburn, 2000 *apud* Benites-Lázaro et al, 2018).

Mesmo em projetos onde é exigida a participação pública, os processos ocorrem de forma vertical e não-participativa, mas apenas consultiva. Sobre isto, Benites-Lázaro et al (2018) evidenciam que proponentes de projetos em geral, desprezaram o cumprimento com a consulta aos *stakeholders* locais. No entanto, não foi possível identificar os mecanismos decisórios participativos, o que mostra uma falta de representação local e de envolvimento da comunidade a fim de discutir e deliberar sobre os potenciais benefícios para o DS. Os benefícios descritos por empresas executoras de MDL's permanecem apenas no nível de cumprir os requisitos de aprovação da autoridade nacional e legitimar seus projetos. Como exemplo, os impactos dos projetos hidrelétricos em comunidades, como a Hidrelétrica Teles Pires, assolou comunidades indígenas e tradicionais, forçou a realocação da população local, destruiu locais sagrados, prejudicou a biodiversidade e a pesca. Ainda assim, o projeto de MDL foi aprovado e registrado (Benites-Lázaro et al, 2018).

Para a Matinha, no âmbito do DS, o aumento da participação dos *stakeholders* torna-se uma ferramenta fundamental para garantir a equidade e a transparência, bem como cumprir o direito dos indivíduos à participação pública, conforme estabelecido na Declaração da Rio 1992. O processo de consulta não precisa ser reinventado, mas a sua aplicação deve ser melhorada, aprimorada e monitorizada (Benites-Lázaro et al, 2018). Em relação a todos os temas aqui trabalhados, é fundamental envolver a população, entre todas as gerações e em todos os níveis, enquanto cidadãos.

---

<sup>49</sup> Quando a política do governo é deficiente; quando a governança apoiada pelo estado é limitada (...) Simplesmente removendo o governo como uma das partes interessadas parceiras, no entanto, podemos manter a definição: o DCG é qualquer procedimento ou processo de formulação de políticas em que (1) cidadãos comuns participem (junto com outros grupos de partes interessadas) na execução colaborativa de tarefas como definição de prioridades, elaboração ou análise de propostas de políticas, elaboração de planos e recomendação de ações; (2) os participantes deliberam em conjunto sobre opções de ação ou adoção de políticas; e (3) o papel do público é o de um parceiro completo com influência suficiente para garantir respostas positivas das outras partes interessadas" (tradução livre do autor).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1 Resultados alcançados

Os estudos desenvolvidos no âmbito do DS para a comunidade de Matinha dos Pretos permitem concluir que há uma carência de diversos serviços importantes para a população local, como a educação quilombola e do campo efetivas e de qualidade, serviços de saneamento básico e de valorização da agricultura familiar, valorização da produção local, mas também de fomento da produção orgânica e da valorização da identidade local enquanto elemento agregador de valor ao produto regional. Conclui-se, ainda, que não há sistemas de tratamento de águas residuais na localidade e que, por conta disto e de outros factores, o consumo de águas subterrâneas não é seguro e que há uma contaminação dos mananciais hídricos do distrito, bem como do solo e do ambiente em geral.

Por outro lado, como pontos fortes, a comunidade possui histórico de lutas e de enfrentamento do *status quo* no qual está inserida e que a mesma, apesar da exclusão secular e da negação de sua história, começa a resgatar os seus valores e memórias nas últimas décadas e a repensar o seu futuro sob novos paradigmas. O acesso ao ensino superior aumentou nos últimos anos, o que permitiu ampliar os horizontes das gerações mais novas a partir do senso crítico e do entendimento dos seus indivíduos como cidadãos e como detentores do direito a repensar o próprio futuro e não apenas a seguir projetos externos a si próprios.

Surgem como oportunidades os métodos de DS e que são acessíveis à realidade local da Matinha, que devem promover a inclusão social e a mitigação dos danos ambientais causados ao longo dos anos. O sistema de tratamento de águas residuais de Feira de Santana não contempla as zonas rurais, e os custos são elevados para este serviço atender ao distrito. Assim, apresenta-se como alternativa viável e sustentável a fito-ETAR através de sistemas como Zonas de Raízes, Biodigestores, Sanitário Ecológico (ou Banheiro Seco) com compostagem, Círculo de Bananeiras e Tanque de Evapotranspiração. Cada uma destas alternativas é viável economicamente, ecologicamente e todas são soluções descentralizadas que permitem autonomia das comunidades em execução e manutenção, bem como gestão dos eventuais subprodutos daí gerados, com a possibilidade de geração de rendimentos. Ainda, como oportunidade, apresenta-se a utilização de biofertilizantes – gerados a partir de compostagem proveniente dos resíduos domésticos – na própria agricultura local, gerando produtos seguros e orgânicos, já que dispensariam o uso de fertilizantes químicos, agressivos ao ambiente e que são adquiridos no mercado convencional, o que poderia ser evitado para gerar economia de capital.

Os sistemas de tratamento estudados, com todas as especificidades que os mesmos implicam, podem ser implantados nas habitações de forma individual ou coletiva. À exceção do banheiro seco, que deve ser implantado individualmente, os demais sistemas podem agregar duas ou mais famílias, desde que dimensionados corretamente, o que facilitaria a manutenção e

a própria construção, beneficiando do sistema de trabalho de mutirão. Estudos futuros devem indicar quantas habitações e qual a área projetada para implementação de um projeto de fitoETAR adequado para estas realidades, bem como caudais e cálculos de margem de segurança e de diferentes situações climatológicas que influenciariam no funcionamento do sistema.

Para além do tratamento dos resíduos domésticos, identifica-se a necessidade de valorização e consolidação da agricultura familiar como principal elemento gerador de riqueza e de qualidade de vida, e também como elemento identitário fundamental para salvaguarda dos interesses da Matinha e das gerações futuras, da preservação da história e da memória locais e como elemento-chave para proteção contra o avanço da malha urbana de Feira de Santana e a consequente gentrificação rural.

A conscientização para a importância do DS, da agricultura familiar, do legado cultural e histórico se dá através da educação do campo e quilombola, e portanto, é fundamental trabalhar o factor educacional em primeiro plano e com a máxima urgência, pois deste decorrerá toda e qualquer mudança possível na sociedade. Assim, os currículos das escolas devem ser adequados às necessidades locais, o que já está em andamento neste ano, nomeadamente na EMRMEL, com a mudança do PPP.

A conexão entre todos estes elementos será possível através da conscientização, do envolvimento de todos os atores sociais da Matinha e, portanto, da governança deliberativa colaborativa. O processo de mudança parte da sociedade para os governos, e não o contrário. O histórico de lutas da Matinha deixa claro que todos os direitos conquistados foram fruto de lutas, de resistência e de união de forças entre lideranças locais. Quando a governança é vertical os interesses locais são superados em nome de interesses de grupos privados, externos ao local. Portanto, associações e entidades da Matinha devem fazer prevalecer seus interesses e a proteção do seu património, do futuro do seu povo e do seu território.

## 5.2 Trabalhos Futuros

Para pesquisas futuras, e que não foram possíveis desenvolver nesta etapa, é importante citar outras fontes de DS e que sejam viáveis no contexto local da Matinha. A compostagem a partir do Sanitário Ecológico gera biofertilizantes ricos em nutrientes para a recuperação do solo, mas ainda é possível executar a compostagem a partir dos resíduos sólidos orgânicos domésticos, ou seja, o lixo orgânico residencial. Para isto, é necessário haver a correta separação ainda na fonte. A Matinha não dispõe de coleta seletiva, tampouco é acessada por cooperativas de reciclagem existentes em Feira de Santana, devido à distância do centro. Estudos podem indicar a viabilidade tanto da coleta seletiva para reciclagem e redução de resíduos encaminhados a aterros sanitários, como a geração de biofertilizantes para a agricultura local a partir da compostagem doméstica. Além das casas do distrito, é importante mencionar que a UBFAOS gera um montante significativo de resíduos orgânicos compostáveis, a partir do beneficiamento das frutas locais. Esta pode ser uma grande oportunidade para valorização de resíduos sólidos de alta qualidade, desde que desenvolvida estrategicamente para beneficiar a ambos, economia e ambiente locais.

Os sistemas naturais de tratamento propostos neste trabalho carecem de estudos mais aprofundados e específicos para o local onde seriam implantados, mas que, nesta etapa de estudo, foram analisadas sob parâmetros gerais apenas e que, quando comparados aos modelos tradicionais, demonstram a mesma eficiência ou mais elevada que estes.

Por outro lado, o clima local, com alta incidência de luz solar na maior parte do ano, mostra-se favorável à geração de energias limpas como a solar, mas também a eólica, ambas com potencial de geração descentralizada e que carecem de estudos aprofundados de impacto ambiental e social, e de viabilidade ecológica e econômica. A pluviometria indica possibilidade de aproveitamento de águas das chuvas, para armazenamento e posterior utilização seja na irrigação, seja em usos residenciais não-potáveis.

A Matinha concentra qualidades com potencial para desenvolver o turismo rural e sustentável, ainda pouco explorado em Feira de Santana. Caso os estudos efetuados neste trabalho tornem-se realidade, ou outros estudos semelhantes, o distrito pode tornar-se um projeto piloto de DS e modelo para outras zonas enfrentarem a exclusão social e mitigarem os efeitos do avanço da malha urbana e da degradação ambiental.

Por fim, a economia circular, também pouco explorada em Feira de Santana, pode ser um elemento provedor de desenvolvimento local e de mitigação das agressões ambientais sofridas no território urbano de forma sistemática, e que há oportunidades futuras de ser um tema de estudo.



## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 28 (1). 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento Sustentável: Qual a Estratégia para o Brasil?** Novos Estudos. Vol. 87 (1). 2010.
- ALMADA, Sylene Ruiz de; SANTOS, Sandra Maria dos; CABRAL, Augusto Cesar de Aquino; PESSOA, Maria Naiula Monteiro. **Dimensões do Desenvolvimento Sustentável Local: Impactos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel na Agricultura Familiar na Região do Quixadá, Ceará**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS. Vol. 3 (1). 2014. DOI: 10.5585/geas.v3i1.47.
- ARRUDA, Eloisa Varela Cardoso de; AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Plano Nacional de Educação e o Decreto Nº7.352/2010: Metas e Estratégias para Educação (Profissional) do Campo**. Anais do III Colóquio Nacional, Eixo Temático I - Políticas em Educação Profissional. Natal. Brasil. 2015. ISSN: 2358-1190.
- BARBOSA, Gisele Silva; DRACH, Patricia Regina ; CORBELL, Oscar Daniel. **A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability**. International Journal of Social Sciences. Vol. 3 (2). 2014. Disponível em: <https://www.iises.net/ijoss-vol-iii-no-2.html> Último acesso em 09/09/2019.
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Vol. 1. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723/91620> Último acesso em 15/08/2019.
- BENITES-LÁZARO, Lira Luz; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida; SIMÕES, André Felipe; GNACCARINI, Isabel. **Governança e desenvolvimento sustentável: a participação dos stakeholders locais nos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía. Vol. 27 (2). 2018. DOI: 10.15446/rcdg.v27n2.66336.
- BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. **Evolução da Legislação Ambiental no Brasil**. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, Vol. 2 (3). 2009. ISSN: 1981-9951.

- BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor: Urbanização e Política Habitacional no Brasil**. Revista Espaço Rural. Vol. 17 (8). 2007. ISSN: 1518-4196.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**. 3ª Edição. FTD. São Paulo. 2015.
- BRASIL. **BNH – Banco Nacional da Habitação e SFH - Sistema Financeiro da Habitação**. Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. Brasília. 1964.
- BRASIL. **Lei da Terra**. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro. 1850.
- BRASIL. **Lei do Biodiesel**. Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005. Brasília. 2005.
- BRASIL. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br> Último acesso em: 16/08/2019.
- Brasil Escola – Portal oficial: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm> Último acesso em 28/07/2019.
- Brasil Escola – Portal oficial: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidades-medias.htm> Último acesso em 21/05/2019.
- CAVALCANTI, Clovis. **Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol.1: 1-10. 2004. ISSN: 1390-2776.
- CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002. Brasil. 2002.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Portal oficial: <https://www.cepal.org/pt-br> Último acesso em: 09/09/2019
- Climatempo – Portal oficial: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/714/feiradesantana-ba> Último acesso em 15/09/2019.
- CODETER, Colegiado Territorial do Portal do Sertão. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Portal do Sertão**. UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Feira de Santana. 2017.

CORREIA, Sandra Cláudia Madeira. **Uma Aproximação da Permacultura ao Design: O Caso do Sanitário Ecológico em Contexto Rural**. Dissertação de Mestrado em Design de Produto em Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2011.

Cotação Euro-Pt – Portal oficial: <https://cotacao-euro.pt/arquivo-cotacoes-de-moedas/2013-12-31/> Último acesso em 13/06/2019.

DIAS, Gabriel Max de Oliveira; AGUIAR, Lúcia Maria Brochado de. **PRONAF: Agricultura Familiar Camponesa, Desenvolvimento Territorial Rural e Multifuncionalidade em São João Del-Rei/MG**. Revista Geográfica Acadêmica. Vol.10 (2). 2016. ISSN: 1678-7226.

DGE, Direção Geral da Educação – Portal oficial: <https://www.dge.mec.pt/principais-cimeiras-internacionais-e-resolucoes> Último acesso em 08/07/2019

Estradas – Portal oficial: <https://estradas.com.br/entenda-porque-uma-rodovia-e-br-e-040-e-outra-116/> Último acesso em 13/06/2019.

FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Editora Bookman. Porto Alegre. 2013.

FCP – Fundação Cultural Palmares. Portal oficial: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=52126](http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126) Último acesso em 10/06/2019.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de seus Significados**. Cadernos EBAPE.BR. Vol. 14 (3). 667-681. 2017. DOI: 10.1590/1679-395157473.

Feirenses – Portal oficial: <https://feirenses.com/mapa-distritos-feira-de-santana/mapa-distritos-feira/> Último acesso em 10/06/2019.

FERRÃO, João. **O Ordenamento do Território Como Política Pública**. 2ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2014.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo. **Notas para Análise do Momento Atual da Educação do Campo**. Seminário Nacional. Brasília. 2012.

GOLLAGHER, Margaret; HARTZ-KARP, Janette. **The Role of Deliberative Collaborative Governance in Achieving Sustainable Cities**. Sustainability. Vol. 5. 2013. DOI: 10.3390/su5062343.

GONÇALVES, Hélida Ventura Barbosa; STEDEFELDT, Elke; CUNHA, Diogo Thimoteo da; ROSSO, Veridiana Vera de. **Family Farming Products on Menus in School Feeding: A Partnership for Promoting Healthy Eating**. Ciência Rural, Vol.45 (12). 2015. DOI: 10.1590/0103-8478cr20150214.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Caslos Szlak. Editora Annablume. São Paulo. 2005.

HOLMGREN, David. **Os Fundamentos da Permacultura**. Holmgren Design Services. Victória. Austrália. 2007. Disponível em: <https://permacultureprinciples.com/resources/free-downloads/> Último acesso em 27/08/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal Oficial: <https://ibge.gov.br/> Último acesso em 08/06/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial> Último acesso em 18/10/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209\\_213\\_GlossarioATLASDEMO%202010.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_GlossarioATLASDEMO%202010.pdf) Último acesso em 08/06/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil. Série Relatórios Metodológicos - Volume 45**. Rio de Janeiro. 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101676.pdf> Último acesso em: 26/12/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html) Último acesso em 04/10/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro. 1905.

INE, Instituto Nacional de Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Sustainable Development Goals – Agenda 2030**. INE. IP. Lisboa. 2018.

Infoescola – Portal oficial: <https://www.infoescola.com/geografia/zona-da-mata/> Último acesso em: 26/12/2019.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. Portal oficial: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo/graficos> Último acesso em 08/10/2019.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Portal oficial: <http://clima1.cptec.inpe.br/> Último acesso em 15/09/2019.

ITB, Instituto Trata Brasil – **Painel de Saneamento 2017**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/> Último acesso em 25/08/2019.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª Edição. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas Sobre o Espaço Público e Imagens da Cidade**. Arquitectos. Portal Vitruvius. Ano 10. 2009. ISSN 1809-6298 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/10.110/41> Último Acesso em 05/08/2019.

JESUS, Juliele Nascimento; SOUZA, Gracinete Bastos de; FARIAS, Jardel Sodré; SANTOS, Nadine de Jesus. **Geoespacialização das Informações do Meio Físico do Distrito de Matinha dos Pretos - Feira de Santana (BA)**. Anais SEMIC - Seminário de Iniciação Científica Nº20. Feira de Santana. 2016. DOI: 10.13102/semic.v0i20.3329

Jornal À Tarde – Portal Municípios. **Obras de Esgoto Sanitário Deixam Feira à Frente de Fortaleza, Recife e Manaus**. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/centronorte/noticias/1924213-obras-de-esgoto-sanitario-colocam-feira-a-frente-de-fortaleza-recife-e-manaus> Último Acesso em 25/08/2019.

LANGERGRABER, Gunter; MUELLEGGGER, Elke. **Ecological Sanitation: a Way to Solve Global Sanitation Problems?** Environment International. Vol. 31. 2005. DOI: 10.1016/j.envint.2004.08.006.

- LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4ª Edição. Éditions Anthropos. Paris. 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª Edição. Editora Centauro. São Paulo. 2011.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Editora Vozes. Petrópolis. 2001.
- LEGAN, Lúcia. **Soluções Sustentáveis: Uso da Água na Permacultura**. Editora Mais Calango. Pirenópolis. 2007.
- LIMA, Rosângelis Rodrigues Fernandes. **A Política Pública da Educação do Campo em Feira de Santana: Entre o Dizer e o Fazer**. Dissertação de Mestrado em Educação em UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2014.
- MARICATO, Ermínia. **A Política Habitacional do Regime Militar: Do Milagre Brasileiro à Crise Econômica**. Editora Vozes. Petrópolis. 1987.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. Estudos Avançados. Vol. 17 (48). 2003.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópoles Desgovernadas**. Estudos Avançados. Vol. 25 (71). 2011.
- MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrópoles Brasileiras**. São Paulo em Perspectiva. Vol. 14 (4). 2000.
- MARTÍNEZ, Alexandra López. **Segregación Socioespacial Bajo el Nuevo Modelo de Ciudad en América Latina. Características, Perspectivas e Implicaciones**. Hallazgos. Vol. 15 (30). 99-124. DOI: <https://doi.org/10.15332/1794-3841.2018.0030.04>
- MDA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portal Oficial: <http://www.mda.gov.br/>  
Último acesso em 16/08/2019.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **The Limits to Growth – A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. Universe Books. Nova Iorque. 1972.
- MEC - Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Brasília. 2001.

MEC - Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014 a 2024**. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília. 2014.

MENDES, Luís. **Gentrificação e Políticas de Reabilitação Urbana em Portugal: Uma Análise Crítica à Luz da Tese *Rent Gap* de Neil Smith**. Cadernos Metrópole. Vol. 16 (32). 2014. DOI: 10.1590/16982

MENDES, Luís. **Cidade Pós-Moderna, Gentrificação e a Produ   o Social do Espaço Fragmentado**. Cadernos Metrópole. Vol. 13 (26). 2011.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A Dinâmica das Redes de Desenvolvimento Rural no Oeste Catarinense**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente em Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e Desafios no Vale do Ribeira, Brasil**. Sociedade & Natureza UFU. Vol. 28 (3). 397-408. 2016. DOI: 10.1590/1982-451320160306.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Portal oficial: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>  ltimo acesso em 16/06/2019.

MOLLINSON, Bill; HOLMGREN, David. **Permacultura Um: Uma Agricultura Permanente nas Comunidades em Geral**. Editora Ground Ltda. São Paulo. 1983.

MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia. **Introdu   o   Permacultura**. Tradu   o: André Luis Jaeger Soares. Edi   o: MA/SDR/PNFC. Brasília. 1998. Disponível em: [https://permacultura.paginas.ufsc.br/files/2016/07/introducao\\_a\\_permacultura.pdf](https://permacultura.paginas.ufsc.br/files/2016/07/introducao_a_permacultura.pdf)  ltimo acesso em 27/08/2019.

Neoc mbio – Solu   es. Portal oficial: <https://www.neocambio.io/cotacao/euro>  ltimo acesso em 25/08/2019

NAHUM, Jo  o Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. **Agricultura Familiar e Dendeicultura no Município de Moju, na Amaz  nia Paraense**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía. Vol. 27 (1). 2018. DOI: 10.15446/rcdg.v27n1.58081.

NESSHÖVER, Carsten; ASSMUTH, Timo; IRVINE, Katherine N.; RUSCH, Graciela M.; WAYLEN, Kerry A.; DELBAERE, Ben; HAASE, Dagmar; JONES-WALTERS, Lawrence; KEUNE, Hans; KOVACS, Eszter; KRAUZE, Kinga; KÜLVIK, Mart; REY, Freddy; VAN DIJK, Jiska; VISTAD, Odd Inge; WILKINSON, Mark E.; WITTMER, Heidi. **The Science, Policy and Practice of Nature-Based Solutions: An Interdisciplinary Perspective**. Science of the Total Environment. Vol. 579 (1). 2017. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2016.11.106.

OLIVEIRA, Gesner; SCAZUFCA, Pedro; PIRES, Rodrigo Cintra. **Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil 2018**. Ed. Go Associados. São Paulo. 2018. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/realatorio-completo.pdf> Último acesso em 22/08/2019.

Pacto Global das Nações Unidas Brasil – Portal oficial: <https://www.pactoglobal.org.br/> Último acesso em 20/06/2019.

PAVAN, Daiane; SANTOS JUNIOR, Silvio. **Sociodemografia dos Agricultores Familiares: Contribuições da Feira Livre para Sustentação do Sistema**. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente. Vol. 10 (3). 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2017v10n3p653-671>.

PERJESSY, Jaqueline Rosele. **Modelos Sustentáveis para o Tratamento de Efluentes Sob Abordagem da Gestão Ambiental**. Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental em Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba. 2017.

PERMACULTURE PRINCIPLES – Portal oficial: <https://permacultureprinciples.com/principles/> Último acesso em 20/08/2019.

PMFS, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Criação Distrito de Matinha**. Decreto nº 7.462 de 21 de Fevereiro de 2008. Feira de Santana. 2008.

PMFS, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Criação, Organização e Supressão de Distritos no Município de Feira de Santana**. Lei complementar nº 30 de 25 de agosto de 2006. Feira de Santana. 2006.

PMFS, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Plano Municipal de Educação - PME 2011 a 2021**. Lei nº 3.326 de 05 de junho de 2012. Feira de Santana. 2012.

PMFS, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Plano Municipal de Educação - PME 2016 a 2026**. Decreto-lei 3.651 de 16 de dezembro de 2016. Feira de Santana. 2016.



PMFS, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. SEDUC, Secretaria Municipal de Educação. Portal oficial: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=7&link=seduc/distribuicao.asp>  
Último acesso em 22/09/2019.

PMG, Prefeitura Municipal de Guaramirim. **Guaramirim Naturalmente Estratégico**. Guaramirim: Prefeitura Municipal de Guaramirim. 2013.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite – PPP EMRMEL. Feira de Santana. 2011.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010**. Brasília. 2010.

RADWANSKI, Elvira Maria; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOBRAL, Maria do Carmo Martins. **Agregação de Valor à Agricultura Familiar: Uma Alternativa para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. REDES. Vol. 19 (3). 2014. DOI: 10.17058/redes.v19i3.2378.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O Esvaziamento do Conceito de Gentrificação Como Estratégia Política**. Cadernos NAUI Vol. 7 (4). 2015.

REES, William E. **Ecological Footprints and Appropriated Carrying Capacity: What Urban Economics Leaves Out**. Urbanisation. Vol. 2 (1). 2017. DOI: 10.1177/2455747117699722.

REES, William E. **Urban Ecosystems: The Human Dimension**. Urban Ecosystems. Vol. 1 (1). 1997.

REIS, Maíra Lopes dos. **O Trabalho das Mulheres na Produção do Espaço Agrário de Matinha dos Pretos - Feira de Santana - Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia em UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2013.

Revista Veja. Editora Abril. Portal Abril / Veja: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/gentrificacao-o-que-e-isso/> Último acesso em 11/08/2019.

RIBEIRO, Tuiara de Oliveira; FARIAS, Felipe Matos. **A Estrutura do Saneamento Básico de Feira de Santana-BA, de 2012 a 2016**. V COBESA - Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental. Juazeiro. 2018.

- RODRIGUES, Paloma Duarte; MENDES, Vitória Leopoldina Gomes; SOLINO-CARVALHO, Luiz Antonio; VILLELLA, Reicla Larissa Jakimim Schmidt. **Gestão de Águas e Efluentes do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal - Núcleo Breuzim, Cuiabá, Mato Grosso**. Connetion Line. Vol. 14. 2014.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Sustentável**. IBAMA / Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 1996.
- SACHS, Wolfgang. **Anatomia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Democracia Viva. Vol. 1. 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. 24ª Edição. Ed. Record. São Paulo. 2015.
- SANYÉ-MENGUAL, Esther; ORSINI, Francesco; GIANQUINTO, Giorgio. **Revisiting the Sustainability Concept of Urban Food Production from a Stakeholders' Perspective**. Sustainability. Vol. 10 (7). 2018. DOI: 10.3390/su10072175.
- Senado Federal. Brasil. **Portal do Senado**. <https://www12.senado.leg.br/hpsenado> Último acesso em 14/06/2019.
- SILVA, Alessandro Costa da; ALENCAR, Marcelo Henrique Bandeira Costa. **Tecnologia Social Visando a Promoção de Saúde em uma Comunidade Rural de São Luís-MA**. Saúde & Transformação Social. Vol. 5 (1). 66-72. 2014.
- SILVA, Larissa Saiure Moraes da; NUNES, Kézia Eugênia da Silva; SARDINHA, Aline Souza; SOARES, Jamerson Silva. **Tratamento de Águas Residuárias Domésticas por Zona de Raízes de Macrófitas em uma Residência na Cidade de Marabá-PA**. Congresso ABES FENASAN. São Paulo. 2017.
- SMITH, Neil. **New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy**. Antipode. Vol 34 (3). 2002. DOI: 10.1111/1467-8330.00249
- SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. Portal oficial: <http://www.snis.gov.br/aplicacao-web-serie-historica> Último acesso em 21/08/2019.
- SOUZA, Diego Almeida de. **Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana - Do Rural ao Urbano na Mantiba**. Dissertação de Mestrado em Planejamento

Territorial em UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2016a.

SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e História Quilombola: Experiência Negra em Matinha dos Pretos e Candeal (Feira de Santana-BA)**. Dissertação de Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas em UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cachoeira. 2016b.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Portal oficial: <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido> Último acesso em 26/12/2019.

TORO, Pedro Martín Martínez. **La Metropolización Afectada por la Globalización: Reflexión Epistemológica Sobre La Nueva Revolución Urbana**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía. Vol 25 (2). 2016. DOI: 10.15446/rcdg.v25n2.56907.

UN – United Nations. **Kyoto Protocol Work Convention on Climate Change**. Quioto. 1998. Disponível em: [https://unfccc.int/kyoto\\_protocol](https://unfccc.int/kyoto_protocol) Último acesso em 09/09/2019.

UN – United Nations. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova Iorque. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld> Último acesso em 03/09/2019.

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development. **Agenda 21**. Rio de Janeiro. 1992. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21> Último acesso em 08/06/2019.

UNCSD – United Nations Conference on Sustainable Development – Rio+20. **Future We Want**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1298> Último acesso em 16/09/2019.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. **Adoption of the Paris Agreement**. Paris. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/frameworks/parisagreement> Último acesso em 03/09/2019.

URBACT. **Urban Markets: Heart, Soul and Motor of Cities**. Publicado por: Institut Municipal de Mercats de Barcelona - IMMB / European Union. Barcelona. 2015.

VARGAS, Hilda Ledoux. **Ocupação Irregular de APP Urbana: Um Estudo da Percepção Social Acerca do Conflito de Interesses que se Estabelece na Lagoa do Prato Raso em Feira de Santana, BA.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável em UNB - Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our Common Future: Report of the WCED.** Oslo. 1987.

WERNER, C.; PANESAR, A.; RUD, S. D.; OLT, C. U. **Ecological Sanitation: Principles, Technologies and Project Examples for Sustainable Wastewater and Excreta Management.** Desalination. Vol. 248. 2009. DOI: 10.1016/j.desal.2008.05.080.